



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Elaine Moraes da Silva Lourenço

**O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e
revolução à luz da Análise de Discurso**

Rio de Janeiro
2022

Elaine Moraes da Silva Lourenço

**O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e revolução à luz
da Análise de Discurso**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a. Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

L892 Lourenço, Elaine Moraes da Silva.
O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e
revolução à luz da análise de discurso / Elaine Moraes da Silva
Lourenço. – 2022.
126 f. : il.

Orientadora: Angela Corrêa Ferreira Baalbaki.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso - Teses. 2. Linguística – Teses. 3.
Dispositivos intrauterinos - Teses. 4. Feminismo – Teses. 5.
Planejamento familiar - Teses. I. Baalbaki, Angela Corrêa Ferreira. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.
Título.

CDU 82.085

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Elaine Moraes da Silva Lourenço

**O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e revolução à luz
da Análise de Discurso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 22 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Ceres Ferreira Carneiro
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres que, de alguma forma, sofreram ou ainda sofrem violência com relação ao seu corpo devido aos discursos proferidos por sujeitos “presos” em suas formações ideológicas. Que todas nós tenhamos um corpo livre de fato em um futuro próximo!

AGRADECIMENTOS

Sou um sujeito atravessado por vários discursos e que constrói sentidos outros constantemente. Sou um sujeito que, hoje, após meses de dedicação, materializa e ocupa a posição-sujeito pesquisadora e analista de discurso, o que me traz muita honra e gratidão.

Não sou uma pessoa religiosa, mas acredito que haja uma força maior que nos rege. E é a ela que eu agradeço, pois nada é por acaso nesta vida. Obrigada, Universo, por me fazer chegar até aqui, conspirando ao meu favor.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela inserção e permanência, tanto na graduação quanto no Mestrado. Fazer parte dessa comunidade foi um divisor de águas na minha vida, pois foi nela que eu aprendi a lutar, a insistir e, principalmente, a resistir.

Ao Instituto de Letras e a todos os professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha pesquisa, para a minha formação e para a minha visão de mundo. Obrigada por cada ensinamento nas aulas, por cada conhecimento compartilhado e por continuarem com o brilho nos olhos, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela nossa profissão. Vocês são o meu espelho!

À minha querida professora e orientadora Angela Baalbaki. Obrigada por todo o ensinamento e paciência comigo desde a graduação. Tê-la ao meu lado nessa jornada foi um dos maiores prazeres da minha vida, pois você retirou de mim uma capacidade que nem eu mesma sabia que tinha. Obrigada por me apresentar o mundo da Análise de Discurso, por aceitar este desafio, por aceitar me acompanhar nesses 24 meses, por ser tão especial e tão dedicada. Ser sua orientanda foi uma honra. Você é um ser humano incrível e uma profissional espetacular.

Aos meus colegas de graduação e de pós-graduação, que estiveram comigo por anos nessa jornada. Obrigada por tudo.

Aos meus queridos amigos, que tanto me incentivaram, me apoiaram e nunca duvidaram de mim. Obrigada por tudo. Não nomearei cada um aqui, mas tenham a certeza de que todos vocês fazem parte desta conquista.

À Alexandra, que tanto lutou ao meu lado na graduação e no mestrado. Só nós duas sabemos o que passamos ao longo desses anos. Obrigada por tudo e por tanto.

À Simone, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida, mesmo quando não estava presente fisicamente. Obrigada por todos esses anos de amizade e de apoio. E ver você se tornar essa profissional de excelência me deixa ainda mais orgulhosa.

À Tâmara, que foi um dos meus pilares nessa jornada. Obrigada por todo o incentivo durante esses anos de mestrado e por todos os resumos que você traduziu para o inglês com toda a dedicação do mundo, como se fossem seus. Ter uma pessoa como você na minha vida é algo que eu nem sei se mereço, e a cada dia que passa tenho mais certeza de que a nossa amizade vem de outras vidas.

Ao Felipe, que foi meu companheiro de vida por 16 anos. Obrigada por acreditar em mim mais do que eu mesma. Se hoje estou aqui, encerrando esta etapa da minha vida profissional, tem muito de você. Nunca esquecerei de todo o seu apoio, torcida e do quanto você comemorou cada vitória minha. Somos família para sempre.

Aos meus pais, Mirian e Jorge; aos meus irmãos, Leandro e Paulo Henrique e à minha avó, Derly. Eu amo muito cada um de vocês.

À CAPES, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

E por fim, mas não menos importante, ao meu filho João Pedro, o grande amor da minha vida, meu estímulo de cada dia para lutar. Filho, tudo o que eu faço é e sempre será por você. Obrigada por ser a minha melhor obra e por sempre retirar o melhor de mim. Amo-te infinitamente, Pinguinho! Esta vitória é nossa!

No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.

Simone de Beauvoir

RESUMO

LOURENÇO, Elaine Moraes da Silva. *O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e revolução à luz da análise de discurso*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente pesquisa de mestrado pretende, a partir da análise de excertos de postagens da página do *Facebook* da médica Júlia Rocha, verificar os processos discursivos que constituem o discurso sobre o uso do DIU. Buscamos depreender as diferentes formações discursivas que atravessam o discurso sobre mulheres que optam pela inserção do dispositivo, por meio da análise das formulações produzidas, observando, para tal, a superfície linguística das postagens, bem como a materialidade digital, também é um dos objetivos da pesquisa. Ao formular essas postagens, a posição sujeito-autor, uma das posições assumida pela médica, não só produz uma textualidade que busca promover a liberdade da mulher, bem como pretende legitimar as mulheres antes invisibilizadas. Por meio das análises, depreendendo diferentes efeitos de sentido, assim como os deslizamentos de sentidos produzidos. Fundamentamos nosso trabalho na perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista, tal como inaugurada pelo filósofo francês M. Pêcheux, na França, e E. Orlandi, no Brasil. Nessa perspectiva teórica, que tem como pressuposto a reflexão sobre a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia, entende-se que os sentidos só se produzem porque há uma memória (interdiscurso). Ao considerarmos esses elementos como constitutivos do discurso, trabalhamos, dessa forma, as maneiras de significar e as condições de produção dessas postagens. Os procedimentos metodológicos, que se realizam no batimento teoria/análise, se deram a partir da de-superficialização da materialidade linguística, buscando compreender os processos discursivos ali mobilizados nas postagens. Além disso, verificou-se, no domínio da enunciação, a partir dos termos “feminismo”, “revolução” e “planejamento”, que as formações discursivas que atravessam as formulações produzidas se materializam em distintas posições discursivas, com dizeres afetados por diferentes movimentos na memória discursiva.

Palavras-chave: Análise de Discurso. DIU. Revolução. Planejamento. Feminismo.

ABSTRACT

LOURENÇO, Elaine Moraes da Silva. *The body of the woman and IUD: family planning, feminism and revolution in the light of discourse analysis*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The master's research aims to, from the analysis of postings excerpts from the Facebook page of the doctor Júlia Rocha, verify the discursive processes that constitute the discourse on the use of the IUD. We seek to understand the different discursive formations that cross the discourse about women who choose to insert the device, by analyzing the formulations produced, observing the linguistic surface of the posts, as well as the digital materiality, is also one of the objectives of the research. In formulating these posts, the author-subject position, one of the positions taken by the doctor, not only produces a textuality that seeks to promote the freedom of women, as well as aims to legitimize women previously invisibilized. Through analyses, inferring different effects of meaning, as well as the sliding of senses produced. We base our work on the theoretical perspective of the Analysis of Materialist Discourse, as inaugurated by the French philosopher M. Pêcheux, in France and E. Orlandi, in Brasil. In this theoretical perspective, whose presupposition is the reflection on language, the subject, history and ideology, it is understood that the senses are only produced because there is a memory(interdiscourse). When we consider these elements as constitutive of discourse, we thus work on the ways of meaning and the conditions of production of these posts. The methodological procedures, which are performed in the beat theory/analysis, took place from the de-superficialization of linguistic materiality, seeking to understand the discursive processes mobilized there in the posts. In addition, it was found, in the field of enunciation, from the terms "feminism", "revolution" and "planning", that the discursive formations that cross the formulations produced materialize in different discursive positions, with words affected by different movements in the discursive memory.

Keywords: Discourse Analysis. IUD. Revolution. Planning. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Discurso feminista	16
Figura 2 –	Representação do trabalho produzido pelo deslize (a deriva) ...	23
Figura 3 –	Representação da memória metálica	27
Tabela 1 –	<i>Emojis</i>	32
Figura 4 –	O Socialista, de Robert Koehler (1885)	75
Figura 5 –	Símbolo do movimento feminista negro	75
Figura 6 –	Deslizamento de sentido de revolução	83
Figura 7 –	Deslizamento do sentido de revolução / enfermeiro x mulher ...	85
Tabela 2 –	Efeito metonímico mulher x revolução	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	Aparelho Repressor do Estado
DIU	Dispositivo Intrauterino
FD	Formações Discursivas
IST'S	Infecções Sexualmente Transmissíveis
SD	Sequência Discursiva
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	SOBRE A TEORIA	15
1.1	A metáfora na Análise do Discurso materialista	19
1.2	O arquivo digital	23
1.2.1	<u>A função-autor e o efeito-leitor no digital</u>	28
1.2.2	<u>A manifestação da subjetividade dos <i>emojis</i> no digital</u>	30
2	UMA HISTÓRIA DO CORPO FEMININO	33
2.1	O corpo (feminino) é discurso	34
2.2	O disciplinamento dos corpos femininos	38
2.3	Uma história da contracepção	49
3	BATIMENTO TEORIA ANÁLISE: OS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS	55
3.1	Uma questão de planejamento	58
3.2	Uma questão de feminismo	67
3.3	Uma questão de revolução	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE A – Link das postagens - 2018	100
	APÊNDICE B – Link das postagens - 2019	101
	APÊNDICE C – Postagens 2018	103
	APÊNDICE D – Postagens 2019	108
	ANEXO A – Constituição Federal/88	120
	ANEXO B – Lei 9.263/96	122

INTRODUÇÃO

A contracepção, tema que gera tanta controvérsia por questões religiosas, culturais, políticas e/ou individuais, vem sendo praticada há mais de dois mil anos e não é, portanto, um conceito da era moderna. O pai da medicina, Hipócrates, pregava que a semente da cenoura selvagem era capaz de prevenir a gravidez, e Aristóteles mencionava a utilização da *Mentha Pulegium*, conhecida popularmente como poejo, como método contraceptivo.

A partir do uso constante de métodos contraceptivos, possivelmente, o primeiro Dispositivo Intrauterino (DIU) foi usado em pacientes por Hipócrates há mais de 2.500 anos, que inseria objetos no útero com a ajuda de tubo de chumbo. Entretanto, o primeiro DIU clinicamente aceito, a Alça de Lippes, só foi amplamente adotado em 1962.

Atualmente, existem dispositivos de cobre em diferentes formatos, entre os quais o mais popular é em forma de “T”. Com a disseminação do uso do dispositivo e com a melhora da sua eficácia, o Sistema Único de Saúde do Brasil passa a adotá-lo efetivamente a partir de 2017, ampliando o acesso ao dispositivo a todas as mulheres, através do planejamento familiar.

Nesse cenário, surge a figura de Júlia Rocha, médica de família da cidade de Belo Horizonte que, a partir do ano de 2018, passa a dedicar-se à propagação do uso do dispositivo pelas mulheres da cidade, fomentando o planejamento familiar e dando a essas mulheres a possibilidade de escolher se vai ou não – e quando - engravidar. Ela relata, em postagens de sua rede social, o *Facebook*, seu dia a dia como médica da família, narrando, além de outras situações, alguns casos específicos da inserção do dispositivo em mulheres da região onde atua. E será, a partir dessas circulações, que analisaremos as sequências discursivas recortadas e, posteriormente, as formações discursivas que atravessam os discursos construídos pela médica em seus relatos no *Facebook*, compreendendo o modo pelo qual esses discursos produzem sentidos.

Segundo Orlandi (2015), “o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude” (p. 71). Dessa forma, consideramos que a figura de Júlia Rocha se constituiria como sujeito-autor das textualidades produzidas na referida rede social. De alguma maneira, configuraria

uma autorização do dizer a partir de uma instância social já legitimada, já que, por se tratar de ser uma médica – um lugar historicamente marcado em nossa formação social -, projetar-se-ia na posição-sujeito do discurso e, dessa maneira, Júlia representa, de certa forma, em seus textos, as vozes dessas mulheres que optam pela inserção do DIU. Dito de outra forma, por meio das posições-sujeito apreendidas nas postagens de *Facebook*, ou seja, a projeção do lugar que o locutor ocupa, a partir do qual estabelece um contrato implícito de troca simbólica de enunciados com os interlocutores, conferindo-lhe a condição de falante autorizado a falar daquilo que fala e do modo que fala.

A sujeito-médica nas formulações produzidas pelos relatos é a que ocupa o papel de locutora de dizeres, que, no entanto, não surgem dela, já que seus relatos são dotados de efeitos de sentidos, pois, como afirma ORLANDI (2015), “o sentido de uma formação discursiva não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” (p. 40). Considera-se, portanto, que trataremos, em nossas análises, também da noção de função-autor.

A partir desses relatos feitos pela médica – consideradas textualidades –, buscamos analisar os efeitos de sentido produzidos sobre o corpo das mulheres que escolheram inserir o DIU, no decurso da construção histórica do corpo feminino. Isto é, como a mulher é enunciada nas postagens da médica e como os dizeres sobre a inserção do DIU podem ou não contribuir para a liberdade corporal / sexual da mulher.

O objetivo geral da presente pesquisa de mestrado é identificar, por meio das análises das formulações produzidas pela da médica de família Júlia Rocha, publicados no *Facebook*, como as imagens discursivas das mulheres que optam pela inserção do Dispositivo Intrauterino (DIU) são produzidas em uma formação social em que, historicamente, o corpo da mulher não lhe pertenceria. Já como objetivos específicos, destacamos: a) identificar as regularidades linguísticas no fio discursivo presentes em seus relatos; b) identificar as formações discursivas, matrizes de sentidos, que produzem determinados efeitos de sentidos nos relatos do *Facebook* da médica.

A presente dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, apresentaremos a perspectiva teórica da Análise de Discurso pecheuxtiana e os conceitos que mobilizaram nossas análises. No segundo capítulo, discorreremos

sobre a história do corpo feminino, sobre como esse corpo pode ser discursivizado e pode produzir efeitos de sentido e, além disso, retomaremos certas discursividades sobre a contracepção. Por fim, no terceiro capítulo, discorreremos sobre os processos teóricos-analíticos, bem como serão apresentadas as nossas análises de recortes selecionados das postagens do *Facebook* da médica de família. A partir das regularidades “planejamento”, “feminismo e “revolução”, percebidas nas formulações produzidas, depreenderemos as distintas formações discursivas pelas quais discurso e sujeito são atravessados.

1 SOBRE A TEORIA

“A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso.”

(Eni Orlandi)

A Análise de Discurso materialista, doravante AD, referencial teórico desta pesquisa, tem seu início na década de 1960 e visa articular três campos do conhecimento, conforme explicitado por Pêcheux e Fuchs (1975):

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.163-64)

Esses campos se atravessam através da teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 164), e, com isso, os campos se encadeiam a partir de indagações. Dessa maneira, a AD se configura como uma disciplina de entremeio, ou seja, o “estudo linguístico como espaço aberto de questões sobre o próprio da língua, não procurando fechá-lo” (ORLANDI, 2011, p.21) e representa um novo espaço teórico no qual se agrupam história, língua e ideologia. Significa dizer que a Análise de Discurso instaura os seguintes problemas, como exposto por Orlandi (1986):

- a. interno, para a Linguística, pois a intervenção da AD na Linguística consiste, antes de tudo, em abrir campos de questões, a dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio. E faz isso pondo em relação os objetos da Linguística com um outro domínio científico, a *ciência das formações sociais*;
- b. externo, para as Ciências Humanas, porque a AD é uma resposta a questões colocadas para a Linguística, conquanto esta se constituiu em ciência piloto das ciências humanas. A Linguística, dessa forma, ao ser exigida fora de seus domínios, encontra essas questões no interior de seu domínio. (ORLANDI, 1986, p. 106)

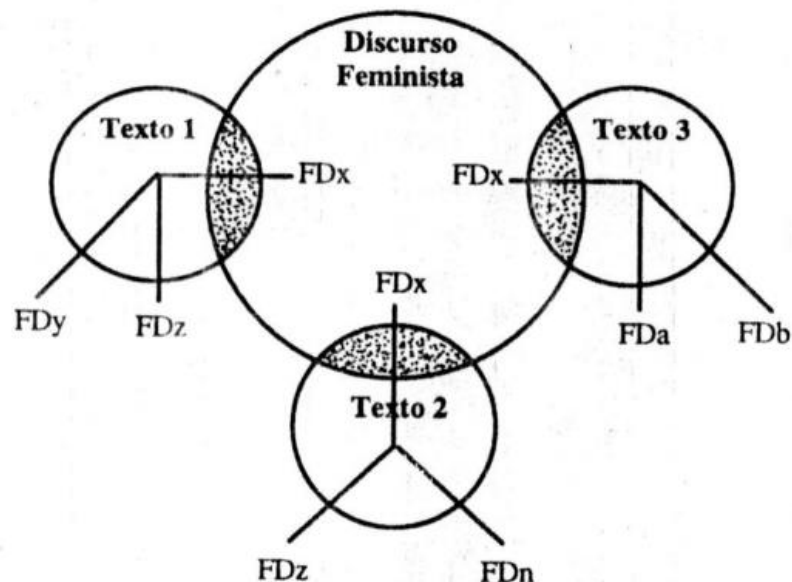
Assim como diversas outras, a Análise de Discurso materialista também é constituída como disciplina de interpretação, e conforme afirma Pêcheux:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos

de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2015, p.53)

A AD propõe voltar-se para a análise da discursividade, através de procedimentos que fazem emergir um determinado objeto a ser analisado. Essa discursividade é definida pela Análise de Discurso como lugar das posições político-ideológicas ocupadas pelos sujeitos, que são historicamente determinados nesse lugar de textualização. Pêcheux (1969), ao caracterizar esse conceito de discursividade, define o discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores” (p. 82), portanto, o trabalho do analista não é questionar “o que isso quer dizer?”, mas sim “como isso significa?” para cada sujeito inscrito em determinadas posições discursivas, igualmente historicamente determinadas. Significa dizer também que as palavras falam com outras palavras e que o sujeito não é dono do dizer, já que toda palavra é sempre parte de um discurso - construído anteriormente e alhures. Os sentidos são produzidos no interior das formações discursivas (FDs) – aquilo que pode e deve ser dito. Para tentar ilustrar a relação com dominante das FDs, trazemos um exemplo sobre a dispersão de textos que constituem um discurso:

Figura 1 – Discurso feminista



Fonte: ORLANDI, 1995, p. 116.

Para a referida autora, a relação com as FDs, em suas diferenças, é elemento fundamental que constitui a historicidade de um texto. Na figura, podemos observar como Orlandi (1995), ao considerar o discurso feminista, destaca a heterogeneidade deste discurso, resultante da dispersão dos textos. Desta feita, no texto 1, a FDx conviveria com as FDz e FDy; no texto 2, conviveria com as FDa e FDb; e no texto 3, com as FDz e FDn. Tais diversas relações produziriam efeitos de sentidos diferentes, o que deve ser levado em conta no discurso feminista, ou em qualquer outro, como o discurso sobre¹ contraceptivos.

Conforme Orlandi (2015, p. 20), os discursos se estabelecem por meio das “relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Daí a autora retomar a definição de discurso elaborada por Pêcheux: “o discurso é efeito de sentido entre interlocutores”. Ainda sobre o discurso, a autora completa: “o discurso é assim a palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (*ibid*). Assim, para a Análise de Discurso, é indispensável que se conheçam as condições de produção nas quais os discursos foram produzidos para que se compreendam seus efeitos de sentidos.

Essas condições de produção são definidas por Pêcheux como as “determinações que caracterizam um processo discursivo” (1975, p. 182) e são estabelecidas pela língua com a sua exterioridade histórica, além de compreender os sujeitos e a situação. Ao falar, o indivíduo interpelado em sujeito tem a ilusão de que é a origem do dizer, ou seja, a fonte do seu discurso. Entretanto, conforme descreve Pêcheux (2014, p. 161-62), o sujeito-falante seleciona formas e sequências encontradas no interior da formação discursiva que o domina. Um sujeito que não é uma unidade empírica, mas sim um sujeito tomado como efeito e percebido pelas condições de produção correspondentes às condições sócio-históricas determinadas. Dessa forma, sempre haverá um já-dito que sustenta a possibilidade do dizer, um interdiscurso, um “exterior específico de um processo determinado” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 239). Isso significa dizer, nas palavras de Orlandi, que

o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso

¹ Orlandi (2004), ao definir a noção de *discurso sobre*, diz que “[c]onsideramos que ‘os discursos sobre’ são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos” (p.44).

que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague da memória para que, passando do “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2015, p. 31-32).

Outro ponto primordial para a Análise de Discurso é a historicidade, entendida como uma relação que se constitui entre a linguagem e a história, através da forma como essa história se inscreve no discurso. Desse modo, o conceito de história aqui apresentado não é convencional, mas sim um processo social cujo espaço se abre para diferentes discursos, já que, desde a década de 1950, sobretudo em decorrência da *École des Annales*², o campo da história mudou significativamente. Conforme pontua Silva (2021), ao entrelaçar o campo da História e da Linguística, na tentativa de se construir uma nova concepção de História, os trabalhos relacionando os dois campos mostram que “a História passa a ser vista não apenas como um saber de fatos. Muito ao contrário disso, pensadores modernos dizem que os fatos não apresentam realidade exterior e, portanto, dependem exclusivamente de ideias e representações”(p.12).

Assim, de acordo com Orlandi (1986, p. 111), a Análise de Discurso “visa o caráter material do sentido, sua historicidade”. Isto posto, a relação mundo e linguagem não é transparente quanto ao sujeito e deve ser pensada no decurso de seu processo histórico-social de constituição, pois:

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito (ORLANDI, 2015, p. 66).

Por consequência, o sujeito constitui o discurso com base em uma determinada condição de produção que advém da formação discursiva existente no interior de certa relação de classe (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). Essa posição de classe projeta a existência de relações discursivas complexas, que “se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classe sem, no entanto, decalcá-las exatamente” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166). Assim, a noção de sujeito está

² “Para os historiadores dos *Annales*, história-problema é a história que alcança todas as atividades humanas, que alarga o conceito de fonte histórica e se coaduna com outras disciplinas, objetivando a interdisciplinaridade” (SILVA, 2021, p.15)

essencialmente ligada à noção de ideologia que, segundo Althusser, “interpela os sujeitos enquanto indivíduos” (1985, p. 93).

A ideologia é a prática significante, efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história e se dá a partir da interpelação desse sujeito, o que faz com que ele ocupe determinado lugar na esfera social. Desse modo, os sujeitos são interpelados pela ideologia (PÊCHEUX; FUCHS, 1975) porque a relação linguagem e realidade não se dá de forma direta, mas sim por fatores que concernem à ordem ideológica, de naturalização de sentidos. Portanto, não existe sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 2014), pois já que o sujeito é sempre interpelado e por ela para se constituir como tal. Assim, conforme exposto por Orlandi (2015), a ideologia

é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem. Incompatíveis em suas naturezas próprias. A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia. (ORLANDI, 1994, p. 56)

Ainda conforme Pêcheux (2014)

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Significa dizer que o sujeito “seleciona no interior da formação discursiva que o domina [...], formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2014, p. 151) e que está no âmbito da reformulação de determinada formação discursiva. Tal proposta remete ao esquecimento número dois, proposto por Pêcheux, no qual o sujeito acredita que o sentido só pode ser aquele e não outro, levando à ilusão da literalidade desse sentido.

Além desses conceitos basilares, apresentaremos, a seguir, a noção de metáfora, que, no quadro teórico de referência que assumimos, não é compreendida como figura de linguagem, assim como na gramática normativa.

1.1 A metáfora na Análise de Discurso materialista

O conceito de metáfora referente à figura de linguagem, conceito desenvolvido tradicionalmente por alguns estudos gramaticais de perspectiva normativo-prescritiva³, representa as relações de semelhança/comparação entre os elementos lexicais. Entretanto, essa definição não é o suficiente para explicar a metáfora à luz da Análise de Discurso, visto que esse funcionamento não se resume ao nível da língua, tampouco a um nível figurado, já que não há uma relação determinada por aproximações ou mesmo comparações. A metáfora, para a AD, estabelece uma condição de existência da língua.

Em seu projeto inicial AAD 69, Pêcheux elabora a noção de efeito metafórico, na qual o autor defende que é

o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse 'deslizamento de sentido' entre x e y é constitutivo do 'sentido' designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos 'naturais', por oposição aos códigos e às 'línguas artificiais': em outros termos, um sistema 'natural' não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua. (1997, p. 96)

Significa dizer que o efeito metafórico permite pensar o deslize como algo próprio da ordem do simbólico, possibilitando a substituição sem que se desvincule totalmente de sua condição de produção.

Dessa forma, permite-se o deslocamento dos sentidos e não apenas repetições, já que, conforme Pêcheux “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro” (2015, p. 53). Portanto, o efeito metafórico, de acordo com os postulados de Pêcheux, põe em causa, por meio do deslocamento dos sentidos, a relação da língua e da historicidade no discurso.

Em sua obra “Semântica e Discurso”, Pêcheux (2014) retoma a questão da metáfora, postulando tal conceito como essencial à produção de sentidos. Desse modo, a metáfora é assim compreendida por ele como transferência, isto é, o modo de significação, já que, como defendeu Pêcheux:

³ Há diversas outras áreas dos estudos de linguagem que tratam da metáfora de modo mais complexo. Podemos citar, como exemplo, os estudos de Jakobson, que escreveu em seu ensaio “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, reflexões sobre metáfora e metonímia, no qual afirma que “A competição entre os dois procedimentos (...) se torna manifesta em todo processo simbólico, que seja subjetivo, quer social” (1969, p. 61). Desta feita, para o autor, um ato de fala precisa de um código comum aos falantes para ser eficaz, permitindo, dessa forma, diferentes combinações.

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literaridade [...]: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua, pois isso seria admitir que os elementos já estão dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, sinônimos), das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (2014, p. 239)

Dessa forma, ainda de acordo com Pêcheux,

a concepção de metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (donation) de *objetos para sujeitos*, e não uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente pré-social e pré-histórico. (2014, p. 123)

Tais considerações nos permitem dizer que a metáfora é, portanto, transferência de um sentido para outro em uma determinada formação discursiva, já que não há uma literaridade na língua e, dessa forma, os elementos significantes se confrontam e seus sentidos são pré-determinados pelos efeitos de sentidos produzidos. Portanto, a metáfora terá seu efeito de sentido instaurado através da posição social, cultural ou história do sujeito e da relação com a ideologia, pois se relaciona com a formação discursiva com a qual o sujeito se insere.

No jogo semântico, tal como preconizado por Pêcheux (2011), “não há [...] uma estrutura sêmica do objeto, e [...] aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto é construída em formações discursivas” (PÊCHEUX, 2011, p. 158). Para o filósofo francês, “não haveria naturalidade ‘técnica’ [de qualquer termo], que seria em seguida objeto de metáforas” (p. 158), já que os sentidos se definem em regiões discursivas. Não há relação de naturalidade entre palavra e coisas; não há etiquetamento da realidade. Dito de outra forma, não se trata de saber se há literalidade (origem) ou desvio (do ponto de origem), mas que há modos de metaforização na materialidade discursiva.

Com efeito, a ordem do simbólico está atrelada à clivagem, à metáfora e a produção de efeitos metafóricos. Por essa via, “a produção discursiva desses objetos ‘circularia’ entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser

considerada originária” (p. 158), procedendo, portanto, o interdiscurso como “efeito integrador da discursividade” (p. 158).

Retomado brevemente o conceito de formação discursiva de Pêcheux (2014), que afirma que é “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito”, entendemos que o sujeito, inscrito em determinada FD, acredita escolher a formulação que lhe soa natural, e essa determinação escapa a esse sujeito. Assim, esse indivíduo é interpelado em sujeito a partir da identificação que se dá entre o seu discurso e a formação discursiva que o domina, na qual ele se constitui sujeito.

O efeito metafórico, portanto, se relaciona com o imaginário do sujeito discursivo. Esse sujeito inscrito em uma formação discursiva, de modo que as transferências encontram-se no efeito metafórico e refletem as possibilidades do discurso.

No livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2015), em uma redefinição teórica, aponta que a metáfora permite o deslocamento dos sentidos e não apenas repetições, já que é suscetível a tornar-se outro e a “se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (2015, p. 53). Portanto, o efeito metafórico, de acordo com os postulados de Pêcheux, evidencia, por meio do deslocamento dos sentidos, a relação da língua e da historicidade no discurso.⁴

De acordo com Orlandi (2015), é através da transferência de sentidos de uma palavra que percebemos a não literalidade desses sentidos, pois, segundo ela:

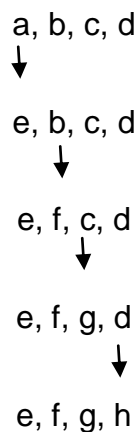
Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. (2015, p. 78)

Os enunciados não existem em si mesmos, mas são determinados a partir das posições ideológicas que o sujeito do discurso ocupa e, dessa forma, uma mesma palavra pode significar de maneira diversa a partir da posição em que o sujeito se inscreve. É a partir dessa transferência que o efeito metafórico provoca um deslizamento de sentido, que ocorre devido aos sentidos que são determinados

⁴ Como exemplo, trazemos uma citação de Silva (2014) para ilustrar: “Após o surgimento da pílula anticoncepcional e a possibilidade de a mulher atuar de forma mais significativa no mundo do trabalho, começam a circular periódicos que tratavam as mulheres não apenas como donas de casa e mães, mas como profissionais em busca de realização.” (SILVA, 2014, p.10).

pelo discurso, conforme explicita Orlandi, com base na proposta pecheutiana. Vejamos:

Figura 2 – Representação do trabalho produzido pelo deslize (a deriva)



Fonte: ORLANDI, 2015, p.77

Esse processo de deriva (ORLANDI, 2015) se dá pela determinação das condições de produção do discurso, que inscreve sentidos na história. Assim, a metáfora é entendida como transferência e não como desvio, pois é constitutiva do próprio sentido, além de ser sustentada por uma memória discursiva⁵ e de promover, ao mesmo tempo, um sentido outro. Como na representação dada por Orlandi, a historicidade perpassa os deslizamentos, e “o processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui” (2015, p. 78).

Portanto, o discurso é, segundo Orlandi (2015), heterogêneo, já que em seu interior há diferentes posições-sujeito. Assim, o discurso não se origina no momento da sua produção, mas sim retoma já-ditos que produzem efeito de homogeneidade, com elementos que funcionam em “uma formação discursiva dada e que podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente.” (PÊCHEUX, 2011, p. 158). Por fim, destacamos que essa noção será muito produtiva em nossas análises.

1.2 O arquivo digital

⁵ A noção será definida, mais adiante, na seção 2.1.

A Análise de Discurso não considera o arquivo como um conjunto de documentos organizados por uma instituição ou área de conhecimento, o que implica encontrar o momento da interpretação, pois todo enunciado é linguisticamente descritível e oferece lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2015, p. 53), resultando na constituição do *corpus*. A materialidade do arquivo é, portanto, o que faz com ele signifique de um modo e não de outro e, dessa forma, um mesmo arquivo não será o mesmo devido a sua materialidade.

Desta feita, à Análise de Discurso não cabe pensar o arquivo como algo empírico, mas sim como materialidade discursiva, compreendendo os discursos “pelo” digital e não “no” digital. A partir do texto de Pêcheux (1993), novas formas de leitura de arquivo foram estimuladas, já que o autor reflete sobre as mudanças tecnológicas que estavam ligadas à leitura das ciências humanas e, ao afirmar que o arquivo é entendido como campo de documentos sobre uma determinada questão, Pêcheux (1993) explicita, resumidamente aqui descritos, dois trabalhos de arquivo: o literário e o científico. Segundo o autor, os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas, fabricantes de novas tecnologias. Pêcheux (1993) sustenta que essa divisão revela uma divisão social no trabalho de leitura, estabelecendo uma relação de dominação política:

a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”... (p. 58)

Pêcheux (1993), então, já se questionava a respeito das mudanças tecnológicas e novas formas de leitura de arquivo. Assim, os avanços tecnológicos ocorridos ao longo dos anos buscam contribuir significativamente para facilitar a comunicação⁶ e difundir a informação entre as pessoas. Desse modo, novas formas de relação e de socialização entre os sujeitos surgiram, já que há um processo emergencial de transformação pungente, pois “(...) a cultura digital não diz respeito apenas à internet (...), mas aos modos de se pensar o poder, a ciência, a educação, o trabalho, as artes, a escrita, em decorrência da conexão em rede.” (DIAS, 2011, p. 33)

⁶ Devemos ressaltar que na posição teórica que assumimos não se trataria de mera comunicação, já que discurso é compreendido como efeito de sentidos entre os interlocutores. Com efeito, Pêcheux (2014), a linguagem serve para comunicar e não comunicar.

Além disso, a constituição da formação social atual chama a atenção, pois cada vez mais há acesso a fatos e a dizeres por diferentes meios de comunicação. A mídia e os meios digitais são postos como fonte de conhecimento para a sociedade moderna, e as redes sociais contribuiriam cada vez mais para essa “disseminação de informações”. Assim, principalmente a partir do século XXI, surge outro modo de funcionamento discursivo, que possibilita não apenas vivenciar a mobilidade através das tecnologias, como também propicia a possibilidade do encontro com o outro no espaço digital. O sujeito tem acesso a discursos com os quais é fisgado ou não, haja vista que a rede proporciona acesso a distintas discursividades por ser um espaço heterogêneo, pois, segundo afirma Cristiane Dias (2018), “a mudança que vem ocorrendo no mundo em grande medida pelo desenvolvimento das tecnologias digitais produz uma mexida nas instituições, nas organizações e nas formas de lutas políticas” (p. 103). Desse modo, a conectividade pela internet permite a circulação dos discursos e faz com que o sujeito conviva com eles no ciberespaço, interditando-os e identificando-se com alguns e contra-identificando-se a outros, conforme explicita Gallo (2011), que diz:

Em relação às mídias, do ponto de vista discursivo, elas não são somente o suporte da linguagem, mas elementos constitutivos do sentido. As novas mídias, com as quais estamos convivendo hoje, permitem uma grande e contínua circulação de textos, por meio da internet. Assim, produzir linguagem nesse ambiente pode comportar uma publicação imediata, o que é determinante para a constituição dos efeitos de sentidos. (p. 411)

Contudo, em uma perspectiva discursiva, podemos dizer que “o discurso digital se formula ao circular” (DIAS, 2018, p. 29). Ou seja, com as inovações tecnológicas e com a criação e uso das redes sociais, determinados discursos passam a ter outros espaços, já que circulam entre outros sujeitos. Com isso, passam a circular mais amplamente, e essa configuração do lugar discursivo das redes sociais passa a estabelecer outras relações de poder, já que há a possibilidade de disseminar ainda mais os dizeres, legitimando-os e, porventura, negando outros. Assumimos que “o digital é uma tecnologia da escrita que implica mudanças sociais e políticas” (DIAS, 2014, p. 3).

Dessa maneira, as redes sociais, como o *Facebook*, servem, não só como um espaço de enunciar sentidos naturalizados, como também enunciar as contradições

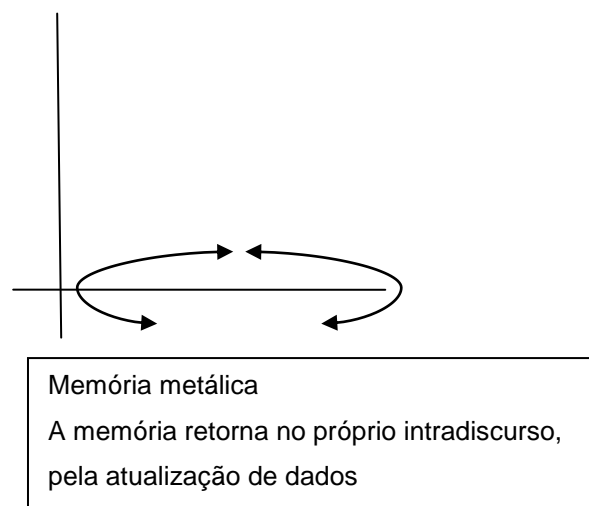
existentes – ora silenciadas, ora confrontadas. Assim, as páginas do *Facebook* tornam-se arquivos que armazenam questões diversas, que podem produzir manutenção ou deslocamento de sentidos sobre, pois, “é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, memes, links,...) que o digital se formula e se constitui” (DIAS, 2018, p. 29).

O funcionamento do arquivo é opaco, assim também é o funcionamento de arquivo com sua especificidade digital que nos propõe a refletir a respeito do papel das tecnologias da informação e da comunicação e como tendem à estabilização dos sentidos. Afinal,

[...] o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filiação do sujeito a uma rede de constituição do sentido, mas a uma rede de atualização técnica do sentido, uma vez que aquilo que se atualiza é o próprio registro. O já-dito armazenado que retorna sob a forma da atualização do registro de uma informação/dado, e não da formulação num intradiscurso, o que chamaríamos de uma atualização na forma da textualização da memória discursiva (DIAS, 2014, p. 8).

Concernente à materialidade digital, sobre a relação da sociedade e de sua memória histórica, Dias (2018) afirma que “a memória digital seria, pois, o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina, saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso” (p. 105). Dessa forma, a produção de discursos através da rede, cuja leitura de um arquivo parte do momento da sua circulação, é determinada pelo processo de sentidos em um eixo horizontal.

Figura 3 – Representação da memória metálica



Fonte: DIAS, 2015. Sobre essa horizontalização, definida por Orlandi (2010) como memória metálica, a autora propõe, inicialmente, fazer uma distinção entre a memória discursiva, a memória institucional e a memória metálica. Sobre o interdiscurso, ela afirma que ele se constitui através do esquecimento, o que produz um efeito de já-dito. Já a memória institucional é representada pelo arquivo, aquilo que não se esquece, que as instituições praticam e sustentam-no sob uma textualidade documental, o que corrobora para a “individualização dos sujeitos pelo Estado” (p. 9). Por fim, Orlandi define a memória técnica como memória metálica. Segundo a autora,

a memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição acúmulo (2010, p. 9)

Desse modo, Orlandi conclui que a memória metálica é produzida pela quantidade e não pela historicidade e que essas diferentes memórias, além de afetarem a função-autor e o efeito-leitor, levam a diferenças de formulação de sentidos, já que “qualquer memória tem uma relação necessária com a interpretação” (2010, p. 10). Assim, com base no funcionamento da memória metálica, as redes sociais acumulam dados e trabalham por meio de repetição, levando à atualização através do filtro do algoritmo, que permite que seus usuários tenham acesso a discursos com os quais eles mais se identificam.

Reiteramos, portanto, que as reflexões da autora aqui apresentadas sobre o conceito de memória metálica são basilares e não abrangem as materialidades digitais atuais, visto que essas ganharam uma fluidez inexistente à época daquela formulação teórica proposta por Orlandi. Logo, o conceito de memória metálica, apesar de ser relevante, deve ser revisto, como já feito por outros autores da área, como Gallo e Neckel (2012), que afirmam que “não existe memória metálica em uso pelos sujeitos que não seja desde sempre uma memória discursiva”. Além disso, as autoras também afirmam que a

memória híbrida que permite pensarmos o que seja uma “cultura digital”, cujos componentes são ao mesmo tempo instrumentais (mecânicos) e culturais (subjetivos). [...] O risco que temos aí é que o usuário internauta, já inscrito na “cultura digital”, tende a naturalizar os resultados que ele mesmo produz por meio de suas buscas, tomando esse resultado como sendo

“absoluto”, pelo efeito de eficiência da máquina. [...] Por isso, propusemos a expressão “clivagem subterrânea/contemporânea”, porque é próprio do contemporâneo balizar-se por dispositivos digitais e naturalizar-se no lugar do dispositivo. (GALLO e NECKEL, 2012, p.20)

Desta feita, memória metálica e memória discursiva se fundem, visto que, com o surgimento das novas tecnologias digitais, há a relação “de urgência e velocidade das redes sociais, da máquina, daquilo que é tecnológico” (PICAGEVICZ; BORTOLIN; GARCIA, 2019, p. 164) e que está no campo da memória metálica, com aquilo que “compete ao social, aos movimentos, aos coletivos” (idem) e que é passível de equívocos, que estão no campo da memória discursiva.

1.2.1 A função-autor e o efeito-leitor no digital

A noção de sujeito, compreendida nesta pesquisa, é a de uma posição assumida no discurso pela identificação com esta ou aquela FD em que o sujeito inscreve-se. Assim Orlandi (2015, p. 72), ao afirmar que a função-autor “estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador”, sustenta que essa função é produzida por um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim).

Pêcheux (2009) afirma que, para que o sujeito inscreva seu dizer no interdiscurso, é fundamental que ele tenha a ilusão de ser a origem do seu dizer e que essa ilusão se faz necessária para que ele possa constituir-se como tal. Embora o sujeito não seja a origem do seu dizer, já que tudo que é formulado por ele está na ordem do repetível e em algum lugar, pois já foi dito em algum momento, ao criar esse efeito de unidade, tem-se a função-autor, ou seja, o sujeito coloca-se imaginariamente na origem desse sentido e é responsabilizado por sua produção (ORLANDI, 2005).

Assim, Orlandi desloca a noção de autor defendida por Foucault (2001, p. 27-28) de que “pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa, pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas”. Segundo a autora, “um texto pode até não ter um autor específico, mas,

pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele” (ORLANDI, 2005, p. 75). A partir dessa reflexão, Orlandi aponta para a noção de autoria como a função do sujeito e a função-autor como a função discursiva do sujeito, relacionada à função-leitor. Assim, para Orlandi, a função-autor e a função-leitor são entrelaçadas, pois para que seja constituída uma, deve-se constituir a outra.

De acordo com Gallo (2011),

Os textos inscritos no Discurso da Escrita, obviamente originam-se na forma linguística grafada, mas, tendo passado por um longo processo institucionalização e de legitimação dos seus sentidos, esses textos, hoje, podem apresentar-se de muitas formas (...). Enfim, o importante, nesse caso, é ser um produto “acabado”, com efeito de “fim” e legitimidade, ou seja, com EFEITO-autor. (p. 414)

Desse modo, ao pensar na circulação de sentidos no digital e nos seus efeitos, faz-se necessário pensar em sua especificidade. Assim como afirma Dias (2019, p. 60), “a textualidade é a tessitura do texto, assim como a historicidade é a tessitura da história, a digitalidade é a tessitura do digital”. Ou seja, é a digitalidade que se tece para produzir efeitos de sentidos (p. 60) no digital. Logo, a circulação de sentidos no digital traz consequências sobre a função-autor que produz, pois é um efeito-autor que se funda tanto pelo sistema da escrita quanto pelo sistema imagético, com o uso dos emojis para representar – ou mesmo ratificar – determinadas formações discursivas. Ao circular de maneira instantânea na rede, isso acarreta diferenças na constituição/formulação da memória, pois estas consequências têm uma relação direta com a interpretação. Portanto, o digital e a *internet* são um modo de circulação de dizeres e de interpretações, que produz uma reorganização no trabalho intelectual e da leitura (DIAS, 2019, p. 138) e “o que sustenta a formulação dos dizeres no digital é a sua circulação” (DIAS, 2018, p 33).

Ainda segundo ORLANDI (2005, p. 65-66), “se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido”. Pêcheux (2009) afirma, ainda, que o efeito de sentidos é constitutivo da subjetividade e se caracteriza pelo fato de que, “para que ele se realize, é necessário que as condições de existência deste efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito” (p. 60). Logo, o efeito-leitor institui a noção de lugar no sentido de lugar social. E é pelo viés das projeções imaginárias (PÊCHEUX; FUCS, 2010) que

os sujeitos passam das situações empíricas para as posições discursivas (ORLANDI, 2012), como também dos lugares sociais para os lugares discursivos.

Orlandi (2005) afirma que o efeito-leitor se dá pelo mecanismo da antecipação, ou seja, quando a função-autor projeta-se no lugar em que o outro escuta ou lê de forma imaginária. Logo, o efeito-leitor não é apenas produzido de um lugar, como também projeta posições para esse sujeito-leitor. O efeito-leitor é, portanto, um efeito de sujeito, de leitura, mobilizado por diferentes projeções imaginárias, afetado pelo interdiscurso e pela memória. Entretanto, esse efeito-leitor pode ratificar-se, desconstruir-se, ser cúmplice ou confontrar-se, conforme a movimentação dos sujeitos e dos sentidos no discurso. Ao ler um texto, diferentes efeitos de sentidos são produzidos, já que existem pontos de deriva que permitem múltiplas interpretações.

Nunes (1994, p. 41) afirma que, ao falar da posição de leitor, é importante evidenciar as formações imaginárias que permitem a construção dessa noção. Para isso, descreve-se “a ‘posição’ discursiva do leitor em determinadas conjunturas, e isso depende apenas relativamente da atribuição de um leitor virtual no ato da escrita”. Logo, a construção de um leitor virtual nesse imaginário constitui um leitor virtual que lhe corresponde e que é constituído pelo atravessamento de saberes de FD nas quais esse sujeito se inscreve.

Dessa forma, a função-autor e efeito-leitor demonstram que os sentidos podem ser múltiplos no discurso.

1.2.2 A manifestação da subjetividade dos *emojis* no digital

A *internet* tem se constituído como um espaço de livre circulação, no qual os sujeitos se relacionam e, com isso, fazem circular os mais variados sentidos. Informações difundem-se instantaneamente, ampliando o acesso dos usuários das redes, bem como suas formulações espalham-se da mesma forma. Nas textualidades digitais, sobretudo aquelas das redes sociais, em sua grande maioria, há um funcionamento discursivo que promove uma busca por curtidas e compartilhamentos, a fim de se buscar “engajamento”. Com isso, outras

materialidades discursivas ganharam espaço, no intuito de otimizar os discursos produzidos nas redes.

Segundo e Dias (2007):

Partindo do pressuposto de que é o modo como o discurso circula e produz sentido num espaço determinado que o institucionaliza como um espaço de comunicação, entendo que a Internet, com sua linguagem própria, e eu falo aí de uma linguagem que “põe em relação sujeitos e sentidos” (e que transgride o representável sistema da língua), cria um paradigma outro para pensarmos a língua no que diz respeito ao seu movimento histórico, social, cultural. Histórico porque temos aí implicada toda a questão do surgimento e expansão da Internet; social porque com esse surgimento há um movimento social e urbano que desemboca na cibercultura, ligada às tribos e suas linguagens específicas. (p. 1)

Dentre essas materialidades, destacam-se os *emojis*, representações gráficas usadas para registrar uma ideia, uma emoção e até mesmo um sentimento. O recurso tornou-se de grande circulação na rede e passou a produzir efeitos de sentido, visto que, a partir do uso de um determinado *emoji*, pode-se produzir diferentes gestos de leitura sobre aquilo que, imaginariamente, se imputaria ao que o sujeito pretendia dizer.

Alguns exemplos dessa materialidade imagética podem ser verificados no nosso *corpus* empírico. Vejamos:

Hoje, uma moça que fez pré natal comigo e pariu há dois meses veio e disse que a vizinha vem segunda: “ocê passa segurança pra gente.”







Meu SUS é assim. Eu tenho tanto amor por isso aqui que tem hora que eu choro. Sério. ❤️
(10 de janeiro de 2019)

O que fica de todo esse processo? Somos nós por nós. Somos mulheres na luta por outras mulheres. Avante! 🍌
(4 de maio de 2019)

Leiam as mensagens e sintam o coração quentinho, também ❤️
(26 de junho de 2019)

Corações, punho fechado e tantos outros *emojis* utilizados graficamente seriam, de acordo com Dias (2005), vestígios de manifestar um modo de subjetividade, ou melhor, “o sujeito deixa vestígios de si mesmo, de suas sensações e sentimentos” [...]. Através dessa ‘manifestação significativa’ (escrita) o sujeito segue em sua viagem corpórea. Um ‘corpo simbólico’ no qual funde corpo, escrita e tecnologia” (DIAS, 2005, p. 55).

Tabela 1 - Emojis⁷

 coração	 riso/sorridente
 punho cerrado	 gargalhada
 coração vermelho como ponto de exclamação	 neutro

Ainda segundo Dias (2007), “há, no modo de escrita dos espaços digitais de comunicação entre sujeitos, uma inscrição do corpo na língua, o corpo acontecendo na significação. O corpo textualizado nas letras digitadas na tela, nos emoticons, na grafia acrônima, agramatical, esquisito”. (2007, p. 4). Podemos, portanto, relacionar esse modo de escrita ao que Dias chama de corporografia, “o simulacro da voz e do corpo na escrita” (p. 4). Apesar de no digital não haver, em um primeiro momento, os emojis como materialidade imagética, os avanços tecnológicos possibilitaram a inserção desses recursos, que podem ser classificados, seguindo a conceituação da autora, como corporografia imagética.

Essas tecnologias permitem, portanto, que o sujeito usuário da rede enuncie e se expresse, quer seja por meio da materialidade textual, quer seja por meio da materialidade imagética, imbricadas na composição digital “em que os sentidos foram se produzindo na contradição constitutiva do jogo entre as diferentes materialidades significantes” (LAGAZZI, 2017, p.26). Em ambos os casos, a ideologia se faz presente, funcionando em um jogo que envolve língua, discurso e ideologia. E essa materialidade também será objeto de nossas análises. Traremos, no capítulo 3, algumas sequências discursivas nas quais os *emojis* estão inseridos nas formulações produzidas pela médica.

⁷ Conceitos disponíveis em: <https://www.google.com/amp/s/www.dicionariopopular.com/significado-dos-emoticons-emojis/amp/>. O site funciona como um dicionário de línguas, conceituando os *emojis* disponíveis na rede atualmente. Entretanto, devemos ressaltar que na materialidade imagética também pode haver deslocamentos, ou seja, os sentidos podem ser outros. O *emoji* de punho cerrado, por exemplo, dependendo da posição em que se encontra, pode produzir efeito de soco, de cumprimento entre pessoas, bem como um efeito de enfrentamento, como veremos mais adiante em nossas análises cujos *emojis* estão inseridos nas sequências discursivas. Cabe ressaltar, também, que alguns *emojis* apresentados nesta tabela foram utilizados no *corpus* empírico, disponível nos apêndices C e D.

2 UMA HISTÓRIA DO CORPO FEMININO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.”

(Simone de Beauvoir)

Historicamente, a voz feminina foi silenciada ou ficou em posição subalterna na nossa formação social. Os discursos enunciados eram, por vezes, legitimados por um sujeito que interditava essa voz por meio da sua posição de autoridade, de pretensa superioridade, já que, socialmente, a mulher não tinha liberdade de fala, sendo representada pela figura do pai, dos irmãos ou do marido, após o matrimônio. Orlandi (2007) trata o impossível de dizer como o historicamente não-dizível. E assevera que:

Nessa relação com a interdição eu guardaria o nome de censura local para o domínio de formulação, ou melhor, eu diria que esta censura é o traço do que é formulável, mas proibido, em certas condições. A outra dimensão da interdição é a do impossível. Toca a dimensão mesma da história: é o historicamente não-dizível. (p. 110)

A censura, o ato de censurar, é uma manifestação cultural da necessidade estrutural de uma interdição na linguagem. Logo, ainda segundo Orlandi (2007), a censura é um fato produzido na história e não um dado consciente que um indivíduo tem de um sentido proibido (p. 14). Assim, podemos dizer que, conforme a autora, o silêncio é fundante, já que pode indicar outro sentido, pois está nas palavras e entre as palavras, significando o não-dito e dando espaço de recuo significante. Pensamos que o silêncio é necessário, mas o que determina o silenciamento e o dizer é o interdito.

A partir das revoluções femininas, esse cenário muda significativamente, e a mulher passa a ter mais espaço, ocupando, em alguns momentos, o que tem sido designado por sua posição de sujeito do discurso. Somam-se às transformações sociais outras em torno das tecnologias de linguagem. Com as inovações tecnológicas e com a criação e uso das redes sociais, determinados discursos passam a ter maior circulação social. Com efeito,

A internet, de uma certa maneira, esburaca as estruturas verticais de poder, pelo menos até o momento em que ela é tomada em sua mobilidade, em sua “materialidade dispersa” (ORLANDI, 2004), em sua temporalidade, em sua fluidez (DIAS, 2014, p. 2).

Com isso, passam a circular mais amplamente na sociedade, e essa configuração do lugar de enunciação das redes sociais passa a ter relação de poder, pois as mulheres utilizam essas redes para disseminar ainda mais os seus dizeres, legitimando-os. Nesse sentido, através desta pesquisa, entende-se que há a possibilidade de ampliar essa circulação do meio digital, trazendo ainda mais notoriedade ao assunto e à voz dessas mulheres por vezes ignoradas. Pensando em termos de história do feminismo, tal reflexão leva a se pensar em uma possível quarta onda, beneficiada pela *internet*.

Além disso, ao promover uma prática que possibilita dar visibilidade a essas mulheres, Júlia Rocha parece buscar legitimar, em seus relatos, essas mulheres silenciadas, seja na história, seja na atualidade. Os textos produzidos pela médica no *Facebook* buscam (de)enunciar a liberdade corporal e sexual da mulher através da liberdade de escolha sobre o seu corpo, pois a partir da inserção do DIU, a mulher pode ser inserida em outras posições-sujeito, de autora da sua história, determinando a sua vida familiar através do planejamento. Assim, os relatos de Júlia nas redes sociais trazem uma discursividade em questões que apresentam como o corpo da mulher é significado, ancorando-se numa representação da corporicidade feminina e como isso faz trabalhar a memória discursiva sobre a questão do gênero feminino e a gravidez, e cabe a esta pesquisa, portanto, analisar como esses enunciados são construídos no meio digital e quais efeitos de sentidos são produzidos. Para tal, nos filiamos ao quadro teórico metodológico da Análise de Discurso materialista (AD) para analisar as postagens recortadas de postagens da rede social *Facebook* da médica.

2.1 O corpo (feminino) é discurso

Esta seção propõe trazer reflexões acerca do corpo da mulher. Esse corpo, que é uma máquina tão complexa e que se tornou objeto de estudo por séculos, levando estudiosos a pesquisarem sobre os mais diversos aspectos do corpo

humano, seja sobre sua funcionalidade, suas doenças ou até mesmo a matéria que o compõe.

Conforme Courtine (2013), embora muitas pesquisas tenham ocorrido sobre os mais variados aspectos do corpo, esta é uma invenção teórica recente. Para o autor francês, a sua emergência, no século XX, como objeto de discurso no campo das ciências humanas, parece ser incontestável. Isto significa dizer que tomar o corpo como um objeto de análises discursivas, percorrem-se as condições históricas de produção de efeitos de sentidos que possibilitaram que o corpo fosse concebido em diferentes gestos de leitura. Na perspectiva de Courtine, desde a Idade Clássica à contemporaneidade, buscou-se “discernir a impregnação profunda da história sobre o corpo”, e complementa: “descobrir a parte de história no cotidiano de nossos corpos (e) forjar os instrumentos que permitem compreendê-la.” (COURTINE, 2013, p.9).

No nosso país, em especial, o corpo que desde a colonização do Brasil pelos portugueses é alvo de inúmeras inquietações e que é discursivizado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, na qual ele relata suas impressões sobre o corpo das índias. Vejamos o trecho:

Bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tinha nenhuma vergonha [...] E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. (CAMINHA, 1500).

Embora o corpo biológico, alvo da preocupação de biólogos ou de médicos esteja pressuposto nesse texto - afinal, o corpo é biofísico e com elementos específicos que o compõe, é dotado de estrutura e de funcionamento -, não é o corpo tratado e entendido dessa maneira que nos interessa, já que para a Análise de Discurso, o corpo é entendido como materialidade significativa do discurso, que posiciona o sujeito em sua formação discursiva. Como aponta Hashiguti (2007, p. 2), “o corpo é, em muitas disciplinas, tomado como biológico, natural, segmentável, controlável e transparente, mas na perspectiva discursiva, ele se desloca para o lugar da opacidade, revelando-se como forma material que se constitui no-pelo olhar que o discurso possibilita”. Isso significa que o olhar se volta apenas para a capacidade que o corpo possui de construir relações discursivas, tomando-se como

base não o objeto empírico do corpo, mas sim seu objeto discursivo. Logo, esse corpo empírico não é o objetivo da nossa análise. Aqui trataremos do corpo na perspectiva discursiva.

Falar sobre o corpo na perspectiva discursiva significa extrapolar a ideia de um corpo biológico, unidade empírica, já que, como afirma Orlandi (2012, p. 85), “enquanto corpo empírico, ele é apenas carne”. O corpo, entendido como unidade de discurso, passa a ser tratado como objeto teórico e é, pois, um lugar de discursividade, tendo em conta que o indivíduo é interpelado pela ideologia, condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (ORLANDI, 2015). Ou seja, significa dizer que o indivíduo, enquanto sujeito, é interpelado por essa ideologia para que os dizeres se produzam e, assim, tem sua materialidade, que é necessária para que possamos pensar na relação entre corpo e sujeito.

Esse corpo, tomado então como unidade discursiva, surge relacionado a outras formas de assujeitamento, sendo associado, portanto, à ideologia. O corpo é não apenas objeto teórico, mas também um dispositivo de visualização, cujo modo de ver o sujeito, sua cultura e sua historicidade o constituem. Essa historicidade é materialidade do discurso, já que a Análise de Discurso considera a história não como algo cronológico, mas sim como a exterioridade constitutiva das formas de produção de sentidos.

Pela perspectiva da Análise de Discurso, essa relação é constitutiva, ou seja, a exterioridade não é algo de fora, mas sim constitutiva, numa temporalidade interna: memória, contexto sócio-histórico e contexto ideológico são as condições de produção do discurso. A presença desse corpo discursivo, portanto, advém do processo que liga o corpo, a memória e o sujeito, sendo este, quando em sua materialidade específica, configurado como historicidade da existência investido de sentidos, o que possibilita analisarmos quais efeitos de sentidos são possíveis de serem verificados. Essa relação entre corpo, sujeito e história funciona através da ideologia a partir de uma ação que determina sujeitos e sentidos. Pensamos, então, como essas evidências de sentidos são reproduzidas nos discursos sobre o corpo, visto que essa discursivização do corpo reconhece que: “a forma sujeito histórica tem sua materialidade e que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia traz seu corpo por ela também interpelado” (ORLANDI, 2012, p.87).

O corpo carrega falhas que sobrevêm de manifestações sociais, com indícios de historicidade. Assim como a língua é falha, o corpo também é, e essas falhas

historicizadas materializam - a ideologia, de modo que levam o corpo a tornar-se lugar de simbolização, cujos sintomas sociais e culturais marcam esse equívoco, tanto na língua quanto na história. O corpo é, portanto, tanto uma forma de linguagem como uma forma de subjetivação, que o leva a uma relação próxima com o discurso.

Na perspectiva discursiva que assumimos, “não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito.” (ORLANDI, 2012, p. 93). Ele se configura como evocação da memória do corpo, e esse corpo se presentifica por meio da transformação em um corpo-presença. É um corpo textualizado, que faz sentidos em sua presença e não é empírico. Assim, o corpo configura-se como objeto discursivo, constituindo-se como um lugar de efeito, que comporta, além disso, o efeito do sujeito no discurso, assumindo características ao transitar entre língua e ideologia.

Dessa forma, como explica Orlandi (2012, p. 85), “enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”. É, portanto, um corpo-ideológico, e é esse corpo que nos interessa: o corpo tomado como elemento simbólico, como sentido, como elemento do discurso. Com isso, pensamos a noção de corpo como objeto do discurso, e sua materialidade se constrói através dele, submetendo-se, assim, à falha. Assim, pensamos os efeitos produzidos pelo modo que esse corpo se apresenta no discurso, a partir da sua relação com a memória discursiva, já que esse corpo, afetado por essa memória, determina e é historicamente determinado, configurando-se em uma interpretação ideológica do corpo, visto que as posições dos sujeitos nos discursos indicam seus lugares ideológicos.

Portanto, “o corpo configura-se como lugar de inscrição. Inscrição do sujeito, inscrição do sentido.” (DIAS; COSTA, 2017, p. 94). É um corpo que fala e que se percebe através de efeitos de sentidos advindos de posições distintas no discurso, afinal, o corpo e o discurso aproximam-se no campo teórico da Análise de Discurso. Nota-se, então, que o corpo aparece no discurso como lugar de resistência tanto social quanto simbólica. O corpo é considerado como lugar de luta onde o sujeito, que não é um ser empírico, um indivíduo no mundo, mas aquele que se inscreve e é submetido à ideologia e perpassado pelo inconsciente. Em linhas gerais, a noção de corpo atravessa o imaginário social, de modo que sobre ele recaem questões a

respeito do funcionamento dos sujeitos na sociedade. Diversas condições, como religiosidade, moral e sexualidade, por exemplo, conduzem os corpos pela história, o que leva a comportamentos que constituem a sociedade. Nesse sentido, o corpo surge como objeto de análise, partindo de uma relação que permita considerar o funcionamento do sujeito no discurso.

2.2 O disciplinamento dos corpos femininos

Tomando como objeto de análise especificamente o corpo feminino e o relacionando a um processo histórico, podemos identificar, com a carta de Caminha, que o corpo é descrito através do olhar europeu sobre o corpo feminino que leva a uma historicidade, a uma memória de que o corpo da mulher é visto como objeto de desejo masculino. Ainda percebe-se esse olhar através do Romantismo brasileiro, mais precisamente nas obras indianistas de José de Alencar⁸, como o corpo feminino é discursivizado, criando efeitos de sentido através da memória discursiva determinada pelo sujeito. As obras de Alencar, enquanto discurso, instauram uma posição discursiva nacionalista sobre o corpo feminino brasileiro, estabelecendo, assim, uma memória nacional também sobre esse corpo.

Em Iracema, Alencar inaugura uma discursividade para o corpo feminino, através da inclusão de elementos da fauna e da flora. Essas associações produzem efeitos de sentidos nos quais estabelecem uma relação em que Iracema é retratada de forma metonímica, representada pelo seu corpo. Observa-se no trecho a seguir, como o corpo de Iracema é significado:

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a ema selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu onde campeava sua guerreira tribo da grande nação tabajara, o pé grácil e nu, mal roçando alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas. Um dia, ao pino do sol, ela repousava em um claro da floresta. Banhava-lhe o corpo a sombra da oiticica, mais fresca do que o orvalho da noite. Os ramos da acácia silvestre esparziam flores sobre os úmidos cabelos Escondidos na folhagem os pássaros ameigavam o canto. (ALENCAR, 2016, p. 16).

⁸ José de Alencar é aqui representante de uma posição-sujeito inscrita na memória.

Podemos observar que, embora a descrição de Alencar carregue um já-dito europeu, incorporando essa visão do colonizador sobre o corpo feminino, ele o re-significa ao tentar construir uma identidade nacional. Essa re-significação é construída através de uma retomada histórica e da memória que atravessa o sujeito, já-ditos construídos anteriormente em outro lugar que, no entanto, ressoam. Isto é, falar é esquecer o que já foi dito para que outros sentidos surjam. O que já foi dito sobre o corpo feminino é esquecido e o discurso alencariano produz outros sentidos sobre esse corpo.

Trazendo essa discursivização do corpo feminino para a contemporaneidade, aqui, talvez caiba, refletirmos sobre a reflexão trazida por Orlandi (2014) em relação aos grupos de minorias. Em seu texto, a autora retoma a ideia de minoridade trazida por Kant, na qual seu sentido refere-se à inferioridade quantitativa. Trazendo esse conceito para a contemporaneidade, a palavra minoria remete à incapacidade de se ter voz ativa ou poder decisório, e esses conceitos são diretamente ligados aos grupos de minorias sociais.

Dentre esses grupos, está o das mulheres. Durante anos, foi dado à mulher o dever cuidar da sua casa, do seu marido e dos seus filhos, sendo esse o exemplo de mulher ideal construído sócio-historicamente, ressoando certa memória sobre a mulher. Essa imagem de esposa e de mãe foi associada à ideia de feminilidade à de maternidade, relacionando a subordinação da mulher ao lar. Diante disso, a constituição do feminino como pretensamente pertencente ao masculino, além de torná-la submissa, inferior e domesticada é um efeito de sentido produzido nos discursos patriarcais sobre as mulheres atravessado por décadas.

Contudo, o que podemos considerar, segundo Foucault (1999), como corpo dócil? Significaria dizer, sob a perspectiva do autor, que

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica”. (FOUCAULT, 1999, p. 181)

Considerando o exposto por Foucault, podemos dizer que o corpo da mulher é mais útil quando controlado, pois corresponde melhor às ordens e, dessa forma, a dominação do corpo feminino se dá como uma forma de poder. Portanto, pode-se afirmar que o corpo feminino, seus gestos, suas formas de apresentação, de andar e

de sentar, por exemplo, nada tem de natural, mas, ao contrário, representam uma corporicidade fabricada, dominada, docilizada. Dessa forma, percebemos os diferentes sentidos sobre o corpo da mulher e a posição no discurso em que ela é colocada.

O corpo feminino, principalmente aquele destinado a gerar filhos, torna-se julgado pelo olhar daqueles que os controlam, em todos os seus aspectos. Esse corpo feminino, que gera filhos, é o corpo desejável, pois sabe-se que, historicamente, o corpo feminino é subjugado, sendo negado a ele um lugar ou espaço que não fosse o familiar. A mulher é, portanto, considerada a partir de uma natureza que justifica a apropriação social de seu corpo pela da dominação, como um corpo sexualizado e predisposto naturalmente à reprodução.

Beauvoir (1970), em seu livro *O Segundo Sexo*, menciona a prevalência do homem sobre a mulher, reafirmando esse lugar de subalternidade feminina. O homem é o ser positivo, neutro, absoluto e essencial, enquanto a mulher é o negativo, o não essencial, o Outro. Em suas palavras, “mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade.” (1970, p. 11), ou seja, o corpo feminino é obstáculo, de modo que a diferença anatômica justifica a necessidade da submissão e se constrói como prisão. Segundo a autora já denunciava, o corpo feminino era submetido a tabus e valores que afirmavam as condições masculinas e femininas como uma ordem natural das coisas.

Entretanto, não há justificativa para a supremacia masculina apenas relacionada a dados biológicos, psíquicos ou econômicos, e tal superioridade é definida pelo conjunto da civilização que elabora o feminino (BEAUVOIR, 1980, p. 11). Portanto, ao seguir a mesma linha proposta por Beauvoir sobre o corpo da mulher, pensamos no corpo do homem, ou seja, não se nasce homem, torna-se homem, já que a masculinidade é estruturada a partir de um contexto social e cultural. Em suma: o corpo masculino é disciplinado assim como o feminino, porém, é naturalizado dentro dos suportes construídos pela sociedade.

A historicidade (dentro da perspectiva da AD já mencionada anteriormente) constituída pela memória na qual as proibições externas são interiorizadas, se converte em proibições internas relacionadas aos corpos femininos, construindo essas formações imaginárias nas quais esses corpos passam a ser tutelados, vivendo sob a forma de culpa, tornando essas mulheres sexualmente repreendidas, interditando o corpo feminino para o prazer e condicionando seus corpos apenas

para a reprodução. Essa ideia é reforçada nas palavras de Lins (2007), que afirma que:

A procriação exige a participação dos dois sexos. Surge a noção do casal. O filho não está mais ligado exclusivamente à mãe. O homem pode agora dizer, orgulhoso: "Meu filho", e deixar sua herança para ele. Mas, para que isso seja realmente possível, a mulher só pode fazer sexo com ele. Instale-se, então, o controle da fecundidade da mulher. Estando calcada num fato biológico, a procriação, esse controle é constituído como universal e eterno. A liberdade sexual da mulher, característica de épocas anteriores, sofre sérias restrições. Com o homem é diferente. (LINS, 2007, p. 32)

Essa condição da maternidade, na qual a mulher pode gerar descendentes, leva inevitavelmente a uma prisão, de maneira que uma mulher sem filhos – seja por decisão ou por alguma dificuldade – é drasticamente vista (e dita) como uma mulher imperfeita. Dessa forma, pela perspectiva retratada por Beauvoir, o destino da mulher é a construção da família, já que a sua função primordial é cuidar da casa e dos filhos.

Historicamente, a mulher foi silenciada⁹, dominada e subjugada, e seu corpo é elemento dessa dominação, um elemento da historicidade. Desse modo, muito além de uma estrutura biológica, o corpo é uma construção simbólica e ideológica que se modifica de acordo com a sociedade e com a época em que está inserido, perpassando por diferentes condições de produção. Há séculos o corpo feminino é tutelado, padronizado, desde o seu peso, passando pelo controle reprodutivo e também pelos seus comportamentos.

O corpo feminino mais robusto, que na Antiguidade era considerado sinônimo de beleza, com o passar dos séculos passou a ser padronizado por outros moldes. Adentrando na contemporaneidade, desde as décadas de 1930, 1940 e 1950, nas quais as mulheres eram bombardeadas com anúncio de tônicos para não engordar, até os dias atuais, o corpo feminino vem sendo construído em um determinado padrão de beleza que, além de medicalizar, escraviza a mulher, que tenta cada vez mais se encaixar nesses padrões impostos, pois

a produção de sentidos acerca do corpo gordo, portanto, está diretamente ligada à ordem médica e disseminada pelo senso comum como algo natural

⁹ O silenciamento aqui proposto tal qual nos afirma Orlandi, de que “política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma dada situação discursiva dada”. (2007, p. 73)

e cientificamente comprovado, verdadeiro, não cabendo sequer problematizar a questão. (CAMPOS *et al*, 2016, p. 4).

Esses discursos normatizam o corpo feminino e o sentido de gordo e magro já vem inscrito na história, pois o corpo gordo acaba não sendo mais considerado sinônimo de beleza, como fora outrora, e a mulher deve manter-se saudável – não gorda – para alcançar o objetivo de ser mãe, concluindo que o corpo da mulher necessita sempre ser corrigido.

Outra forma de controle do corpo feminino era o tônico “A Saúde da Mulher”, também ofertado em almanaques de farmácia de mesmo nome. O medicamento prometia “acabar com as irregularidades uterinas das mulheres, causadas pela menstruação, regulando o funcionamento de seus úteros e ovários.” (MORAES, 2020, p. 126), de modo que a mulher passaria a ser mais produtiva em seu lar, tornando-se o exemplo de mulher ideal. Essa imagem de esposa e de mãe associou a ideia de feminilidade à de maternidade, relacionando a subordinação da mulher ao lar. Diante disso, a constituição do feminino como pretensamente pertencente ao masculino, além de torná-la submissa, inferior e domesticada, é um efeito de sentido produzido nos discursos masculinos sobre as mulheres atravessado por décadas e que coloca esse corpo como subjugado, já que lhe foi negado um lugar, um espaço que não fosse o familiar.

Revisitando Foucault, que ao afirmar que o corpo dócil “tem por correlato uma individualidade não só analítica e ‘celular’, mas também natural e ‘orgânica” (1999, p. 181), nos traz que o corpo – e aqui nos referimos ao corpo feminino - é mais útil quando controlado, pois corresponde melhor às ordens e, dessa forma, a dominação do corpo feminino se dá como uma forma de poder. Portanto, pode-se afirmar que o corpo feminino, seus gestos, suas formas de apresentação, de andar e de sentar, por exemplo, nada tem de natural, mas, ao contrário, representam uma corporicidade fabricada, dominada, docilizada. A mulher é, portanto, considerada a partir de uma natureza que justifica a apropriação social de seu corpo pela dominação e predisposto naturalmente à reprodução.

Instituições como escolas, família, igrejas, entre outros, denominados como Aparelhos Ideológicos do Estado por Althusser (1998), “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão (...)” (1998, p. 47), tornando-se, desse modo, um AIE dominante em relação aos dizeres sobre o corpo feminino. Assim, Foucault afirma que é dessa

maneira que o corpo é produzido e torna-se dócil e submisso às regras da sociedade.

Dessa forma, Foucault (1999) ao abordar a questão do disciplinamento dos corpos, nos chama a atenção para o fato de que esta implica no controle desses corpos e que a coerção é a base desse controle. Como sujeito, muitas vezes, subjugado e oprimido, a mulher é obrigada a se adequar aos padrões estabelecidos, a partir de treinamentos e de regras que reproduzem a ideologia dominante e homogeneizadora de sujeitos. O controle do corpo, enfim,

implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais do que sobre seu resultado e se exerce sobre uma codificação que esquadrinha, ao máximo, o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem um controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças, e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 1999, p. 109).

Assim, a mulher era criada para o lar e para gerar filhos tendo a sua voz silenciada, em posição subalterna na nossa formação social. Dessa forma, compreendemos que os discursos sobre o feminino estão ligados a imaginários enraizados em um decurso histórico, que levaram a um silenciamento também histórico, pois os discursos enunciados eram, por vezes, legitimados por um sujeito que interditava essa voz, já que, socialmente, a mulher não tinha liberdade de fala, sendo representada pela figura do pai, dos irmãos ou do marido, após o matrimônio.

Por outra via, a AD compreende o corpo como uma materialidade significativa (ORLANDI, 2012, p. 88), e isso significa que ele não possui somente proporções físicas, mas também é um corpo simbólico, no qual se relacionam sujeito, língua e história através dos processos de significação; é um corpo-resistência¹⁰. A historicidade constituída pela memória na qual as proibições externas ao corpo das mulheres são interiorizadas e isso se converte em proibições internas relacionadas aos seus corpos, construindo essas formações imaginárias nas quais os corpos femininos passam a ser tutelados, vivendo sob a forma de culpa, tornando essas mulheres sexualmente repreendidas, interditando o corpo feminino para o prazer através dessa discursividade e condicionando seus corpos apenas para a reprodução. Esse modo de significar o corpo feminino é construído através de uma

¹⁰ Compreendemos aqui corpo-resistência uma materialidade simbólica que, mesmo no interior de uma ideologia dominante, reage criativamente à opressão.

formação discursiva patriarcal, que produz efeitos de sentidos aos discursos, mesmo nos dias atuais. Esses discursos estabelecem uma relação constitutiva de que o corpo da mulher deve ser preservado para a reprodução, independentemente de sua vontade.

Entretanto, o corpo feminino parece resistir, e na persistência de sua presença, ele é político, já que “o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história.” (ORLANDI, 1998, p. 74). Ou seja,

na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. Em outras palavras, “a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político” (M. Pêcheux, 1982). Isso significa que a chamada “ilusão de conteúdo” (des)territorializa a noção de leitura pela noção de discurso enquanto efeito de sentidos (ORLANDI, 1998).

Alguns movimentos de resistência ocorreram no século XX, mais precisamente a partir da década de 1970, com os movimentos feministas a favor do aborto e da liberdade sexual da mulher a partir do uso do anticoncepcional. Desse modo, a partir desses movimentos ocorridos nos Estados Unidos e na França, mulheres passaram a reivindicar a autonomia dos seus corpos, principalmente no que tangia à maternidade. A segunda onda lutou não só pela igualdade de gênero, mas também pela liberdade de seus corpos através do uso de contraceptivos e essa era também uma luta por uma revolução sexual, já que, historicamente, os corpos femininos eram tutelados através da reprodução.

As reivindicações sobre o uso de contraceptivos se abriram para debates sobre o corpo e a reivindicação dos seus direitos contra o controle social ao qual era submetido, tornando o corpo um lugar de disputa no qual se lutava pela livre escolha da maternidade, e a mulher que detinha o poder de controlar seu próprio corpo era considerada transgressora. Afinal, a partir do momento em que ela passa a controlar a sua sexualidade, ela passa também a resgatar o seu próprio corpo, já que vivemos em uma sociedade na qual o homem tem o domínio sobre o corpo da mulher e esse controle se dá, entre outros, também pela fecundidade. Podemos observar a inscrição desses movimentos no político, ou melhor, o funcionamento do político na linguagem (ORLANDI, 1988) – já que o político, em AD, está relacionado à divisão

de sentidos, em poder ou não dizer (configurações de dizer) – no caso, na relação posta com as três ondas mencionadas.

Assim, uma das proposições dessa onda feminista era expressa pela máxima “nosso corpo nos pertence”, cujo elemento central era a relação de poder ditado no espaço público e privado. Esse princípio buscou re-significar a imagem discursiva de corpo disciplinado, produzindo efeitos de sentidos ao ser enunciado por esse sujeito-mulher. Tratava-se, dessa forma, de uma re-significação da sexualidade através da luta não só do direito individual, mas também do direito coletivo, a partir de práticas de liberdade e de enfrentamento do controle social desses corpos.

Ao criticar esses mecanismos institucionais que controlam os corpos femininos, os movimentos feministas buscaram desconstruir essa historicidade que atravessava os sujeitos através de uma memória discursiva dominante sobre o corpo, apoiada na dominância da sexualidade reprodutiva. Segundo Pêcheux (1999), essa memória discursiva deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador.” (p. 50) - e complementa o autor: “espaço móvel de disjunção, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (p. 56). Significa dizer que memória, segundo ele, representa um lugar de estabilização de discurso, de deslocamentos e de repetição, que restabelece os pré-construídos (p. 52).

Dessa forma, esses movimentos visavam separar o conceito de sexualidade ao de procriação, o que só foi possível a partir do advento da contracepção hormonal oral, o que levou a subversão da ideia de dominação masculina que existia. Com efeito, o anticoncepcional pode ser considerado como um acontecimento discursivo – resultante do encontro entre a memória, que dá sustentação ao dizer (na forma de um já dito), e uma atualidade (intradiscursiva), pois, ainda conforme Pêcheux, para tratar do memorizável é preciso entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: (1) “o acontecimento escapa à inscrição, que não chega a se inscrever”; (2) “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.” (1999, p.50). A memória tem, portanto, propensão a por o acontecimento em uma regularidade discursiva existente, tornando-o previsível. Contudo, há sempre pontos de deriva, como já apresentamos. Tomar os métodos contraceptivos como um acontecimento discursivo é considerá-los uma atualização e um deslocamento de

sentidos na rede de memória do controle do corpo da mulher, produzindo, portanto, outras redes de filiação discursiva.

Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux menciona a questão da resistência. O autor considera em seu texto que o inconsciente é “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpretação o captura” (2014, p. 277), retificando, assim, o conceito de ideologia dominada e de desidentificação de seus trabalhos. Dessa forma, Pêcheux postula, a partir de suas considerações sobre ideologia e lutas de classes, sobre a contradição dessa ideologia, pois considera que na luta de classes a ideologia dominada desequilibra algo da ideologia dominante e que não há somente reprodução dos fatos e das suas condições. Entretanto, em outros textos, Pêcheux ([1977] 2011) pensa o lugar da linguagem na luta ideológica, “a luta ideológica de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e frases, uma luta vital para cada uma das classes que se confrontam ao longo da história” (PÊCHEUX, [1977] 2011, p. 273). Há ainda de se registrar outra afirmação Pêcheux ao afirmar que

Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a interrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante. (PÊCHEUX, [1978], 2009, p.280)

Neste mesma direção, Zoppi-Fontana (2005) aponta que Pêcheux considera as lutas de deslocamento ideológico que intervêm na reprodução/transformação das relações de classe. Então, as ondas feministas poderiam ser inseridas nessas lutas de deslocamento de sentidos.

Ademais, em seu texto de 1982, “Delimitações, inversões, deslocamentos”, Pêcheux (1990 [1982]) refere-se aos discursos produzidos nas grandes revoluções da história. A resistência se manifesta no texto a partir das relações de conflitos entre ideologias divergentes que mantêm uma estabilidade na produção dos seus discursos, indicando que a contradição se materializa no interior da luta de classes. O resultado disso é o efeito de evidência, que não possibilita ver a presença do outro, já que no interior da ideologia dominada se sobrepõe a ideologia dominante, estabelecendo, portanto, uma relação de dependência, cuja contradição e falha são

mascaradas sob o efeito de evidência da oposição, pois “toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna” (p. 16). Dessa forma, Pêcheux atenta para a ilusão dessa unidade ideológica como efeito das interpretações populistas do discurso revolucionário, permeadas pelo imaginário social. Segundo o autor

Desligar-se do efeito religioso que aí se veicula é antes de tudo reconhecer que, mesmo no espaço ideológico feudal-monárquico, e a fortiori nas condições contemporâneas, as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um “outro mundo”, anterior, exterior ou independente. (PÊCHEUX, [1982], 1990, p.16)

Essa afirmação sobre a dominação ideológica pode ser vista na luta feminista, por exemplo. Em seu livro “E eu não sou uma mulher?”, bell hooks¹¹ explicita a luta das mulheres negras para que as mulheres brancas que lutavam pela igualdade de gênero as reconhecessem como também mulheres que eram. A autora reflete sobre a luta das mulheres negras¹² e a desvalorização contínua delas. hooks afirma que

As mulheres negras do século XIX eram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo de mulheres na sociedade estadunidense jamais foi. Elas não somente eram o grupo de mulheres mais vitimizadas pela discriminação e opressão sexistas, como também eram tão sem poder que sua resistência raramente tomava forma de ação coletiva organizada. (2020, p. 255)

Isso significa que os movimentos denominados de ondas colocavam questões em blocos, como se os demais movimentos tivessem sido resolvidos. Ou seja, no feminismo especificamente, as mulheres negras não tinham a sua luta reconhecida pelas mulheres brancas, o que retoma a reflexão de Pêcheux sobre a contradição no interior da luta de classe:

O outro, inversamente simétrico ao primeiro efeito, consiste em pressupor, no interior do mundo existente, a existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como uma essência certamente

¹¹ O nome da autora é escrito com letra minúscula pois foi a maneira que ela encontrou de evidenciar a importância de seus escritos e não a sua figura, evitando, assim, um personalismo para valorizar a coletividade.

¹² A título de exemplificação, podemos inserir outro exemplo de acontecimento discursivo relacionado aos corpos de mulheres negras. Zoppi-Fontana e Cestari (2014) asseveram que “na luta ideológica em torno da expressão ‘cara de empregada doméstica’, os sentidos que inferiorizam a cara e o corpo das empregadas domésticas, historicamente naturalizados desde a época da escravidão, foram desestabilizados e ressignificados pelo acontecimento discursivo da aprovação da chamada “PEC das domésticas” (p.183).

entrevada, reprimida, dominada, mas no entanto, prestes a fazer irromper (...) e a dominar, por sua vez, quando for o dia. Aqui é necessário insistir, porque encontramos numerosos exemplos desta concepção, tanto na concepção corrente da noção de ideologia proletária, quanto por detrás de formulações que atribuem generosamente à “negritude”, ao “feminismo”, à “loucura”, (...) o estatuto de contra-ideologias revolucionárias: esta concepção se encontra, em suma, sob a garantia da existência das ideologias dominadas concebidas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante. (1990, p. 16)

Assim, muito além de ser uma estrutura biológica neutra, o corpo da mulher é uma construção sócio-histórica, que se modifica de acordo com a sociedade e com a época em que está inserido e construído. Observar o corpo como elemento simbólico, extrapolando sua condição biológica é necessário, pois o corpo concebido como discurso é lugar de história e não pode ser visto de maneira isolada no momento histórico em que se constitui, como afirma Orlandi:

Não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica. (ORLANDI, 2012, p. 93)

Dessa forma, a mulher que não deseja (ou mesmo a que não tem) ter filhos parte de uma ressignificação e de uma subversão dessa construção histórica de que a mulher é preparada para ter filhos, algo que é percebido, desde sempre, como algo negativo. Com isso, essa negação à reprodução gera uma desobediência política, buscando subverter e desestabilizar a estrutura vigente, afastando-se da “submissão natural”. Assim, o corpo feminino se inscreve no campo de demarcação de espaço, já que, por vezes, esse corpo é tido como “subalternizado”, sobre o qual não se vê um olhar de autonomia.

Esse corpo não reprodutor, numa sociedade patriarcal, torna-se uma transgressão, e essa mulher é levada a reprimir essa vontade em benefício dessa sociedade na qual ela nunca teve controle do seu corpo, já que não era considerada responsável por ele. Há, em nossa formação social, uma ideologia dominante que dita às mulheres como elas devem se relacionar com o seu corpo. Essa ideologia, que leva a regulamentar e controlar os corpos, impondo-lhes limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 1999, p. 181), mostra que, quando a mulher age de uma forma que rompe com essa ideologia, ela dá voz ao discurso de resistência, transgredindo esse controle.

2.3 Uma história da contracepção

Para a Análise de Discurso, conforme já sublinhado no capítulo 1, a historicidade é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história e, logo, considera-se a historicidade inscrita em certas discursividades sobre a contracepção. Há registros que sugerem, em determinados períodos, que as mulheres engravidassem diversas vezes ao longo da vida, já que não existia qualquer forma de se evitar a gravidez. Entretanto, muitas tentativas de contracepção foram formuladas e praticadas ao longo da história da humanidade. Esse tema, que gera tanta polêmica por questões culturais, religiosas, políticas e até mesmo pessoais, vem sendo praticado há séculos e não é um conceito moderno. O filósofo grego Aristóteles, em sua obra “A Política”, defendia a limitação de filhos aos casais e que a mulher deveria abortar, caso fosse necessário:

Sobre o número dos filhos (porque o número de nascimentos deve ser sempre limitado), [...] se alguns casamentos são tão fecundados que ultrapassem o limite fixado de nascimentos, é preciso provocar o aborto, antes que o feto receba animação e a vida [...] (ARISTÓTELES, 2019, p. 45).

Hipócrates, médico grego e considerado o pai da medicina, refutava essa prática devido aos riscos que ela trazia às mulheres e defendia que a semente de cenoura selvagem era possível de prevenir gravidez. Já Sorano de Éfeso, médico da cidade grega de mesmo nome, defendia que o aborto deveria ser permitido em casos em que a gravidez representasse algum tipo de risco à vida da mãe. Entretanto, essa escolha era vinculada à vontade do marido, demonstrando o quanto a sociedade, desde os tempos da Antiguidade, delegava aos homens o direito sobre o corpo das mulheres, já que a prática era vinculada a questões de ordem política e econômica da época.

Trazendo para a história mais recente, em 1921, Ludwing Haberlandt¹³, realizou experimentos em coelhas, induzindo à infertilidade temporária desses animais através do transplante de ovários de outras coelhas grávidas. Surge, então,

¹³ Médico austríaco considerado o pai da contracepção hormonal. Começou experimentos em 1921 e em 1930 iniciou os testes clínicos da pílula em mulheres. Informação disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20047112/>

o primeiro contraceptivo hormonal. Contudo, apenas na década de 1960 as primeiras pílulas anticoncepcionais orais chegam ao mercado estadunidense. Esse método revolucionou o conceito de sexualidade da época, já que o sexo era considerado apenas para fins de reprodução e consistia em ingerir comprimidos diariamente, de preferência no mesmo horário, para aumentar a sua eficácia.

Entretanto, os métodos contraceptivos eram considerados um atentado à natureza pela sociedade da época, pois a gravidez era vista como um dom natural e a mulher deveria aceitar o dom da maternidade. Além disso, os filhos gerados eram vistos como mão de obra, contribuindo para a nação através do trabalho, sendo, assim, a contracepção considerada prejuízo para o desenvolvimento nacional. A partir do uso constante desses métodos contraceptivos, diversos outros métodos foram surgindo ao longo dos anos, sendo os mais utilizados, além da pílula hormonal, o diafragma, dispositivo que bloqueia a entrada do colo uterino e, conseqüentemente, a chegada dos espermatozoides ao útero; a injeção anticoncepcional, método que consiste em introduzir de forma injetável uma carga significativa de hormônios nos músculos; o implante anticoncepcional, pequeno bastão de silicone que é implantado sob a pele e que libera hormônios gradativamente; a camisinha feminina, película que é introduzida na vagina antes da relação sexual; o DIU de cobre e mais recentemente, o DIU hormonal.

Outros métodos contraceptivos¹⁴ foram utilizados anteriormente, porém, sua ineficácia foi amplamente comprovada, como por exemplo, o coito interrompido, que consiste em interromper o ato sexual antes da ejaculação masculina; a percepção da fertilidade, popularmente conhecida como “tabelinha”, que consiste na técnica de se perceber quais os dias em que a mulher está em período fértil e o contraceptivo de emergência, popularmente conhecido como “pílula do dia seguinte”, que contém uma grande carga hormonal que é ingerida pela mulher a fim de retardar a liberação dos óvulos. Esses métodos se mostram com baixa eficácia em relação aos demais e sugere-se que a mulher utilize outros métodos contraceptivos aliados a esses.

Tratando-se especificamente do dispositivo intrauterino (DIU), os primeiros dispositivos foram introduzidos por Hipócrates há milênios e eram inseridos no útero através de um tubo de chumbo. Atualmente, existem dispositivos de cobre em diferentes formatos, entre os quais o mais popular é em forma de “T”. Esse

¹⁴ Informações disponíveis em: <https://www.vivasuavida.com.br/pt/metodos-contraceptivos/#methods->

dispositivo libera íons de cobre e é um método não hormonal, sendo adotado pelas mulheres por diversos motivos. Sua alta eficácia corrobora para a ampliação de seu uso, embora esse procedimento ainda seja considerado um tabu para algumas mulheres devido à falta de informação. Dessa forma, com a disseminação do uso do dispositivo e com a melhora da sua eficácia, o Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) passa a adotá-lo efetivamente a partir de 2017, ampliando o acesso ao dispositivo para todas as mulheres. Podemos dizer, parafraseando Garcia (2020), que se trata de discurso de políticas públicas que “demarca e define a(s) mulhere(s) [...] por meio de dizeres administrativos e jurídicos” (p, 205).

Para isso, o SUS disponibiliza palestras às mulheres que desejam implantar o dispositivo como forma de planejamento familiar e de controle da reprodução. Tal movimento leva à conclusão de que as mulheres da atualidade têm muito mais controle sobre os seus corpos caso desejem planejar a sua gravidez ou até mesmo evitá-la, já que se trata de um contraceptivo livre de hormônios. Por anos, o método contraceptivo mais utilizado pelas mulheres foi o anticoncepcional oral, que além de ter uma eficácia menor que a do DIU de cobre (cerca de 91% contra 99% do DIU¹⁵), acarreta efeitos colaterais ao corpo da mulher. Dessa forma, o DIU de cobre torna-se uma opção para a mulher que não deseja inserir hormônios em seu corpo ou até mesmo para aquelas que não podem por algum motivo, já que esse papel de contracepção sempre foi destinado, em grande medida, às mulheres.

Já para os homens, os dois únicos métodos contraceptivos adotados atualmente são a camisinha e a vasectomia, apesar de estudos feitos em universidades da Europa e dos Estados Unidos realizarem pesquisas para elaborar a pílula do homem¹⁶, um método contraceptivo oral masculino que visa interferir na produção de espermatozoides. Entretanto, as pesquisas ainda estão em andamento e não há qualquer previsão de que esse método chegue às farmácias, de modo que se nota que ainda cabe à mulher o papel da contracepção, e os movimentos feministas da época já questionavam essa ausência de pesquisas sobre a contracepção masculina, afinal, tratava-se de não incluir os homens na responsabilidade da reprodução.

¹⁵ Informação disponível em: <https://www.anticoncepcionaldelp.com.br/qual-a-eficacia-dos-metodos-contraceptivos>

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff07039909.htm>

Se compararmos o uso de métodos tradicionais por homens, como a camisinha, e o cirúrgico, como a vasectomia, percebemos que a memória discursiva de que a mulher deve ser responsável por prevenir a gravidez sustenta esse dizer, já que cabe a ela o papel de mãe e, conseqüentemente, a responsabilidade da criança que será gerada. Tal cenário envolve, ainda, faixas geracionais e estados civis. Enquanto que, para o homem adolescente, a camisinha é considerada como um método contraceptivo aceitável, para a mulher adolescente, o único método contraceptivo preconizado pela ideologia dominante é a castidade, como observaremos mais adiante em discursividade que circula em campanha governamental para adolescentes.

O tema da castidade como prevenção à gravidez foi, inclusive, instituído pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2019, e passou a vigorar em 2020. Intitulada de “Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência”, a campanha se iniciou através de uma alteração na lei 13.798/19, que acrescenta o art. 8º à lei 8.069/90, em que diz:

Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (BRASIL, 2019)

Por outra via, cabe ressaltar, ainda, que o surgimento da pílula anticoncepcional desobrigou o uso do preservativo pelos homens, método que lhes dava certa responsabilidade na contracepção, principalmente aos homens casados. Nota-se, então, que a sociedade é atravessada por uma memória de que a mulher é a responsável pela reprodução, desvinculando o homem dessa responsabilidade.

Entretanto, não há dúvidas de que os avanços na medicina em relação aos contraceptivos femininos ajudaram a propagar sentidos relacionados à mulher ter o controle sobre o seu corpo. Conquanto, a responsabilidade ainda recai sobre a mulher¹⁷, de modo que cabe a ela o papel de mãe, e essa responsabilidade tornam-se décadas, o que significa uma liberdade de escolha para elas, que podem decidir quando engravidar e ainda optar por não engravidar em momento algum.

¹⁷ Cabe lembrar que Orlandi (2005) analisa uma notícia sobre a pílula do homem. No título da notícia temos: “Mulher ganha aliada com pílula do homem”. O efeito de sentido de aliada aponta para essa questão de a responsabilidade: caberia somente à mulher a prevenção, podendo contar ainda com uma colaboradora.

Ainda que a eficácia do DIU não seja total, assim como todos os outros métodos contraceptivos disponíveis atualmente, ele é um ótimo recurso para a política a partir do momento em que o Estado não respalda essa mulher, como exposto por Fernandes (2019):

A presença e “a força das imagens maternas” permite identificar a capacidade do gênero de dar sentido, de qualificar os feitos no cotidiano de uma instituição de Estado e de salientar, por exemplo, a centralidade da categoria “prevenção”, lembrando que “prevenir é também prever”. As condições reunidas no ato de ‘prever’ estariam vinculadas às intuições, ao “faro”, à capacidade de rastrear um possível drama, a estas e outras características atribuídas, em geral, a uma socialização feminina. (FERNANDES, 2019, p.17).

O senso comum, definido especificamente como posto por Lagazzi (1988), “o conjunto das opiniões tão geralmente admitidas numa época e num meio dados, que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais (...)” (p. 30-31), parece imputar um consenso de que se houvesse um planejamento familiar adequado a essas mulheres no Brasil, não haveria tanta criança e precariedade de serviços públicos. Significa dizer que, ao que parece, apenas as mulheres são responsáveis por planejar a quantidade de filhos que desejam ter, já que no nosso país há uma estabilização de sentidos que apontam a mulher que tem filhos demais como alguém sem controle, demarcando as diferenças entre a reprodução livre dos homens e a reprodução condenada das mulheres, sobretudo, as pobres.

E são essas mulheres, condenadas e culpabilizadas nesses dizeres, que procuram o planejamento familiar, a fim de encontrar um método contraceptivo eficaz para terem controle sobre os seus corpos, serem mães com liberdade, para aquelas que já têm filhos, e também para assegurar um futuro melhor para aqueles filhos que já tiveram. Esse corpo, em uma sociedade ainda tão patriarcal, torna-se um corpo transgressor, já que há em nossa formação social uma ideologia dominante que dita às mulheres como elas devem se relacionar com o seu corpo.

Dessa forma, as revoluções femininas, aqui já mencionadas, ajudaram a mudar significativamente o cenário anterior imposto a essas mulheres, que passaram a ter mais espaço, ocupando, em vários momentos, o seu lugar de fala, antes dissuadido. Tratamos, neste capítulo, do trajeto temático da construção do corpo feminino para definir as (re)configurações discursivas que associam o corpo feminino às discursividades produzidas por uma formação social que é fundada por

uma memória histórica e patriarcal, retomando uma memória discursiva que encontra os diferentes dizeres sobre esse corpo, através do interdiscurso e o que foi dito de fato e o intradiscurso, pela constituição do sujeito identificado a uma determinada formação discursiva.

No próximo capítulo, passaremos aos procedimentos analíticos operados em nossa pesquisa.

3 BATIMENTO TEORIA-ANÁLISE: OS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

“Uma produção não resulta tão diretamente da teoria e do método, quando se trata de análise de discurso. Resulta também da resistência dos materiais que analisamos, da capacidade que eles têm de nos desafiar em nossa compreensão.”

(Eni Orlandi)

Voltamos a frisar que a Análise de Discurso é uma disciplina de interpretação e, como tal, é pelo gesto do analista que as análises são feitas. Segundo Orlandi:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que a linguagem, ou as diferentes formas de linguagem, com suas materialidades, significam de modos distintos. (1996, p. 9)

Logo, o trabalho do analista do discurso é verificar como é produzido o modo de funcionamento discursivo, começando, ou melhor, tendo como “ponto de inércia” (PETRI, 2013), o processo de formação do *corpus* discursivo. Para tal, é importante voltar inúmeras vezes à materialidade textual, já que não há uma metodologia fechada, pronta, pois “a metodologia da Análise de Discurso existe, mas não para, está em suspenso, em movimento (de)pendendo como o pêndulo, relativizando olhares sobre o mesmo objeto.” (PETRI, 2013, p. 41-42)

Esse movimento de ir e vir é chamado de movimento pendular. Conforme Petri:

Para compreendermos um pouco mais o movimento pendular importa saber que ele tem um ponto de partida: a inércia. Essa inércia funciona como um ponto de referência, lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria. Podemos descrever esse efeito transitório, mas necessário, de inércia como o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, sendo este último elemento considerado enquanto conjunto de noções básicas (provisoriamente) estabilizadas, como ponto de partida para o movimento pendular. (2013, p. 42)

E qual a relevância dessas questões no que se refere à metodologia utilizada em Análise de Discurso? A AD é um campo no qual não há uma metodologia

fechada, pronta. Isto significa que, ao lançar mão dos elementos balizadores de uma análise, o analista de discurso deverá, portanto, alçar, concomitantemente, dispositivos metodológicos. Dessa forma, o objeto e as perspectivas da pesquisa são o que determinam a teoria, visto que, em AD, teoria e metodologia são indissolúveis e, portanto, podem percorrer distintos caminhos. Logo, Mittmann (2007) conceitua essas possibilidades de recortes como um procedimento teórico-analítico. Conforme suas palavras:

Por que recorte teórico-analítico, e não apenas analítico? Porque nossa análise parte, em primeiro lugar, de um olhar específico, determinado pelo quadro epistemológico definido por Pêcheux e Fuchs já em 1975, em que se unem o histórico e o lingüístico numa teoria do discurso atravessada pela teoria psicanalítica. Porque a partir deste olhar, não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade lingüística para análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura. E porque, nesta teorização, não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos interrelacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes. (2007, p.153)

Desse modo, no viés materialista, as pesquisas possuem um caráter qualitativo-interpretativo, ou seja, não há uma análise quantitativa de dados, o que não se exclui o caráter numérico em algumas pesquisas. Em Análise de Discurso, a metodologia de análise não se dá por uma leitura horizontal, isto é, do início ao fim do texto, tentando compreender o que ele diz. Realiza-se, pois, uma “exaustividade vertical” (ORLANDI, 2015, p. 61) como dispositivo analítico, considerando que os objetos da pesquisa podem incluir os efeitos de memória, da história, as ideologias, as heterogeneidades constitutivas e os não-ditos. As análises são feitas em profundidade, possibilitada pelo batimento descrição-interpretação, no qual se verificam posições-sujeito assumidas e lugares construídos a partir das regularidades discursivas evidenciadas nas diferentes materialidades possíveis. Assim, o analista de discurso lança mão dos procedimentos teóricos que subsidiarão a análise conforme o foco de sua pesquisa, observando o objeto e recorrendo novamente à teoria, não obedecendo a um critério rígido, conforme afirma Petri:

Não há uma predeterminação que estabeleça onde tem início o movimento pendular que o analista do discurso realiza em seu trabalho, ele pode ou não ter início na teoria. Às vezes, o movimento tem início no contato do analista com o seu objeto de análise, isso se dá pela fase inicial da análise ou em fases bem adiantadas do processo. (2013, p. 42)

Daí, esse procedimento analítico se dá nesse vai e vem entre a teoria e análise, e o analista faz “o caminho de ir e vir entre a formulação e enunciado”. (MITTMANN, 2007, p.155). A partir desse caminho, o analista se propõe a questionar se as formulações produzidas são de uma mesma posição-sujeito, ou ainda, de uma mesma formação discursiva, se produzem o mesmo efeito de sentidos e quais relações de sentido são estabelecidas (MITTMANN, 2007), estabelecendo uma “costura” entre teoria e análise.

Como material inicial de pesquisa, ou seja, na inércia, coletamos algumas postagens no *Facebook* de Júlia Rocha, nas quais ela relata situações em que fez o procedimento de inserção do Dispositivo intrauterino (DIU). A coleta desse material empírico permitiu verificar as três fases de uma análise de discurso, assim como proposto por Orlandi (2015): na primeira fase, o contato com a materialidade linguística presente nos relatos, de modo a realizar o processo de de-superficialização do *corpus*, bem como a identificação do objeto discursivo no domínio da enunciação; na segunda fase, a partir do objeto discursivo, busca-se relacionar as formações discursivas distintas e seus processos de significação, constituindo os processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos (p. 76) e, por fim, na terceira fase, chegado ao processo discursivo, passando pelas formações discursivas em direção à ideologia, compreendendo “como se constituem os sentidos desse dizer.” (p. 65), observando, dessa forma, a relação entre a o discurso médico e o discurso sobre o corpo da mulher. Posto que, intentamos verificar, no domínio da enunciação, as formações discursivas que constituem os textos produzidos e que circulam na página do *Facebook* da médica. Por certo, há nessas textualidades várias posições discursivas, com dizeres afetados por diferentes memórias discursivas. Juntamente, ao considerarmos as condições de produção do discurso sobre o DIU, depreendemos os efeitos de sentido produzidos e, por conseguinte, compreendemos o funcionamento discursivo, observando alguns efeitos de sentido produzidos sobre os referentes discursivos: o DIU e a mulher.

Além do *corpus* principal, também organizamos um *corpus* auxiliar¹⁸, que nos ajudará nos esclarecimentos acerca de questões de análise que não podem ser respondidas pelo *corpus* principal. Esse *corpus* consiste na lei 9.263, de 1996, que

¹⁸ Encontra-se no anexo A.

dispõe sobre o planejamento familiar, e será utilizado para elucidar questões sobre o direito ao planejamento familiar, auxiliando na construção da análise e do entendimento dos efeitos de sentidos produzidos.

Dessa forma, nessas textualidades, organizamos as postagens a partir dos anos de 2018¹⁹ e 2019²⁰, selecionando as relacionadas ao procedimento de inserção do DIU. Além disso, recortamos o corpus discursivo em 11 sequências discursivas (SD)²¹, que estarão destacadas em sublinhado. As sequências discursivas estão organizadas em três blocos temáticos: planejamento, feminismo e revolução.

Passaremos, a seguir, à análise do bloco 1 “Uma questão de planejamento”.

3.1 Uma questão de planejamento

Nesta seção, depreendemos a regularidade “planejamento” para as análises. Cabe frisar que o planejamento, nas postagens, refere-se ao planejamento familiar. Este seria um tema do domínio privado ou do público? Seriam os filhos gerados sem planejamento um problema de ordem pública? Conforme Vaz e Fernandes (2015),

as discussões que dizem respeito ao planejamento familiar, fato relativamente novo, já que as preocupações com o tamanho da família, no Brasil, começaram a ganhar destaque apenas no século XX, quando foi constatado o grande aumento do índice de natalidade comparado ao índice de mortalidade no país, além do surgimento de vacinas contra doenças infectocontagiosas e dos avanços da medicina, que apontavam para o aumento da população e para uma maior expectativa de tempo de vida (p. 2).

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 226, o direito ao planejamento, nos seguintes termos:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal,

¹⁹ Apêndice C, números 1, 2,3 e 7.

²⁰ Apêndice D, números 3,8 e 24.

²¹ “recortes de materialidades verbais efetuados em face do objetivo traçado pelo pesquisador. É dizer: dada a finalidade da pesquisa que desenvolve, o estudioso não trabalha com a tessitura textual em sua inteireza, mas a partir de um conjunto de estruturas relativamente autônomas e independentes que lhe permitem tornar objetivos, concretos e demonstrativos os postulados que ele tem como meta sustentar.” (CATTELAN, 2021, p. 130)

competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Dessa forma, o poder público promove o acesso às informações, bem como a métodos de concepção e de contracepção, além de garantir o direito à livre escolha do casal no processo de planejamento. A partir disso, em 1996, a lei 9.263 passa a regulamentar esse direito, incluindo, em seu artigo 9º, que “para o exercício ao Planejamento Familiar, serão oferecidos todos os métodos de concepção e contracepção aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.” Significa dizer que o planejamento familiar é uma ação reconhecida como uma necessidade para o ser humano, mas parece apresentar controvérsias entre o que é praticado pela sociedade, normatizado pelo poder público e disponibilizado pelos serviços de saúde.

Valendo-se dessa controvérsia sobre a decisão da família sobre o planejamento familiar, recentemente, uma seguradora de saúde de Minas Gerais²², baseada na lei 9.236 de 1996, exigiu das pacientes casadas um termo de consentimento assinado pelos respectivos cônjuges para a implantação do Dispositivo Intrauterino. Tal lei, na qual a operadora se pauta, refere-se ao planejamento familiar como “um conjunto de ações de regulação da fecundidade, que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, homem ou pelo casal” (BRASIL, 1996) e no que diz respeito à contracepção, expressa que as instâncias gestoras de saúde obrigam-se a garantir:

- I - a assistência à concepção e contracepção;
 - II - o atendimento pré-natal;
 - III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;
 - IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis;
 - V - o controle e a prevenção dos cânceres cérvico-uterino, de mama, de próstata e de pênis. (Redação dada pela Lei nº 13.045, de 2014)
- Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

A lei, que é alvo de diversas críticas, estabelece ainda que o Estado deve oferecer assistência às mulheres durante a gravidez, no momento do parto e também deve auxiliar no controle e prevenção de infecções sexualmente

²² Reportagem disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/04/interna_gerais,1292856/mg-plano-de-saude-exige-consentimento-do-marido-para-colocar-diu-em-mulher.shtml

transmissíveis (IST's). Entretanto, grande parte de seu texto é dispensado a regulamentar a esterilização voluntária, mencionando a exigência do consentimento²³ de um dos cônjuges em casos de laqueadura e de vasectomia, não mencionando, portanto, que a contracepção deve ser consentida.

Assim, verifica-se a tentativa de promover a dependência dessa mulher, condicionando-a à autorização do parceiro para o procedimento, o que pode levar ao prejuízo da independência feminina. A partir dos números de laqueaduras e de vasectomias realizadas no Brasil nos últimos anos²⁴, percebe-se que, apesar do aumento do número de esterilizações masculinas, ainda há a predominância feminina nos procedimentos, pois muitos homens ainda têm a ideia de relacionar esterilização com impotência. Dito de outra forma, ainda há uma dissemetria nas relações dos números dos procedimentos realizados.

Conforme as palavras de Vaz e de Fernandes (2015):

a Lei nº 9.263, de 1996, no capítulo 1º, Art. 2º, se refere a um “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. Logo, o planejamento familiar é um direito de todos e também um dever do Estado, previsto em lei. Além disso, não implica somente em evitar a concepção, mas também em favorecê-la, em casos que, por algum motivo, ela não ocorra naturalmente. (p.11)

Para Vaz e Fernandes (2015), o Ministério da Saúde funcionaria como um Aparelho Repressor de Estado (ARE), já que tem por finalidade promover e proteger a saúde da população, reduzindo enfermidades, mas também atua como um mecanismo de controle do número populacional. Cabe frisar que para Althusser (1985), os aparelhos repressivos funcionam pela violência ao menos em seu limite, já que, por exemplo, a repressão administrativa (como os órgãos de governo) reveste-se de formas que também podem ser não físicas.

²³ Atualmente há, em tramitação no Senado Federal, o Projeto de Lei 4515/20, que desobriga a autorização de um dos cônjuges para o procedimento de esterilização voluntária. Entretanto, o PL não menciona a situação das mães solo. Quanto a isso, refletimos: em que momento há um respaldo do Estado para essas mulheres? Com a revogação da exigência, essas mulheres serão contempladas por essa medida?

²⁴ Os dados do Sistema Único de Saúde (SUS), mostram que em 2017, foram realizadas 67.525 laqueaduras, e, em 2018, 67.056 procedimentos. Já o número de vasectomias no Brasil cresceu mais de 40,5%, partindo de 26.311 procedimentos realizados em 2009, para 36.964 quase dez anos depois, em 2018. De qualquer forma, há ainda uma dissemetria nas relações dos números dos procedimentos realizados.

Assim, promove diferentes violências autorizadas pelo Estado e que são sofridas pelas mulheres a cada dia quando se colocam questões de sexualidade e de fertilidade. Podemos citar, a fins de exemplificação, violência física, como a violência obstétrica durante o parto, com histerectomias forçadas, uso de fórceps e episiotomias. Há também a violência psicológica, como "pontos do marido", que potencialmente promovem dificuldades na produção de prazer sexual feminino em nome da maximização do prazer do homem, além de violência principalmente a mulheres negras, consideradas como "mais fortes", na escuta e em exames ginecológicos.

Diferentemente de Vaz e de Fernandes (2015), Lunkes, Sancho e Borges (2020), por outro lado, assumem outro posicionamento. Em nota, os autores consideram que "[e]mbora Althusser (2008, p. 180) mencione Aparelho Ideológico do Estado 'médico' (as aspas são do autor), Lunkes (2020, no prelo) propõe, de forma preliminar, o termo 'saúde' para designar esse AIE: Aparelho Ideológico do Estado de Saúde" (p. 56). Esse AIE, ao se relacionar com o planejamento familiar, estaria em tensão com forças de outros AIE, como a família.

Além de ser um AIE, a família teria outras funções, já que também seria responsável pela manutenção da reprodução da mão de obra (força de trabalho) para o sistema capitalista. Uma contradição interessante: quando maior a reprodução humana, maior o exército de reserva (excedente), promovendo o desemprego estrutural – que seria um contingente necessário para manutenção de baixos salários e inibição das demandas dos trabalhadores. E como ficaria a questão do planejamento familiar no bojo dessas relações? Se considerarmos certa discursividade inscrita também na FD médica, cuja "função seria zelar pelo bem estar da população" (VAZ; FERNANDES, 2015, p. 15), aquilo que seria do âmbito privado, da família, passaria ou deveria ser controlado pelo âmbito do público²⁵.

Confome Magalhães e Silva (2021):

Na sociedade contemporânea, são poucas as famílias em que as mulheres não necessitam trabalhar. No entanto, a ideologia liberal continua a dizer que esse lugar é o delas: as mulheres podem ajudar nas despesas, mas devem sempre priorizar as atividades de casa. (p. 113)

²⁵ Há aí também uma contradição: se o Estado deve ter o controle do aumento da natalidade da população proletriada, de forma a manter a mão de obra barata, o mesmo Estado precisa encontrar formas para reduzir esses números, já que não tem como abarcar tantos desempregados. O que não seria, no caso do sistema neoliberal, um grande problema. Afinal, é um sistema que se pauta, entre outros aspectos, de retirar direitos dos trabalhadores.

Isto posto, percebe-se que o capitalismo não se sustentaria caso todas as mulheres trabalhassem, o que reforça a ideia de “rainha do lar”, valorizando o status doméstico, reforçando a ideologia dominante de que a mulher é ensinada a cuidar do lar, que “são seres preciosos, que precisam ser confinadas, guardadas e submissas ao homem” (MAGALHAES E SILVA, 2021, p. 113) determinando, assim, os papéis dos homens e das mulheres na sociedade.

Passamos a analisar os efeitos de sentidos produzidos pelo termo nas postagens produzidas pela médica.

SD1: 1 de agosto de 2018

É preciso desburocratizar o acesso ao DIU. Repetindo: é preciso desburocratizar o acesso ao DIU.

Não precisa estar menstruada, não precisa assistir palestra que acontece no horário de trabalho da mulher, não precisa ter filho, não precisa encaminhar para a ginecologista, não precisa fazer coincidir o dia da menstruação com o dia que a gineco vem na unidade com o dia que tem o teste rápido pra gravidez com o dia que não tem greve dos caminhoneiros com o dia que minha mãe faz yoga...

Precisamos desburocratizar o acesso ao DIU! Mulheres estão tendo que encarar uma gravidez não planejada, nas situações mais adversas possíveis e a gente demora 6 meses pra colocar um bendito DIU! Já não basta a responsabilidade do planejamento familiar cair toda nas costas das mulheres?!

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1102260369930953>)

Nesta sequência, no recorte “É preciso desburocratizar o acesso ao DIU”, o sujeito evoca o fim da burocracia para o acesso ao dispositivo. A partir da expressão “é preciso”, nota-se que há uma produção de efeito de sentido de recomendação, de alerta, bem como de divulgação científica, que ainda é repetida pela médica. Percebe-se, portanto, uma textualidade com o discurso da ciência, através de uma formação discursiva de divulgação. O sujeito-autor insere em sua formulação motivos para que o acesso ao DIU seja desburocratizado, enfatizando esses motivos através advérbio “não”. Fedatto (2015), ao retomar Saussure, afirma que “o signo linguístico é negativo, justamente porque não tem sentido em si, mas na relação com os outros elementos do sistema” (p. 31). Desse modo, o significante é “o puro não-sentido” (p. 31) e produz um efeito de dispensalidade, ou seja, de que as situações descritas não são empecilhos para a inserção do dispositivo. Assim, a médica completa afirmando que “precisamos desburocratizar o acesso ao DIU” como forma de ratificar essa ideia. Esses discursos apontam para a falta de

liberdade das mulheres e para a falta de igualdade de direitos, trazendo à tona entre o espaço público e o espaço privado que, historicamente, concebiam, conforme as palavras de Virgínia Dias (2017)

aos homens, seres naturalmente dotados de força, perspicácia e coragem, cabia o domínio público. Às mulheres, cuja natureza as fazia seres doces, frágeis e devotadas ao cuidado, o espaço privado, onde seria a responsável pelo cuidado dos filhos e do marido. (DIAS, V. 2018, p. 60)

Além disso, o recorte “Já não basta a responsabilidade do planejamento familiar cair toda nas costas das mulheres?” parece retomar, através da pergunta retórica produzida pela médica, a memória de que cabe à mulher a incumbência de planejar quantos filhos a família terá. Dessa forma, nota-se, através da formulação produzida, que ao homem não parece caber qualquer responsabilidade por tal ato, desobrigando-o dessa imposição, que recai somente na mulher. Assim, o sujeito remete a uma formação discursiva patriarcal, na qual recai sobre a mulher essa responsabilidade e não ao homem. Tal entendimento fica comprovado por Moreira; Araújo (2004), que afirmam em sua pesquisa, que o “planejamento familiar tem rosto de mulher”. Ainda de acordo com os autores:

A predominância de mulheres nos grupos de planejamento familiar se repete nos demais serviços da unidade de saúde pesquisada. Algumas levam o filho para a consulta, outras acompanham a vizinha, marcando lugar na fila ou mesmo vendendo quinquilharias. Apesar de ficarem silenciosas perante os profissionais, durante as consultas, na sala de espera suas conversas são ruidosas e, por vezes, ouvem-se atritos e protestos contra os funcionários. (2004, p. 1)

Tal afirmação indica que, em grande medida, a responsabilidade do planejamento familiar ainda é fortemente incumbida às mulheres e não ao casal.

Vejamos outra sequência.

SD2: 15 de outubro de 2018

Hoje uma paciente disse que levou dez dias entre decidir colocar o diu, marcar horário na minha agenda e passar pelo procedimento de inserção do dispositivo. Tudo a 2 quarteirões da casa dela. Eu fiquei como? Eu fiquei me achando muito da chique, muito da maravilhosa, arrasando no pedaço e mudando vidas! Promovendo saúde, fazendo planejamento familiar, de fato, evitando gravidez não planejada, evitando a perpetuação da pobreza, promovendo a autonomia da mulher.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1163345287155794>)

No recorte sublinhado, nota-se, primeiramente, que o sujeito-autor da formulação é a interlocutora em A e as mulheres atendidas por ela são o referente discursivo e que a médica projeta imagens de si através de adjetivos, como “chique” e “maravilhosa”, trazendo uma FD de autoelogio. Além disso, nota-se pela expressão “de fato”, um efeito de sinonímia no qual fazer planejamento familiar seria igual a evitar gravidez indesejada. Nesse ponto, nesse retorno metaenunciativo, ressoa um discurso outro, em disputa, segundo o qual o planejamento familiar seria outra coisa, gerando conflitos de memórias discursivas e de formações discursivas.

Logo, percebe-se que, por meio dessa formulação, parece haver apenas um sentido presente em relação ao planejamento, excluindo-se, portanto, outro sentido, previsto na Lei nº 9.263/1996, sobre fecundidade, que garante “limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.” (1996). Logo, o planejamento familiar parece reduzir-se apenas a prevenir gravidez indesejada, apagando-se o direito da mulher à concepção.

Além disso, nota-se que o termo “planejamento” retoma a memória discursiva de que a mulher que tem muitos filhos perpetua a pobreza. De acordo com a formulação construída, uma mulher só teria condições de sair da pobreza caso possa planejar sua gravidez e possa escolher quantos filhos teria. Essa formulação insere-se em uma FD de que a pobreza está relacionada ao (não) controle da natalidade e que essa ação estaria a cargo da mulher. Assim, a sentença “promovendo a autonomia da mulher” parece recuperar não apenas uma liberdade para que esta seja responsável por suas gestações, mas também a ideia de que essa autonomia está ligada ao controle da pobreza.

Por outro lado, em uma matéria²⁶, relatou-se que o príncipe Harry e sua esposa Meghan Markle ganharam um prêmio por anunciarem publicamente que não pretendem ter mais filhos. O casal já é pai de um menino, Archie, de 2 anos e meio, e de uma menina, Lilibet Diana, de um mês de vida. Eles foram premiados pela entidade *Charity Population Matters*, que defende uma “população sustentável”. Harry e Meghan ganharam o “Prêmio Especial” por reduzirem seus impactos no ambiente. Na matéria, o discurso que perpassa é outro: uma família que faz planejamento e que se mostra atenta à ideia de “população sustentável”. Não é o

²⁶ Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/10/harry-e-meghan-ganham-premio-por-escolha-de-terem- apenas-dois-filhos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 18 jul. 2021.

caso de redução da pobreza (pois são ricos), e o discurso transversal é outro, o da sustentabilidade. Contudo, há também o controle da reprodução: para ricos, “população sustentável”; para pobres, “redução da pobreza/miséria”. Cabe ressaltar que, de acordo com Pêcheux (1975 [1988], p. 166), o discurso transversal “remete àquilo que classicamente é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa *etc.*”. Ou seja, “trata-se da retomada de saberes já-ditos em outro discurso” (INDURSKY, 2011, p. 3), ou melhor, “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar” (INDURSKY, 2011, p. 3).

Afinal, o controle da pobreza estaria condicionado ao número de filhos que uma mulher tem? Seria então responsabilidade da mulher a diminuição da taxa de pobreza pelo controle de natalidade através do planejamento familiar? A formulação construída pela médica parece gerar um discurso controverso, já que, ao mesmo tempo em que ela defende a autonomia da mulher sobre o seu corpo e suas gestações, ela também impõe a essa mesma mulher a condição de que ela deve planejar suas gravidezes para sair da zona de pobreza, perpassando, portanto, por FD contraditórias em uma mesma formulação. Como certa FD determina “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 160), nota-se que há duas FD que se atravessam: uma já-dita, dominante, na qual a médica assume uma posição-sujeito defensor da autonomia da mulher e do seu corpo. Ao mesmo tempo, perpassa uma FD que recupera a memória discursiva de que a mulher é a responsável pela perpetuação da pobreza através da quantidade de filhos que gera, causando conflitos nessas FD.

SD3: 23 de dezembro de 2019

No capitalismo, quanto mais escasso um produto ou serviço, maior o seu preço. Se eu provoço esta sensação de escassez, então, eu crio oportunidade de vender mais caro ainda. Não por que eu me preocupe com quem compra ou por que eu ache que outras pessoas vão prestar um serviço de qualidade inferior ao que eu presto. É por que eu quero fazer RESERVA DE MERCADO. E se eu apoio a eleição de um governo que tá pouco se lixando para a saúde da população, principalmente a população mais pobre, um jeito que este governo tem de me pagar por este apoio é me beneficiando assim. Mesmo que isso signifique milhares de gestações não planejadas, aumento da miséria, mortes de mulheres pobres em abortos clandestinos e por aí vai.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1498316193658700>)

No recorte: “No capitalismo, quanto mais escasso um produto ou serviço, maior o seu preço”, há referência, mesmo que não diretamente, ao processo de inserção do DIU. Dessa forma, a relação que se estabelece com a escassez de algo parece relacionar a dificuldade do acesso a esse tipo de procedimento à política de reserva de mercado, que consiste em uma política que impede o acesso a um determinado produto ou serviço com o objetivo de desenvolver a indústria e a pesquisa científica interna. Assim, a formulação produzida pela médica relaciona esse tipo de prática ao aumento da miséria e ao aumento das gestações não planejadas, referindo-se a essa escassez através do pronome indefinido “isso” no recorte: “Mesmo que isso signifique milhares de gestações não planejadas, aumento da miséria [...]”. Dessa forma, o sujeito-autor parece inserir-se em uma FD de políticas públicas, retomando uma memória discursiva de que o Estado é o responsável pelo acesso aos métodos contraceptivos e ao planejamento familiar, eximindo a mulher da responsabilidade desse processo.

Logo, há um resgate de que somente com políticas públicas adequadas haveria um planejamento familiar efetivo e, dessa forma, a diminuição da miséria e de abortos clandestinos. Assim, no recorte, não há uma relação entre autonomia da mulher para planejar suas gestações, como nos outros recortes analisados anteriormente, mas sim uma obrigatoriedade do Estado de criar subterfúgios para tal. No entanto, ao direcionar a responsabilidade ao Estado, esses corpos femininos permaneceriam sob um certo controle. Percebe-se, portanto, uma contradição na formulação da SD em relação às formulações anteriores, já que a médica defende a liberdade corporal da mulher e, ao mesmo tempo, delega ao Estado a responsabilidade desses corpos através de políticas de acesso à contracepção, especificamente o DIU.

Passaremos, agora, para outro bloco de análises.

3.2 Uma questão de feminismo

Nesta seção, depreendemos uma regularidade linguística. Trata-se do termo “feminismo”, que comparece em algumas sequências discursivas recortadas do nosso *corpus*.

Conforme já explicitamos no capítulo 2, a chamada segunda onda, ocorrida no século XX, buscava a igualdade de direitos entre homens e mulheres, principalmente no que tangia à liberdade sexual da mulher, e tal história foi contada como uma luta das mulheres por direitos sexuais e reprodutivos. Entretanto, a categoria mulher assume um papel específico, já que essa luta era especificamente para mulheres brancas, escolarizadas e de classe média desses países capitalistas centrais da época. Dessa forma, o movimento feminista negro norte-americano buscou denunciar as especificidades e opressões raciais sofridas dentro do próprio movimento feminista, expondo, dessa forma, a negligência das análises que focavam apenas na diferença sexual. Pensadoras e ativistas negras como Angela Davis e bell hooks consolidaram a ideia de um feminismo negro que se contrapõe a uma teoria feminista baseada em mulheres privilegiadas em termos de classe e de raça.

Por conseguinte, as feministas negras expuseram diversos contrapontos em relação ao feminismo hegemônico, ressignificando, portanto, a ideia de onda proposta pela história, afinal, o conceito de onda parte de um movimento que coloca questões em blocos, partido de um pressuposto hegemônico, que não ocorreu com a segunda onda feminista, conforme denunciado por Davis ([1944] 2016):

O controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Uma vez que o direito ao controle de natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão. Na realidade, entretanto, o movimento pelo controle de natalidade raramente foi bem-sucedido em reunir mulheres de diferentes origens sociais, e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres da classe trabalhadora. Além disso, algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se basearam em premissas flagrantemente racistas. O potencial progressista do controle de natalidade continua sendo indiscutível. Mas, na verdade, o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe. (p. 172)

Assim, as sequências aqui selecionadas visam analisar as formações discursivas depreendidas pela regularidade do termo “feminismo”, considerando sua historicidade, ou melhor, sua inscrição em uma formação social capitalista de periferia, marcada por colonialismo, escravidão e patriarcado. Cabe ressaltar que as sequências recortadas podem ou não conter o termo “feminismo” materialmente

inscrito no fio discursivo. Dito de outra forma, poderemos observar que em algumas sequências o termo não aparece inscrito, mas a sua ausência-presença também produz efeitos de sentido.

Passemos às seguintes sequências discursivas recortadas.

SD4: 10 de setembro de 2018

Entre outras coisas, feminismo é o caminho que você percorre entre o ‘vou fazer uma plástica para levantar e endurecer meu peito e tirar essa barriga horrorosa, se não ninguém vai me querer’ até o ‘como eu sou grata e feliz por ter esse corpo que eu amo e que me permite ir, sentir e amar’.

Feminismo é também o impulso que me moveu a me capacitar para a inserção de diu nas mulheres da comunidade da qual sou médica de família. É essa vontade que eu tenho que elas possam transar muito, ou o tanto que elas quiserem, tendo muito prazer e gozando muito sem dependerem da boa vontade do parceiro para usar um bendito preservativo, sem precisarem usar hormônios que muitas vezes causam mal estar, náuseas, dor de cabeça e até a redução do desejo sexual e sem precisarem arcar com as consequências de uma gravidez indesejada e não planejadas que perpetua o ciclo da pobreza.

Feminismo é também a força que me move na luta política pela descriminalização do aborto para que mulheres, principalmente as pretas e periféricas, parem de morrer em clínicas clandestinas por que decidiram interromper uma gravidez.

Feminismo é meu encantamento pela potência de outras mulheres. Pela beleza que sai do coração delas. Sejam ela mais magras, mais novas, menos flácidas ou enrugadas que eu. Não somos inimigas ou competidoras como sempre nos disseram. Somos irmãs.

O feminismo quebra a banca. É contra-hegemônico e, por , isso, tão combatido. Mas nós resistiremos. Respeitando as peculiaridades das mulheres negras, suas necessidades, suas histórias. Entendendo que essas diferenças precisam nos unir em prol de todas. Resistiremos de mãos dadas por todas. Por nós. Nem mortas, nem presas. Nenhuma a menos.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1141303416026648>)

No recorte sublinhado, percebe-se que a formulação produzida utiliza o termo “feminismo” a partir de formações discursivas diversas. No primeiro recorte sublinhado, no qual o sujeito-autor diz que o feminismo é o impulso que a moveu a inserir de DIU, nota-se que há uma tentativa de recuperar a memória de que a mulher não é dona do seu próprio corpo e, conseqüentemente, do seu próprio prazer. Ao formular a sentença “Feminismo é também o impulso que me moveu a me capacitar para a inserção de diu nas mulheres da comunidade da qual sou médica de família”, o sujeito-autor se insere em uma formação discursiva médica, na qual ela busca validar a sua capacitação em inserção do dispositivo através da luta do feminismo de liberdade corporal e sexual da mulher. Isso pode ser visto na sentença a seguir, na qual ela diz que “é essa vontade que eu tenho que elas possam transar muito, ou o tanto que elas quiserem, tendo muito prazer e gozando

muito sem dependerem da boa vontade do parceiro para usar um bendito preservativo, sem precisarem usar hormônios que muitas vezes causam mal estar, náuseas, dor de cabeça e até a redução do desejo sexual” e busca determinar que a liberdade corporal e sexual da mulher está condicionada ao uso do dispositivo, invalidando, dessa forma, outros métodos contraceptivos, colocando-os como maléficis à saúde dessas mulheres.

Assim, vê-se um resgate desse direito condicionado ao uso desse DIU, associando o dispositivo e o resgate do prazer feminino possibilitados através dessa liberdade. Para o sujeito-autor, o uso de um DIU levaria a uma liberdade da mulher em relação ao seu corpo, pois com o uso do dispositivo, elas não se preocupariam com uma gravidez indesejada e, em consequência, teriam mais prazer na relação sexual, libertando-se.

Além disso, verifica-se que o termo “feminismo”, destacado no segundo recorte “Feminismo é também a força que me move na luta política pela descriminalização do aborto para que mulheres, principalmente as pretas e periféricas, parem de morrer em clínicas clandestinas por que decidiram interromper uma gravidez”, parte de uma formação discursiva politizada, na qual a formulação produzida busca recuperar direitos civis das mulheres, citando a descriminalização do aborto. No entanto, essa retomada direciona para um grupo de mulheres específico, o de pretas e periféricas. Ao utilizar o termo “principalmente”, o enunciado produzido destaca que a luta do feminismo descrito na sequência discursiva produzida pelo sujeito-autor pode produzir um efeito de sentido no qual busca abarcar um grupo de mulheres específico, silenciando, dessa forma, outros grupos de mulheres que também morrem em clínicas clandestinas de aborto, como se apenas mulheres pretas fizessem esse tipo de procedimento.

Além disso, percebe-se, ao analisar as formulações produzidas, que os recortes são marcados por regularidades (mecanismos linguísticos que se repetem) que constroem uma imagem de si, com o uso do pronome oblíquo em primeira pessoa (me) e o uso do pronome possessivo “meu”. Assim, notam-se traços de autoria no discurso digital a partir dessas projeções da sua própria imagem.

Há, ainda, uma afirmação de que o feminismo é “contra-hegemônico”, entretanto, a formulação seguinte “Respeitando as peculiaridades das mulheres negras, suas necessidades, suas histórias” contradiz essa afirmação, e, em uma

primeira análise, essa formulação parece corroborar para a fragmentação existente na luta feminista, como especificado por bell hooks (2020):

As acadêmicas brancas que apoiavam a ideologia feminista também ignoraram a contribuição das mulheres negras. [...]

A maioria das mulheres envolvidas na recente movimentação direcionada a uma revolução feminista pressupõe que as mulheres brancas iniciaram toda a resistência ao chauvinismo masculino na sociedade estadunidense, além de pressupor que as mulheres negras não estão interessadas na libertação das mulheres. Ainda que seja verdade o fato de as mulheres brancas terem liderado todos os movimentos direcionados à revolução feminista na sociedade estadunidense, a dominação delas é menos um sinal de desinteresse das mulheres negras pela luta feminista do que um indicativo de que a política de colonização e o imperialismo racial fizeram com que fosse historicamente impossível para as mulheres negras, nos Estados Unidos, liderarem um movimento de mulheres. (2020, p. 254)

Significa dizer que, apesar da luta feminista buscar direitos iguais a todas as mulheres, ainda há um certo imaginário, que é sempre social, de que as mulheres negras não são contempladas totalmente pelo movimento, precisando, dessa forma, de políticas públicas específicas para elas.

Vale destacar, ainda, que as formulações produzidas nos recortes contidos na SD levam à estrutura “feminismo é x”, ou seja, é utilizado, na SD, como um enunciado definidor que é

geralmente formulado por um nome que funciona como hiperônimo da palavra de entrada, seguido de uma série de determinações por adjetivações, orações relativas, orações reduzidas de particípio e outras. Tais elementos do enunciado definidor condicionam os pontos de inserção dos discursos outros, as possibilidades de equívoco inscritas na materialidade linguística. (NUNES, 2014, p. 70)

Indica, portanto, que o enunciado produzido cria uma tautologia, na qual o termo feminismo é definido como liberdade sexual sem dores, mas também é a força que move a médica para se capacitar na inserção do dispositivo. Assim, cria-se a tautologia “feminismo é DIU / DIU é feminismo”.

SD5: 4 de maio de 2019

Nesta semana realizaremos nossa primeira oficina para capacitação de profissionais da atenção primária à saúde para inserção do Diu de Cobre na região metropolitana de BH [1]. Haverá treinamento teórico e realização de grandes mutirões nas unidades de saúde para treinamento prático. Há pouco mais de 6 meses eu me capacitei e comecei a atender minha equipe. 3000 pessoas. Abrimos para outras equipes da unidade. 18000 pessoas. Ampliamos para a população de duas unidades da região 60000 pessoas.

Agora, com o convite para capacitar toda a rede de profissionais do município, a população beneficiada será de 430 mil pessoas. Mulheres podendo decidir quantos filhos querem ter e quando querem engravidar. Mulheres mais protegidas de morrerem em abortos clandestinos. Mulheres podendo cuidar melhor de seus filhos já que poderão controlar a própria fertilidade. Mulheres livres de hormônios sintéticos e suas consequências. Mulheres mais independentes financeiramente já que tendo apenas os filhos que desejam ter poderão trabalhar. Crianças que receberão melhor cuidado e poderão assim ter melhor alimentação, melhor educação. Mulheres e suas famílias beneficiadas [2]. Parece um sonho.

E como não poderia deixar de ser, durante todo esse processo eu fui apoiada por várias outras mulheres. Desde a querida Carol, colega ginecologista que me recebeu em seu consultório para realizar treinamento, minha gerente que apoiou esta capacitação me liberando por alguns turnos, a coordenadora da saúde da mulher do município que me apoiou na construção da oficina, às mulheres que confiaram seus corpos aos meus cuidados.

O que fica de todo esse processo? Somos nós por nós. Somos mulheres na luta por outras mulheres. Avante! 🍌
(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1300878953402426>)

A sequência discursiva selecionada inicia com o relato de uma oficina de capacitação de profissionais para a inserção do DIU de cobre em pacientes da região onde a médica trabalha. Dessa forma, no recorte selecionado, a formulação produzida indica uma relação de causa e de consequência, cujo referente discursivo fixo – o termo “mulheres” - parece introduzir essa relação, e o enunciado evidencia como a mulher descobre sua liberdade por meio de uma estrutura argumentativa que produz efeitos de causa e de consequência.

Temos então a formulação [1] “Nesta semana realizaremos nossa primeira oficina para capacitação de profissionais da atenção primária à saúde para inserção do Diu de Cobre na região metropolitana de BH” como a causa e a formulação [2] como a consequência, que é enumerada no recorte através de afirmações, como se pode ver no uso do verbo “poder”, que corrobora para afirmar as consequências do uso do dispositivo para essas mulheres. Tal verbo pode ser aqui caracterizado com uma regularidade que retoma nesse enunciado a possibilidade de liberdade da mulher, já que, conforme a formulação produzida pela médica, “mulheres que usam DIU de cobre podem x”.

Outro ponto analisado é que mais uma vez parece haver uma retomada de uma memória de que a mulher é a única responsável pelo planejamento das gestações, além de serem as únicas responsáveis pelo cuidado desses filhos (distribuição de alimentos, atenção). Ao enunciar que as mulheres serão “mais independentes financeiramente já que tendo apenas os filhos que desejam ter poderão trabalhar” e que as crianças “receberão melhor cuidado e poderão assim ter

melhor alimentação, melhor educação” (seria um retorno à relação posta entre planejamento familiar e pobreza?), com a inserção do dispositivo em suas mães, há afirmação dessa responsabilidade feminina sobre o planejamento familiar e o sustento dos filhos e um apagamento da responsabilidade masculina em ambos os casos, sustentando nessa discursividade um pré-construído de que homens (pretos e pobres, neste caso) não criam ou sustentam seus filhos. Assim, mais uma vez, nota-se um enunciado produzido por um sujeito-autor interpelado por essa ideologia patriarcal.

Além disso, nota-se também uma tentativa de apagamento de outros métodos contraceptivos disponíveis para as mulheres. Ao enunciar que elas ficarão “livres de hormônios sintéticos e suas consequências”, escapa, também, ao sujeito, possíveis consequências advindas da inserção desse tipo de dispositivo. Percebem-se também outros apagamentos quando há a afirmação de que as mulheres “poderão controlar a própria fertilidade”, afinal, sempre há algo que escapa ao sujeito, já que este não tem controle sobre o modo em que os sentidos se constituem nele. O primeiro é quanto à eficácia do método, já que não há qualquer informação clara de que o método não é 100% eficaz. Além disso, há também o apagamento de possíveis efeitos colaterais²⁷ que essas mulheres podem vir a ter ao introduzirem o dispositivo em seu corpo.

Assim, nota-se que a formulação produzida pelo sujeito-autor do discurso parte de uma formação discursiva médica, na qual se busca o convencimento do uso do método contraceptivo, sem relatar, no entanto, informações que levem essas mulheres a não quererem usar o dispositivo como método, relatando apenas os benefícios deste.

Por fim, o recorte “Somos nós por nós. Somos mulheres na luta por outras mulheres. Avante! 🍊”, busca retomar a ideia do movimento feminista pelo pré-construído posto na frase “mulheres na luta por outras mulheres” e pelo termo “avante”. Tal ideia pode ser reforçada, ainda, pelo uso do *emoji* com o punho erguido, ratificando essa ideia de luta de classe do movimento feminista. Nota-se, então, que essa formulação expressa a ideia de luta, porém, o acréscimo do *emoji* introduz algo próximo de uma tautologia, expressando a função intensificadora da

²⁷ Outras textualidades, como a jornalística, relacionam alguns efeitos colaterais como aumento do fluxo menstrual, infecção e até mesmo a expulsão do dispositivo, entre outros, ao uso do DIU de cobre. Ver exemplo em: <https://istoe.com.br/7-efeitos-colaterais-do-diu-de-cobre-que-voce-precisa-conhecer/>

ideia de luta. Além disso, o uso do *emoji* de punho cerrado também demonstra, retomando Dias (2005), modos de subjetividade, “vestígios de si mesmo”, o que podemos identificar como traços de autoria digital através do uso do *emoji*.

SD6: 14 de maio de 2019

Vamos iniciar nos próximos dias mutirões de inserção de DIU na rede SUS de um dos maiores municípios da região metropolitana de BH. Só na primeira tarde serão 15 mulheres beneficiadas além de uma profissional (mulher negra, porreta, de luta, feminista) treinada para inserir em outras centenas de mulheres no seu dia a dia no centro de saúde.

Contra nós, temos o obscurantismo, a negação da ciência, o conservadorismo e os demais interessados que mulheres pobres encham a casa de filhos para que eles possam explorar.

A nosso favor temos as evidências científicas, a legislação e o amor por esta luta. Pelas mulheres, pelas nossas irmãs mais vulneráveis, pelas crianças. Avante!! 🍊

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1307760699380918>)

A formulação produzida inicia-se com o sujeito-médica informando sobre mutirões para inserção de DIU. Ela menciona, além das mulheres que foram beneficiadas pelo procedimento, a profissional treinada para participar do processo. Com isso, há a formulação em uma FD feminista, na qual o sujeito-mulher aponta para o sucesso de outra mulher. Essa menção também define qual o tipo de mulher participa de tal processo, já que se descreve uma mulher “negra, porreta, de luta, feminista”, o que aponta a um discurso de militância, no qual o sujeito-mulher desidentifica-se com o discurso patriarcal e machista que a coloca em uma posição de submissão. Assim, há uma desidentificação com a formação discursiva machista e uma identificação com a formação discursiva feminista.

Orlandi (2012, p. 230) ressalta que a resistência do sujeito também pode se dar “pelo processo de identificação do sujeito individualizado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso”. Assim, nesse funcionamento ideológico haverá a constituição da posição-sujeito militante, no qual esse sujeito busca interpelar outras mulheres a acompanhar a resistência ao discurso patriarcal. Tal gesto de resistência pode ser observado no recorte “Pelas mulheres, pelas nossas irmãs mais vulneráveis, pelas crianças. Avante!! 🍊”, no qual esse sujeito, identificado na formação discursiva militante, interpelado pela ideologia, busca essa interpelação de outras mulheres. O uso do vocábulo “avante” e o *emoji* de punho elevado recuperam a memória de luta e de resistência, reforçando o discurso da militância. Tal *emoji* retoma essa memória da resistência e da luta em um processo

de intericonicidade, conceito postulado por Courtine, em 2003, que diz respeito aos sentidos que as imagens ganham e produzem. É dizer, nas palavras do autor, que “relação das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens” (2011, p. 160), ou ainda “rede de reminiscências pessoais e de memórias coletivas que religam as imagens umas às outras” (COURTINE, 2013, p. 157). Tal comparação só é possível, entretanto, por meio da memória que o sujeito-leitor carregaria dessa imagem e dos efeitos de sentidos produzidos nessa série de imagens.

Ao retomarmos tal memória, deparamo-nos com o cruzamento de materialidades imagéticas e verbais. Assim, nota-se que a imagem carrega ideologias de forma tão significativa quanto o verbo. Isso pode ser visto na pintura de Robert Koehler, intitulada de “O Socialista”, na qual traz a imagem de um homem com o punho cerrado em riste. Essa imagem retoma a memória de enfrentamento, de resistência e de luta de classes que reivindicavam seus direitos. Além disso, podemos verificar que a imagem trabalha como uma textualização que é formulada por um jogo de cores, de luz e de sombra, no que definimos como um dispositivo de análise denominado policromia, isto é

gesto que permite, ao se interpretar a imagem, projetar outras imagens, cuja materialidade, não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico. Da ordem do discurso. A policromia revela a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma co-relação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa co-relação se faz através de operadores discursivos não-verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra, etc., os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos, todos não-verbais. (SOUZA, 2018, p. 23)

Figura 4 - O Socialista, de Robert Koehler (1885)



Fonte: <https://artsandculture.google.com/asset/the-socialist-robert-koehler/GgHNU4h8-drivQ>

Entretanto, a materialidade imagética do punho para o alto, que era utilizada, a princípio, como símbolo da resistência de lutas de classes contra o capitalismo, vem se deslocando historicamente para outras formas de resistência. Podemos citar, por exemplo, o uso da imagem como símbolo do movimento feminista negro no Brasil, que é utilizado para reforçar a ideia de equidade proposta pelo feminismo.

Figura 5 - Símbolo do movimento feminista negro



Fonte: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/component/k2/item/2222-preconceito-distorce-luta-pela-igualdade-de-genero>

Como se pode observar, o símbolo é composto pelo espelho de Vênus, símbolo clássico do feminismo, e o punho, que retoma essa memória de resistência e de luta das mulheres negras. Verifica-se que a cor utilizada pela imagem do punho

é uma cor que remete ao tom de pele preta, reforçando a imagem de luta do feminismo negro e trabalhando a policromia, além de ter sido utilizado pelos Panteras Negras e também nas Olimpíadas de 1968, ano da morte de Martin Luther King. A partir disso, o punho erguido dentro do espelho de Vênus tornou-se o símbolo do feminismo negro. Conforme as palavras da filósofa Djamila Ribeiro (2015): “O feminismo é necessário, não apenas para que as mulheres tenham direitos iguais, mas também para que possam ser respeitadas em sua humanidade”. Contudo, como já mencionamos anteriormente, o movimento feminista negro ressalta que não há essa igualdade, sendo necessário criar um movimento feminista negro, já que as mulheres negras sofrem, além do machismo, também com o racismo, conforme afirma Ribeiro (2015), que diz que “o movimento feminista existe para reduzir as desigualdades que resultam de uma mentalidade machista. Ainda assim, é um desafio pensar que somos mulheres, mas – apesar disso – não somos iguais. Uma mulher negra, por exemplo, além de ser vítima do machismo, sofre com o racismo”. Tal ideia retoma às sequências formuladas pela médica nas quais há o resgate da memória da luta das mulheres pobres e negras, como no recorte “pelas nossas irmãs mais vulneráveis”.

Não apenas na materialidade linguística como na imagética (*emojis*), podemos observar o funcionamento ideológico da resistência, conforme as palavras de Orlandi (2012), que afirma que

Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica de resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar. (p. 230-231)

E é nessa práxis apontada pela autora, de militância no ciberespaço, então, que o sujeito-mulher produz esses dizeres sobre o feminino e faz circular sentidos que a colocam como um sujeito que dá voz a essa luta, além de apontar novamente para traços de autoria desse sujeito no espaço digital através do *emoji* de punho, retomando tal memória discursiva.

Isso aqui²⁸, ó, ninguém quer mudar. Por que a ideia é controlar os corpos femininos, seja negando acesso a bons métodos contraceptivos, seja criminalizando a mulher que tenta abortar, seja submetendo mulheres a cesarianas desnecessárias e acarretando adoecimento, dor e morte a muitas delas.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1333920110098310>)

Nesta sequência discursiva, a formulação produzida recupera, por meio da retomada da reportagem a qual ela se refere, a ideologia dominante patriarcal de controle dos corpos femininos, através da afirmação de controle pela negação do acesso. Tais sequências não mencionam diretamente o termo “feminismo”, entretanto, conforme explicitamos no início da seção, sua ausência-presença também produz efeitos de sentido.

A primeira negativa apontada na formulação, do acesso a métodos contraceptivos, é explicitada pela reportagem citada na SD. A reportagem informa que mulheres dormiram em uma fila feita na porta de um hospital de Brasília para tentarem fazer o procedimento de inserção do DIU e passaram a madrugada nessa fila para conseguirem atendimento. A partir dessa reportagem, a posição-autora retoma dizeres que as mulheres precisam lutar pelo direito ao método contraceptivo da mesma maneira que lutaram à época da chamada “segunda onda”. Pode-se perceber que essa luta ainda é pungente nos dias atuais.

Uma segunda negativa apontada na formulação produzida na SD é a da criminalização das mulheres que tentam abortar. Com isso, pode-se retomar dizeres sobre/da “segunda onda”, que lutou pelos direitos de controle de natalidade das mulheres, inclusive o aborto, conforme postulado por Davis ([1944] 2016): “A vitória mais importante do movimento contemporâneo pelo controle de natalidade [nos Estados Unidos] ocorreu no início dos anos 1970, quando o aborto foi finalmente declarado legal”. (p. 197). No entanto, essa campanha pelo direito ao aborto não “incluía um número substancial de mulheres de minorias étnicas” (p. 197). Ou seja, conforme já mencionamos anteriormente, a “segunda onda” não abarcou os direitos das mulheres de forma hegemônica, o que ainda pode ser visto nos dias atuais. Com isso, percebe-se uma memória discursiva na formulação produzida que pode se referir às mulheres negras e pobres com as quais ela lida em seu consultório. Tal

²⁸ A médica refere-se à reportagem feita sobre mulheres que dormiram na fila, na porta do Hospital Materno-Infantil de Brasília para fazer o procedimento de inserção do DIU. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/06/17/interna_cidadesdf,763550/mulheres-dormem-em-frente-ao-hmib-e-formam-fila-para-colocar-diu.shtml

memória pode ser trabalhada (retomada e atualizada) nas palavras de Davis ([1944] 2016):

Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo. (p. 198)

Nota-se, então, nessas formulações, como são explicitados “os conflitos, as relações de poder, as formas de violência contra o feminino” (GARCIA, SOUZA, p. 90), já que “são nos diferentes materiais simbólicos que vemos o funcionamento da sociedade patriarcal que legitima e silencia uma violência, principalmente, contra a mulher” (GARCIA, SOUZA, p. 90) em prol da ideologia dominante do patriarcado.

Além disso, as sequências discursivas que trazem essa regularidade retomam a discussão sobre o feminismo no Brasil, que debate a imposição social que as mulheres sofrem para serem donas de casa, mães e esposas. Medeiros afirma que “uma protagonista do discurso feminista é a mãe que tem que cuidar dos seus filhos e também da mulher que escolher não ter filhos, fazendo uso de métodos contraceptivos e contrariando a lógica patriarcal e religiosa do casamento, da constituição familiar e suas possibilidades bem delimitadas” (2018, p. 419). Assim, observamos que a inserção do DIU leva, de certa forma, a um obstáculo a ser mãe, algo imposto histórico-socialmente às mulheres, interligado, assim, esse obstáculo à ideia de minirrevolução proposta nas formulações produzidas. Afinal, não se trataria de uma revolução para todas as mulheres, conforme pontuaremos no bloco de análises a seguir.

3.3 Uma questão de revolução

Uma regularidade foi depreendida na superfície linguística: o termo revolução. Numa perspectiva materialista, Pêcheux considera que

Falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido. (1978, p. 252)

Falar em revolução²⁹ é falar, em alguma medida de ruptura, ruptura com o mesmo, com as regularidades, com o repetível. Utilizaremos, portanto, o conceito de memória discursiva definido por Pêcheux (1999) como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (p. 52) e que ela funciona como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita.” (*Ibid*, p.52), para designar essas redes de filiação entre a formulação produzida e a história.

Essa noção permitirá verificar os processos de identificação em que o sujeito encontra as evidências (sentidos naturalizados) que sustentam o seu dizer, já que aquele não é a origem deste, permitindo que o sujeito se movimente/faça trabalhar, através da memória discursiva, um discurso já-dito. Utilizaremos, ainda, noção de metáfora, já apresentada no capítulo 1, para embasar nosso gesto analítico entre relação existente entre o substantivo “revolução” e a sua inserção nas formulações das postagens produzidas pela médica, de forma a compreendermos o processo discursivo e depreendermos os outros efeitos de sentidos produzidos em seu discurso a partir do resultado do deslizamento entre x e y.

SD8: 18 de agosto de 2018

Tem uma notícia linda me deixando muito feliz! Segunda-feira começo um treinamento para inserção de DIU. Já inseri alguns sob supervisão mas faltava uma capacitação mais longa pra eu me sentir mais segura. Busquei a ajuda de uma ginecologista amiga que se prontificou a me treinar. Em breve, vai ter mais DIU e menos gestações não planejadas ou indesejadas para mulheres pobres da periferia onde eu trabalho!! Médicas de família inserindo DIU nos centros de saúde do Brasil todo, pelo SUS, é uma mini revolução, cês não acham?

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1123049371185386>)

Na SD, o recorte: “Em breve, vai ter mais DIU e menos gestações não planejadas ou indesejadas para mulheres pobres da periferia onde eu trabalho”, nota-se que a formulação produzida pela médica perpassa a questão de classe. Em posição função-autor, assume-se que o DIU é uma forma de revolução para essas

²⁹ Orlandi (2000), no artigo “Lexicografia discursiva, ao analisar verbete de alguns dicionários, destaca que “Em Laudelino, temos para subversivo: ‘que subverte, que pode subverter; revolucionário’ [...]. O sentido de “revolucionário” - que segue após ponto-e-vírgula [;] de que falaremos mais adiante - fica claramente vinculado ao que está dito sobre a intenção de destruir a ordem social, acentuando assim a disposição destrutiva da ação que deveria ser política” (p. 107-108). Seria esse também um efeito de sentido possível no nosso *corpus*?

mulheres pobres e periféricas, dando a elas condições de planejar quando engravidar. Assim, a médica, em posição-autor, se insere em uma formação discursiva de transformação social, que se afasta de uma memória discursiva atravessada pela ideologia de que imputa à mulher não ser responsável pelo seu corpo.

A médica faz uma comparação entre “mais DIU” e “menos gestações não planejadas ou indesejadas”, afirmando a posição de que o DIU é um procedimento capaz de dar melhores condições para as mulheres pobres e periféricas, dando a elas a possibilidade de não engravidarem de forma indesejada. Além disso, o recorte traz a sentença “mulheres pobres da periferia” relacionado ao procedimento de inserção do dispositivo pelo SUS, o que demonstra, através da formulação produzida pela médica, que o procedimento é algo inacessível para essas mulheres, caso não fosse disponibilizado de forma gratuita.

Nota-se também que o sentido de revolução dado na SD retoma à condição de que mulheres de maior poder aquisitivo teriam acesso a esse tipo de procedimento, além de tantas outras formas de contracepção, e que não dependeriam do procedimento oferecido gratuitamente pelo SUS, já que, por se tratar de um procedimento no qual é necessário pagar tanto pelo dispositivo quanto pela consulta, muitas delas não teriam condições de fazê-lo em um consultório particular.

O determinante “mini”, na SD, parece o escopo da revolução, especificando que o resgate desses direitos não é para qualquer mulher, mas sim para as pobres e periféricas, que, ao que parece, não teriam condições de utilizar outro método anticoncepcional. Com isso, o determinante “mini” parece ser usado para especificar as mulheres pobres e periféricas cujo dispositivo será oferecido, o que Orlandi (2002) define como “modo de existência dos discursos”. No caso de determinante “mini”, podemos considerar que há, em consonância com o proposto por Orlandi, um discurso em suspenso, ou seja, discursos que são “evitados, mas que permanecem à margem, passíveis de virem à baile.” (p. 52). Assim, a minirrevolução, como o determinante “mini”, promoveria uma revolução pontual, localizada em uma microcosmo e não seria, de fato, uma destruição da ordem social, em especial, do patriarcado.

Essa transformação levaria, portanto, a uma relação de causa e consequência em que as mulheres passariam a ter o controle dos seus corpos,

escolhendo quando engravidariam, e isso geraria menos gestações indesejadas, o que, para a médica, seria uma forma de revolução, visto que essas mulheres pobres deixariam de recorrer a procedimentos caseiros, como chás abortivos, por exemplo, ainda presentes na formação social com forte controle de gestação.

Em “O Aborto”, obra de Figueiredo Pimentel (2015 [1893]), a personagem principal, Maricota, recorre a uma “beberagem” para abortar após descobrir que estava grávida de seu primo Mário. Pimentel descreve ao logo do livro como Maricota se entrega aos impulsos sexuais, tornando-se dona de seu próprio corpo e de sua sexualidade, como quando chama o primo de tolo e afirma que eles poderiam “estar juntos todas as noites” já que “agora que está feito o principal é que deve ser cumprido o prazer” (p. 73). Entretanto, Maricota recorre à “beberagem” feita por seu primo para interromper a gravidez indesejada, já que para uma moça solteira, a gravidez seria algo escandaloso, à realidade social da época. A obra naturalista brasileira, apesar de retratar uma protagonista a frente de seu tempo, nos leva a perceber, através da cena do aborto, as condições de produção que consideram o espaço social, histórico e ideológico nos quais o discurso se insere, bem como as formações ideológicas nas quais se inscrevem as formações discursivas que constroem esses sentidos, tanto sobre a personagem de Maricota, quanto sobre as mulheres da sociedade atual, que mesmo após inúmeras conquistas, ainda não têm total controle sobre os seus corpos. Dessa forma, nota-se que as postagens formuladas pela médica inserem uma posição-sujeito mulher desse discurso que pretende trazer à tona a realidades dessas mulheres periféricas.

Revolução poderia ser compreendida com uma forma de emancipação sexual da mulher em uma formação social machista e patriarcal que dita ser o homem dono do corpo da mulher. Dessa forma, a mulher passaria a ter mais controle do seu corpo através dessa emancipação, escolhendo, inclusive, quando e se quer engravidar.

O debate engendrado pela médica, em suas postagens no *Facebook*, sobre um método contraceptivo da mulher é perpassado pelo discurso da biologia, mas também pelo discurso dos direitos (civis). Contudo, a tensão e contradição da discussão de gênero assumem como resíduo uma biologia. Certamente, o discurso da biologia parece ser dominante no discurso médico (posto como feminista).

Nesse imbricamento discursivo, a revolução seria ação ou instrumento? E como se daria, em termos discursivos, de produção de efeitos de sentido, a

minirrevolução? Seria uma pequena revolução sexual? Ou para poucas? Representaria o uso de DIU como uma forma de emancipação sexual da mulher? O alcance da revolução é mini? Ou o impacto da revolução seria mini? A minirrevolução é para possibilitar (ou não) a gravidez em mulheres que perfiladas por terem um parceiro? Em outros termos, essa revolução só revoluciona o (não) engravidar? São tantas questões... O mini parece jogar, entre outros, com os sentidos de revolução que tomam o "corpo da mulher" pensado como corpo reprodutor (mesmo que o DIU possibilite o controle da reprodução). No entanto, não amplia para outros corpos³⁰.

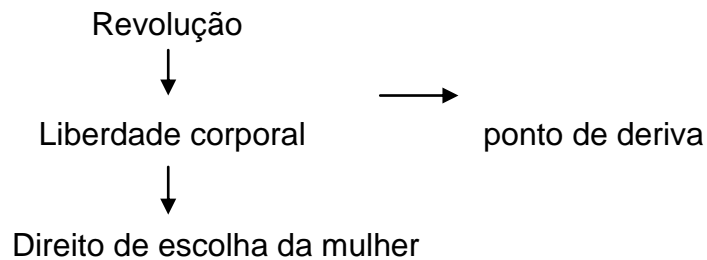
O termo “revolução” também pode estar relacionado à transformação social. A postagem aponta para uma memória discursiva de que a mulher não tinha o direito de planejar a gravidez e o dispositivo aparece como uma opção de “salvação”. A palavra “revolução” demonstra que há uma retomada dos direitos civis que a mulher não teria devido ao entendimento de que o seu corpo foi criado para a reprodução. Observa-se, então, que os efeitos metafóricos se realizam a partir do interdiscurso histórico da palavra revolução que, etimologicamente³¹, significaria “ato ou efeito de revolucionar (-se), de realizar mudanças profundas ou radicais”. Como “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro” (PECHÊUX, 2015, p. 53) há, assim, um deslizamento de sentidos, pois sendo a inserção do DIU uma

³⁰ No *corpus*, não há qualquer referência ao uso de DIU por homens trans; pessoas queer e não-binários. Apagam-se trans, pessoas não binárias, queer, lésbicas e outras mulheres cis (profissionais do sexo, mulheres que têm mais de um parceiro). Essas não têm revolução sexual? Nem minirrevolução? O que ficaria à margem? Tudo parece indicar que se apaga ou se coloca à margem a questão de outros corpos. De fato, no que está disponível no fio intradiscursivo, pode haver uma relação de empréstimo ou de aderência, sobretudo, se pensarmos em revolução na visada materialista e como os sentidos podem ser emprestado para "as lutas de movimento" (PÊCHEUX, 2012); o que está em suspensão e, portanto, a margem do dizer; o que está silenciado e, conseqüentemente, bloqueado (ORLANDI, 2002), são outros modos de existência de outros corpos, de outros discursos. A deriva que vimos do sentido de revolução que pretende dar direitos às mulheres parece que, no *corpus*, não há deriva para outros corpos. Ou melhor, um discurso médico que sustenta (discurso transversal) os dizeres presentes nas postagens apaga, deixam à margem outros corpos e outras experiências sexuais, por exemplo, a não vaginal penetrativa (sendo o sexo = coito reprodutivo da "mulher biológica"). Nessa relação sexo/reprodução – que é complexa –, a título de contraponto, podemos observar a questão de homens trans que optam por engravidar, como na matéria “Como é a vida de um homem trans que está grávido?” Interessante observar que nessa textualidade o termo “revolução” também é convocado a participar, ao se perguntar: “Como é fazer parte de uma revolução?”. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/cidadania/como-e-a-vida-de-um-homem-trans-que-esta-gravido/>; acesso em: 13 jul.2021.

³¹ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/revolu%C3%A7%C3%A3o/>. Entretanto, na perspectiva de Nunes (2006), o dicionário se configura como um objeto discursivo: “Inserido em uma conjuntura, o dicionário transforma o espaço linguístico e os sujeitos aí inseridos, bem como estabelece ou desloca temporalidades para esses sujeitos.” (NUNES, 2006, p. 64)

revolução, a médica traz à sua formulação um novo efeito de sentido, já que tende a associar a revolução ao direito de escolha das mulheres, produzindo, portanto, um ponto de deriva (ORLANDI, 2015, p.77), um sentido outro, de transformação do corpo conforme demonstrado na representação abaixo:

Figura 6 – Deslizamento de sentido de revolução



Percebe-se, então, que há uma transferência de sentidos do vocábulo “revolução” na postagem, que retoma uma memória discursiva do não direito da mulher pobre e periférica sobre escolher planejar suas gestações e que deve haver uma revolução para que esse direito seja garantido.

SD9: 17 de janeiro de 2019

Um enfermeiro da unidade onde eu trabalho me procurou hoje pra tirar dúvidas sobre o DIU. Disse que queria se informar melhor pois muitas das suas pacientes estavam interessadas em colocar.

Eu abri minha agenda para todas as equipes da unidade. São cinco equipes no total. Nossa população é de mais de 15 mil pessoas. Desde que comecei, já foram quase 70 mulheres beneficiadas. Nenhuma intercorrência relevante.

Este mesmo enfermeiro trouxe uma informação que me deixou muito feliz. Antes desta facilitação do acesso ao DIU, um grande número de mulheres engravidava sem planejamento, com filhos ainda pequenos. Neste momento, ele não tem nenhuma mulher em sua equipe fazendo pré natal nesta situação.

Eu já havia feito esse levantamento na minha equipe e os dados são semelhantes.

Acho que temos uma revolução, senhores.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1228775150612807>)

Notamos, primeiramente, que o enfermeiro ocupa, no discurso, tanto uma posição situacional, de profissional engajado no processo de facilitar o acesso ao DIU, bem como de posição sócio-histórica de construção do masculino, já que, historicamente, o homem sempre esteve em posição de superioridade perante a mulher. No recorte, “Um enfermeiro da unidade onde eu trabalho me procurou hoje pra tirar dúvidas sobre o DIU” e no recorte: “Este mesmo enfermeiro trouxe uma

informação que me deixou muito feliz”, a médica coloca o enfermeiro como sujeito coadjuvante do discurso, já que ali, o seu papel é apenas de obter informação sobre a inserção do DIU e seu discurso sequer é relevante.

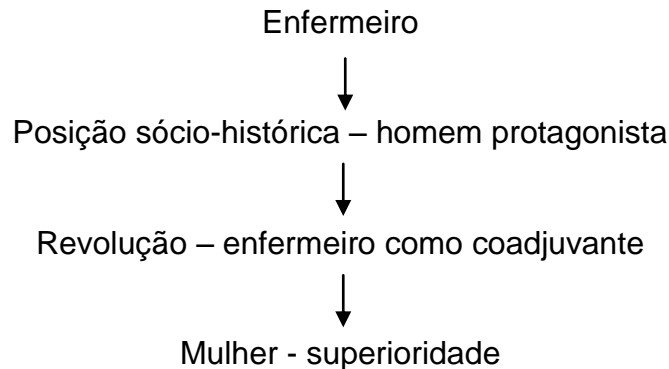
Além disso, a mulher é colocada como referente discursivo, já que se fala sobre ela e não para ela, o que denota um empoderamento feminino via discurso médico, tanto para as mulheres submetidas ao procedimento, quanto para a própria médica, que se coloca na posição-sujeito mulher no discurso, o que se pode observar a partir do uso do pronome possessivo “nossa” no sintagma “nossa população”. A médica se inclui nessa população e se desidentifica com a memória discursiva do masculino, trazendo novas condições de produção para o discurso, no qual o homem permanece em posição secundária, apenas como instrumento de informação tanto para ela, quanto para as mulheres, o que pode ser verificado na SD: “eu já havia feito esse levantamento na minha equipe”. O uso da primeira pessoa e do pronome possessivo “minha” retoma a condição de protagonismo da médica em relação ao procedimento de inserção do dispositivo.

Outrossim, ao recortar as sequências discursivas, verificamos o apagamento dos problemas que podem vir a ocorrer durante o procedimento de inserção do dispositivo no útero das mulheres. Assim, nota-se a multiplicidade dos sentidos existentes em relações de metáfora, que se materializam nos discursos onde circulam, conforme hipótese formulada por Orlandi de que “o silêncio é a própria condição de produção da linguagem. [...]. O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio.” (ORLANDI, 1992, p.71). A médica afirma, na SD, que não há “nenhuma intercorrência relevante” e, com isso, silencia os problemas ocorridos durante o procedimento, já que, no discurso médico, essas intercorrências podem ser irrelevantes, mas para as usuárias do dispositivo não são, o que leva a suscitar que esse esquecimento, na instância da enunciação, infere que aquilo que foi dito só poderia ser dito daquela maneira no domínio da enunciação.


Outro ponto analisado é o trecho da sequência discursiva “Acho que temos uma revolução, senhores.” Nela, percebe-se que o sujeito-médica demonstra, através do substantivo “revolução”, a marca a possibilidade de liberdade corporal e sexual dessas mulheres submetidas à inserção do DIU. Júlia utiliza como referente discursivo a mulher, através dessa enunciação, descrevendo a situação da mulher que, por vezes, engravida sem qualquer planejamento e, com isso, categoriza essa

nova situação como algo libertador, nomeando-a de revolução. Assim, a palavra revolução parece demonstrar uma transformação sócio-histórica que põe em causa a superioridade masculina, na qual nas condições em que formulação produzida pela médica foi produzida, esse homem não ocupa esse lugar de superioridade, mas sim de coadjuvante do processo.

Figura 7 - Deslizamento do sentido de revolução / enfermeiro x mulher



SD10: 26 de junho de 2019

Que lindo perceber que nós mulheres somos a revolução. Hoje recebi mensagens de uma querida amiga, enfermeira competente, mulher negra, que participou da capacitação para inserção de DIU que fizemos. Ela está comemorando o 36º dispositivo inserido sem nenhuma intercorrência sequer! Leiam as mensagens e sintam o coração quentinho, também! 
(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1341253282698326>)

O termo “revolução” na SD parece demonstrar uma transformação histórica. A médica faz trabalhar, nesse discurso, uma memória atravessada pela ideologia de que mulheres não são capazes de serem bem sucedidas profissionalmente. Além disso, ela ainda especifica que não se trata de qualquer mulher, mas sim uma mulher negra quem faz essa revolução e que mostra para a sociedade que a mulher é capaz de ser boa profissional e de ajudar outras mulheres. Aqui, desliza da revolução do DIU (referente discursivo) para a mulher (referente discursivo) como sendo a revolução. A revolução não é para a mulher ou pela mulher, mas a própria mulher tomada como revolução, já que uma enfermeira, mulher negra, participou da tal capacitação, produzindo um efeito metonímico.

No que tange à metonímia, partimos das palavras de Lacan (1999), que faz referências explícitas ao conceito. Segundo o autor, a metáfora seria a condensação, enquanto que a metonímia seria o deslocamento. Nesse sentido, a

metáfora, conforme Lacan, se dá no nível da substituição, recalcando-se algo para efetuar-la. Para o autor

É na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, de metáfora. [...] é pela possibilidade de substituição que se concebe o engendramento, por assim dizer, do mundo do sentido. (LACAN, 1999, p. 35).

Portanto, “não existe sentido senão metafórico, só surgindo o sentido da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica.” (LACAN, 1999, p. 16). Igualmente, envolve-se de importância a metonímia, pois

[...] não existe objeto a não ser metonímico, sendo o objeto do desejo objeto do desejo do Outro, e sendo o desejo sempre um desejo de Outra coisa – muito precisamente, daquilo que falta, a, o objeto perdido primordialmente, na medida em que Freud mostra-o sempre pode ser reencontrado. (LACAN, 1999, p. 16).

Desta forma, percebemos que, de acordo com o exposto por Lacan, que enquanto a metáfora marca o sentido recalcado, a metonímia marca o desejo, a falta, relacionando os dois conceitos. O efeito metafórico marca a substituição de vários significantes por outro significante, ao que o processo metonímico remete a outro significante. Ou, ainda, conforme exposto por Lagazzi (2014):

Sendo metáfora e metonímia definidas em função da cadeia significante, os dois conceitos nos fazem pensar a alteridade: a alteridade pela deriva na metáfora e a alteridade no encadeamento, pela metonímia. Na força desse entrelaçamento, vemos que a metáfora - irrupção, numa cadeia significante dada, de um significante vindo de uma outra cadeia - tem sua possibilidade sustentada pela metonímia, que nos diz que a falta constitui a cadeia significante. Da mesma forma, a metonímia se sustenta na metáfora: sendo o recalque constitutivo do sentido, a falta é função essencial no interior da cadeia significante. (p. 106)

Tomando a cadeia significante como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituem em processos sempre em concomitância na realização da linguagem. Fundamental compreender que a linguagem se produz no cruzamento desses processos. Metáfora e metonímia definem o jogo da linguagem como um jogo significante, que estrutura o discurso do inconsciente. Não mais uma tomada retórica da metonímia, mas a metáfora e a metonímia na relação com o inconsciente. (p. 107)

Percebemos, então, que a relação de metonímia só é possível quando existe uma relação entre os termos, seja esta de causa e efeito, conteúdo e

continente, parte pelo todo, entre outras. Assim, no processo metonímico, o novo significante está relacionado ao anterior, diferentemente do que ocorre na metáfora.

Pêcheux (2014), além de vários estudos sobre a metáfora, também discorre sobre o processo metonímico. A metonímia aparece em seus estudos quando ele se refere à forma-sujeito do discurso. Pêcheux (2014) relaciona a metonímia ao discurso transverso:

o funcionamento do “discurso-transverso” remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc. (2014, p. 153)

Nesse mesmo texto, em outra ocorrência, ele diz:

É esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é estabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia. Esse vínculo entre as duas representações procede da identificação simbólica e, como tal, é representado através das “leis da língua” (lógica e gramática), de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente. (PÊCHEUX, 2014, p. 163).

Nestas duas citações, podemos observar uma concordância do autor com o que expõe Lacan sobre a metonímia. Do ponto de vista da Análise de Discurso, a metonímia não é tomada como figura de linguagem, isto é, como palavras que alteram seu sentido na relação denotação/conotação, como já mencionamos anteriormente. Aqui tomaremos a metonímia como um processo discursivo, que leva em consideração o sentido constituído pelo atravessamento histórico-ideológico e produz deslocamento. Enquanto a metáfora é situada no discurso do inconsciente, a metonímia é o desejo daquilo que falta, ou seja, conforme Pêcheux (2011), a metáfora é “como uma perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético” (p. 160), enquanto a metonímia é “uma tentativa de ‘tratar’ essa perturbação, de reconstruir suas condições de aparecimento.” (p. 160). Como “não existe objeto a não ser metonímico” (LACAN, 1999, p.16), consideraremos, pois, não a metonímia, mas sim, o efeito metonímico, como visto no esquema abaixo.

Tabela 2 - efeito metonímico mulher x revolução

Revolução: DIU (referente	
----------------------------------	--

discursivo)	Mulher é revolução – efeito metonímico
Revolução: mulher (referente discursivo)	

Vemos, portanto, um efeito metonímico através da relação parte-todo que funcionam na evidência de seu sentido. Entretanto, tal relação não se dá apenas no intradiscurso, mas também em relação aos elementos interdiscursivos que atravessam o dizer da médica. Passemos à próxima sequência recortada.

SD11: 30 de agosto de 2018

Há uma semana , comecei a oferecer o DIU como uma opção anticoncepcional para as minhas pacientes. Sempre com a pergunta: “você já pensou em colocar DIU?”

Ouvi de tudo: “Não posso por que não tenho filhos.” “Não posso por que tive bebê agora e ainda não tô menstruando.” “Não quero por que tenho medo de engravidar usando.” “Não posso por que no horário que a Ginecologista atende eu tô trabalhando.” “Não posso por que só tenho 17 anos.” “Não posso, tenho medo, vai doer, minha amiga teve problema.”

Mil mitos, outras tantas mentiras, desinformações impedindo mulheres de terem acesso a um método contraceptivo importante e muito eficiente.

Resultado: tenho uma lista de mais de 20 mulheres que, após serem adequadamente informadas, decidiram por este método. Isso, em uma semana! Elas serão chamadas em breve para passarem pelo procedimento. Em alguns poucos meses não teremos nenhuma mulher aguardando para colocar DIU. Um método que independe da boa vontade do marido, um método que não interfere no desejo sexual da mulher, um método que dispensa cirurgias, um método muito eficiente que vai permitir minhas pacientes terem apenas os filhos que elas desejarem ter.

Isso, em última análise, reduz pobreza, miséria, torna a mulher mais livre e independente. É uma mini revolução e eu estou muito muito muito feliz por isso.

(<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1134577206699269>)

Nesta sequência, a palavra “revolução” parece perpassar pelo discurso médico. Aqui, a médica tenta demonstrar a eficácia do contraceptivo através da desmistificação e de desinformações das mulheres reproduzidas nas falas de suas pacientes, comprovando que o pouco uso do dispositivo é devido a essa falta de informação, como se pode observar quando a médica descreve os resultados que teve ao informar adequadamente às pacientes sobre o método, utilizando o pronome possessivo “minhas” para especificar que apenas as mulheres que passaram pelo procedimento de inserção do DIU com a médica é que poderão planejar suas gestações.

Neste ponto, tentaremos fazer uma aproximação como o apresentado em “Semântica e Discurso” (PÊCHEUX, 2014). No livro, Pêcheux trata da história da fuga do Barão de Münchhausen, considerada uma história fantástica. Nela, o Barão foge de um pântano e para não se afundar, tira a si próprio do poço pelos cabelos, puxando-os. Pêcheux associa essa história à metáfora e aos seus efeitos ideológicos e os denomina como efeito Münchhausen: “trata-se do efeito de ilusão subjetiva a partir do assujeitamento ideológico: ao mesmo tempo em que o sujeito é efeito deste assujeitamento, o sujeito se esquece (trata-se de um esquecimento necessário) deste processo” (TRANSFEMINISMO, 2014)³². Conforme a afirmação de Pêcheux:

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como “causa de si”, tem como consequência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as fantasias metafísicas, que tocam, todas, na questão da causa (...). Vamos atribuir a esse efeito fantástico – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de “efeito Münchhausen”. (2014, p. 144)

Observa-se que, na SD, assume-se outra posição-sujeito, ou seja, identifica-se a outra formação discursiva. Ao utilizar o sintagma “reduz pobreza, miséria” relacionando tal condição de redução ao uso do DIU, a formulação produzida pela médica coloca a mulher (e não qualquer mulher, mas sim, a mulher pobre) como responsável pelo sustento, pela organização familiar e pelo uso do DIU. Então, a questão de reduzir a pobreza e a miséria caberia unicamente à mulher? E o DIU seria um instrumento para isso? Já que seria posta como único responsável por isso, apagando, dessa maneira, a desigual divisão do sistema capitalista, afinal, tal sistema produz riqueza para alguns e escassez para outros.

Pode-se observar, então, a discrepância do funcionamento do interdiscurso pelo pré-construído e o construído, ou seja, “a distinção fundamental reside no fato de que um pré-construído existe enquanto construto social prévio e independente [...]o pré-construído participa do interdiscurso ligado a uma formação discursiva” (SASSIER, 2008, p. 155). Ao associar a redução de pobreza e de miséria dessas mulheres à inserção do dispositivo, a médica insere em sua formulação de liberdade feminina o discurso liberal que diz que a culpa da miséria é do miserável, retirando,

³² <https://transfeminismo.com/o-feminismo-radical-e-o-barao-de-munchhausen/>

assim, a responsabilidade do sistema capitalista pela desigualdade social. Uma contradição se coloca.

Voltando à materialidade linguística, observamos o sinal discursivo (ORLANDI, 2005). Cabe ressaltar que, para a autora, a proposta de tomar os sinais de pontuação como fatos discursivos busca deslocar o estudo da pontuação do domínio da gramática para o domínio do discurso. Dessa forma, compreendemos que entre “miséria” e “torna a mulher”, não separa só orações, mas matrizes de sentidos distintas.

A questão da diferença de classe perpassa os sentidos de revolução. O DIU seria uma revolução para mulheres pobres da periferia? Dito de outra forma, por ser um procedimento caro e por ser agora oferecido pelo SUS, teria se tornado uma revolução? Seria uma revolução para mulheres pobres, visto que mulheres ricas, mulheres de classe média já teriam acesso a essa revolução? E não dependeriam necessariamente do SUS para tal? Revolução em relação ao planejamento ou controle de gestações indesejadas das mulheres pobres? Ou essa seria ao mesmo tempo causa e consequência? Tudo parece indicar que algo escapa ao sujeito-autor das postagens: ao promover, pelo uso do DIU, a redução da pobreza e da miséria, isso tornaria a mulher mais livre e independente. Há um discurso transversal que atravessa e sustenta esse dizer marcado por “em última análise”. E aí há um jogo bem interessante de “gravidez (in)desejada” X “redução de pobreza”. Vemos, portanto, o funcionamento do efeito Münchhausen proposto por Pêcheux nessa FD liberal que perpassa a formulação produzida pela médica, o que gera a contradição entre as formulações produzidas nas postagens.

Outro ponto também merece destaque: livre e independente para planejar e controlar a gestação? Livre e independente do comando masculino? Livre de ter filhos (em número desejável)? Livre de crianças para cuidar? Livre para realizar seu desejo sexual? Livre de cirurgias invasivas? Aqui, é possível depreender o discurso médico sobre o contraceptivo (sem cirurgias) e um outro de uma liberdade indeterminada. O DIU significaria revolução da liberdade alcançada pelo planejamento familiar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa consistiu em apreender as diferentes formações discursivas e seus efeitos de sentido nos enunciados postados em rede social sobre as mulheres da periferia de Belo Horizonte que optam pela inserção do Dispositivo Intrauterino, tendo como dispositivo teórico-analítico a Análise de Discurso francesa, fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil.

Nos capítulos da dissertação, trouxemos, no primeiro, reflexões teóricas a respeito da Análise de Discurso, considerando-a como uma disciplina de entremeio, no qual sujeito, história e ideologia se relacionam, produzindo sentidos atualizados pela memória discursiva. Além disso, consideramos os conceitos de formação discursiva – um dos principais dispositivos teóricos das nossas análises, bem como as suas condições de produção, a historicidade e os pressupostos teóricos sobre a metáfora e o arquivo digital, no qual mobilizamos os conceitos de memória metálica, função-autor e efeito-leitor e a subjetividade dos *emojis* no arquivo digital.

No capítulo 2, no qual teorizamos sobre o corpo feminino, retomamos os pressupostos teóricos sobre a ideologia e a memória discursiva concernentes ao corpo feminino, que leva ao disciplinamento desses corpos. Nesse capítulo, empreendemos esforços para tratar sobre a dominação dos corpos femininos ao longo da história, bem como o uso do contraceptivo e suas diversas possibilidades, principalmente no que alude ao DIU e suas formas de inserção pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir das análises dos excertos coletados, desenvolvemos a pesquisa com a seguinte pergunta: como se dão os processos discursivos que constituem e formulam o discurso sobre o uso do DIU e quais efeitos de sentido eles produzem? A partir da pergunta, propomo-nos a fazer uma análise discursiva das postagens referentes à inserção do DIU, coletadas na página do *Facebook* da médica Júlia Rocha, a fim de apreender sentidos entre os referentes discursivos DIU e mulher.

No capítulo 3, a partir da coleta do *corpus* empírico, iniciamos o processo de construção do *corpus* discursivo. Após esse percurso, apreendemos três termos para as nossas análises. O primeiro termo, “planejamento”, nos levou a apreender efeitos de sentidos que apontam para a falta de igualdade de direitos e que, devido a isso, cabe à mulher a responsabilidade principal sobre o planejamento familiar,

remetendo a uma formação discursiva patriarcal. Dessa forma, chegamos a conclusão de que o termo planejamento retoma a uma memória discursiva de que, ser responsável direta pela decisão sobre suas gestações, a mulher também pode ser perpetuadora da pobreza, já que cabe a ela o controle da natalidade e, conseqüentemente, a condição de sair da situação de pobreza.

O segundo termo, “feminismo”, nos levou a apreender efeitos de sentidos que partem de uma formação discursiva politizada, na qual a memória de luta e de resistência são ressignificadas. Assim, concluímos que o termo feminismo retoma a ideia de luta e de resistência de classes subalternizadas, deslizando esse sentido historicamente, inserindo-o no discurso de militância do movimento feminista, incluindo, inclusive, a materialidade imagética do *emoji* do punho erguido para ratificar tal discurso.

Por fim, o terceiro termo, “revolução”, nos levou a apreender efeitos de sentido metafóricos nos recortes selecionados, ou seja, deslizando o sentido de revolução para outros sentidos no discurso. Dessa forma, concluímos que o termo aponta para questões sociais, econômicas e de liberdade sexual da mulher. A revolução, afinal, seria o próprio sucesso do projeto de implantação de DIU em uma clínica da família (SUS)? O determinante mini, utilizado nas sequências discursivas, refere-se a uma pequena revolução? Concluímos, sempre parcialmente, que o determinante mini seria uma paráfrase do DIU, que é um dispositivo de pequeno porte. Assim, o DIU, mini, leva ao planejamento, que leva à revolução, que leva, por sua vez, ao sucesso do projeto de implantação do dispositivo, reduzindo, dessa forma, gestações consideradas indesejadas.

Assim, concluímos, parcialmente, que as sequências discursivas selecionadas nos trazem diferentes formações discursivas, que levam a efeitos de sentido distintos, sempre a partir dos referentes discursivos “DIU” e “mulher”.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Iracema*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969].

ARISTÓTELES, *A Regulamentação dos Casamentos e dos Nascimentos*. In: Política. 1 ed. São Paulo: Editora Edipro, 2019.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – fatos e mitos*. Tradução de Sergio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. Casa Civil. *Lei 9.263/96, do Planejamento Familiar*. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. *Lei 13.798 de 2019*. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília, DF. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13798.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta ao rei de Portugal*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

CAMPOS, SS., et al. *O estigma da gordura entre mulheres na sociedade contemporânea*. In: PRADO, SD., et al. (org.). Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p. 231-249. (Sabor metrópole series, v. 5).

CATTELAN, João Carlos. O efeito metafórico de metáfora/metonímia em Michel Pêcheux. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, n. 1, p. 125-141, jan./maio 2021.

COURTINE, J. J. Discurso e imagens: Para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, C, CURCINO, L, SARGENTINI, V. *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

COURTINE, J.J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DAVIS, Angela, 1944- *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2016.

DIAS, C. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos. *In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. (org.). Memória e sentido*. Campinas: Pontes, 2005, p. 41-56

DIAS, C. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. *Entremeios – Revista de Estudos do Discurso*, v. 9, p. 1-14, jul. 2014. Disponível em: [/http://www.entremeios.inf.br](http://www.entremeios.inf.br). Acesso em: 30 mar. 2021.

DIAS, C. P. A tecnologia como condição de produção do conhecimento: contradições e atravessamentos no discurso. *In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange. (org.). Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015. p.279- 291.

DIAS, Cristiane Pereira. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane Pereira. *O digital: cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo*. Campinas: LABEURB/UNICAMP, 2011.

DIAS, Cristiane. A língua em sua materialidade digital. *In: SEMINARIO DE ESTUDOS EM ANALISE DO DISCURSO*. 3, 2007, Porto Alegre, RS. *Anais...* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972–980, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 03 mar. 2021.

DIAS, Cristiane. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regulação e o deslocamento, o caso dos memes. *RASAL – Revista de La Sociedad Argentina de Estudios Linguísticos*, Galileu, Argentina, n. 2, 2019, p. 55-74. Disponível em: <https://rasal.sael.org.br.ar/index.php/rasal/article/view/82>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DIAS, Cristiane; COSTA, Greciely. *Corpo-presença: um outro discurso*. ILINX – *Revista do Lume*, v. 12, n. 12, 2017. Disponível em: <https://www.cocen.unicamp.br/revistadigital/index.php/lume/article/view/589>. Acesso em: 04 set. 2020.

DIAS, Virgínia Carollo da Costa. *Na batalha do mercado, eles lutam pra vencer, ela lutam pra entrar: uma análise discursiva do sujeito profissional em NOVA e VOCÊ/S.A. [S.l.: s.n.]*, 2018. 142 f. :il.

FAGUNDES, Ana Carolina. *Preconceito distorce luta pela igualdade de gênero - Comunicação*. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/component/k2/item/2222-preconceito-distorce-luta-pela-igualdade-de-genero>. Acesso em: 4 maio 2022.

FEDATTO, C. Um rio sem margens? O negativo e o nada na linguagem. SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS DO LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO, 3., 2015, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 2015. p. 27-35.

FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: As instituições de Estado e as políticas de acusação sexual. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, May/Aug. 2019. Epub Sep 05, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132019000200365. Acesso em: 04 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Ed. Pontes, 1999.

GALLO, Solange Leda. Da escrita à escritoralidade: um percurso em direção ao autor online. In: CASTELLO BRANCO, Luiza Klatia Andrade; RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldo dos (org.). *Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem à Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011.

GALLO, Solange; NECKEL, Nádia Regina Maffi. As clivagens subterrâneas/contemporâneas da rede e o efeito narciso. In: FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nádia Regina Maffi; GALLO, Solange (org.). *Discurso, ciência e cultura: conhecimento em rede*. Palhoça: Unisul, 2012b. p. 11-23.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. e. “No carnaval a fantasia é minha. O corpo é meu”: memória e rupturas feministas na folia. *RUA*, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 87–107, 2015. DOI: 10.20396/rua.v21i1.8637523. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8637523>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Mulher(es). In: MEDEIROS, Vanise; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; GARCIA, Dantielli Assumpção *et.al.* (org.). *Almanaque de fragmentos: ecos do século XIX*. 1. ed. Campinas: Editora Pontes, 2020. p. 205-212.

HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2007. *Anais...* [Porto Alegre]: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e o feminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 34-62.

LACAN, Jacques. *O Seminário*, livro 5: as formações do inconsciente. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão: Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LAGAZZI, S. Metaforizações metonímicas do social. *In: ORLANDI, E. Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014. p. 105-112.

LAGAZZI, S. Trajetos do sujeito na composição fílmica. *In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Campinas, SP: Pontes, 2017. v. 3, p. 23-39.

LAGAZZI. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LINS, Regina Navarro. *A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo: novas tendências*. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

LUNKES, F. L.; SANCHO, K. A. ; BORGES, F. T. . Sentidos em (dis)curso em tempos de Covid-19: uma análise dos processos de designação. *In: BAALBAKI, A. C. F.; SILVA, L. F. A. (org.). Discursos da pandemia: entre dores e incertezas*. Campinas: Pontes, 2020, p. 53-68.

MAGALHAES, B. R. C. ; SILVA, G. Mulher e trabalho. *In: GARCIA, D. A.; LUNKES, F. L.. (org.). Mulheres e 1. ed.*Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 111-130.

MEDEIROS, Caciane Souza de. Sentidos em punho e gestos discursivos de resistência: lute como uma mulher!. *In: SOUSA, Lucília Maria Abrahão et al. (org.). Resistirmos, a que será que de destina?* 1. ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. v. 1, p. 415-433.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. (org.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

MORAES, Elaine. Do sofrimento à cura: uma análise discursiva sobre o fármaco A Saúde da Mulher. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 78, set./dez. 2020. 280 p. il.

MOREIRA, M. H. C.; ARAÚJO, J. N. G. DE. Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 3, p. 389–398, dez. 2004.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil Colonial*. Campinas: Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, v. 42, p. 21–40, 2011. DOI: 10.20396/cel.v42i0.8637139. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A análise do discurso: algumas observações. *DELTA*, v. 2, n. 1, p.105-126, 1986.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *RUA*, v. 16, n. 2, p. 6, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-81, jan. 1998. ISSN 1984-8412. Disponível em: <https://atigo.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>. Acesso em: 12 set. 2021.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Os efeitos de leitura na relação discurso /texto. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005. p.59-71.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicampo, 2007.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Lexicografia discursiva. *Alfa*, n. 44, p. 97-114, 2000.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. *In: ORLANDI, E. P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Processos de significação, corpo e sujeito. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Terra à Vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Textualização do corpo: a escritura de si. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Texto e discurso. *Revista ORGANON do Instituto do Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre*, v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995.

PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado? *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, [1978]2011.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GERALDI, J. Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19. p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. *In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In: ACHARD, P. et al. (org.). Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1969]1997.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise do Discurso. *In: DIAS, Cristiane (org.). Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 39-48.

PICAGEVICZ, A. P. ; BORTOLIN, A. C. ; GARCIA, D. A. #Euempregadadomestica: mulheres, luta de classes e resistência. *Revista Interfaces*, v. 10, p. 160-170, 2019.

PIMENTEL, Figueiredo. *O aborto*. Estabelecimento do texto e organização de Leonardo Mendes e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015 [1893].

SASSIER, M. Fazendo-se de bobo. *In: BARONAS, R. L.; KUMESU, F. (org.). Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p. 149-177.

SILVA, A. J. História das Ideias Linguísticas: história, Ideias e possibilidades Investigativas. In: MARINHO, A. (org.). *Itinerários investigativos : história das ideias linguísticas : apropriação e representação*. São Paulo : Blucher, 2021. p. 11-40.

SILVA, Viviam Oliveira da. *Revista Nova Cosmopolitan ontem e hoje: a análise do discurso sobre a mulher na mídia*. 139 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de; Perspectivas da análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. *RUA* [online], v. 24, n. 1, jun. 2018. e-ISSN 2179-9911. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VAZ, Cleunice; FERNANDES, Célia Bassuma. Entre o público e o privado: discursos sobre o planejamento familiar e gravidez na adolescência. *Revista Linguagem*, v. 22, 2015. Disponível em: <https://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/6/50>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela; CESTARI, Mariana Jafet . Cara de empregada doméstica?: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. *RUA*, v. 20, p. 167-185, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da História. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-144.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. Objetos paradoxais e ideologia. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n.1, p. 41- 59, jun. 2005.

APÊNDICE A – Link das postagens - 2018

Número	Data	Sinopse	Link
1	01/08/2018	desburocratizar acesso ao DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1102260369930953
2	18/08/2018	treinamento de inserção do DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1123049371185386
3	30/08/2018	inserção do DIU há uma semana	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1134577206699269
4	10/09/2018	feminismo como impulso para o DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1141303416026648
5	25/09/2018	5 razões para colocar o DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1150301331793523
6	28/09/2018	quantidade de mulheres atendidas	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1152384784918511
7	15/10/2018	relato da decisão de uma paciente	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1163345287155794
8	30/10/2018	telefone pessoal para as pacientes	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1173230899500566
9	14/11/2018	sobre a decisão de método anticoncepcional	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1183412725149050
10	19/11/2018	chamando colegas para inserir DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1187390811417908
11	23/11/2018	valor do DIU na rede privada	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1189939294496393
12	02/12/2018	convite para treinamento de DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1196800227143633
13	28/12/2018	frases de pacientes sobre a mudança no corpo	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1215208915302764

APÊNDICE B – Link das postagens – 2019

Número	Data	Sinopse	Link
1	07/01/2019	quem pode escolher?	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1222103447946644
2	10/01/2019	indicação do DIU para as amigas	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1223963821093940
3	17/01/2019	procura do enfermeiro	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1228775150612807
4	06/02/2019	resposta à proposta de proibição de anticoncepcional	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1242171462606509
5	20/02/2019	DIU's inseridos	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1251706378319684
6	08/03/2019	mulheres que apoiam mulheres (dia da mulher)	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1262200160603639
7	25/02/2019	relato de inserção de DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1273387659484889
8	26/02/2019	burocracia para inserção do DIU na rede pública	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1273801649443490
9	05/04/2019	a gordofobia nossa de cada dia	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1280792958744359
10	10/04/2019	paciente com filha de baixo peso	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1284553831701605
11	11/04/2019	só três coisas, doutora	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1285229721634016
12	27/04/2019	médicos que se negaram ao treinamento do DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1296080677215587
13	04/05/2019	oficina de capacitação de profissionais	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1300878953402426
14	08/05/2019	Quem nunca fez nada ama criticar quem tenta fazer alguma coisa	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1303755319781456
15	14/05/2019	mutirão para	https://www.facebook.com/juliapamed/


		inserção de DIU	posts/1307760699380918
16	06/06/2019	vencimento de lotes de DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1324898191000502
17	17/06/2019	controle dos corpos femininos	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1333920110098310
18	26/06/2019	mensagens sobre a capacitação do DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1341253282698326
19	13/08/2019	risco de trombose anticoncepcional oral	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1377065939117060
20	18/08/2019	1 ano depois	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1380800742076913
21	27/08/2019	eficácia do DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1387487771408210
22	01/10/2019	sobre o DIU no blogsfera UOL	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1416215648535422
23	04/11/2019	O quanto uma gestação não desejada e não planejada pode interromper sonhos	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1448344291989224
24	23/12/2019	sobre a proibição da enfermagem de inserir DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1498113963678923
25	23/12/2019	dificuldade de acesso ao DIU	https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1498316193658700

APÊNDICE C – postagens 2018

2018		
Número	Data	Postagem
1	01 de agosto	<p>É preciso desburocratizar o acesso ao DIU. Repetindo: é preciso desburocratizar o acesso ao DIU. Não precisa estar menstruada, não precisa assistir palestra que acontece no horário de trabalho da mulher, não precisa ter filho, não precisa encaminhar para a ginecologista, não precisa fazer coincidir o dia da menstruação com o dia que a gineco vem na unidade com o dia que tem o teste rápido pra gravidez com o dia que não tem greve dos caminhoneiros com o dia que minha mãe faz yoga...</p> <p>Precisamos desburocratizar o acesso ao DIU! Mulheres estão tendo que encarar uma gravidez não planejada, nas situações mais adversas possíveis e a gente demora 6 meses pra colocar um bendito DIU! Já não basta a responsabilidade do planejamento familiar cair toda nas costas das mulheres?!</p>
2	18 de agosto	<p>Tem uma notícia linda me deixando muito feliz! Segunda-feira começo um treinamento para inserção de DIU. Já inseri alguns sob supervisão mas faltava uma capacitação mais longa pra eu me sentir mais segura. Busquei a ajuda de uma ginecologista amiga que se prontificou a me treinar. Em breve, vai ter mais DIU e menos gestações não planejadas ou indesejadas para mulheres pobres da periferia onde eu trabalho!! Médicas de família inserindo DIU nos centros de saúde do Brasil todo, pelo SUS, é uma mini revolução, cês não acham?</p>
3	30 de agosto	<p>Há uma semana , comecei a oferecer o DIU como uma opção anticoncepcional para as minhas pacientes. Sempre com a pergunta: “você já pensou em colocar DIU?”</p> <p>Ouvi de tudo: “Não posso por que não tenho filhos.” “Não posso por que tive bebê agora e ainda não tô menstruando.” “Não quero por que tenho medo de engravidar usando.” “Não posso por que no horário que a Ginecologista atende eu tô trabalhando.” “Não posso por que só tenho 17 anos.” “Não posso, tenho medo, vai doer, minha amiga teve problema.”</p> <p>Mil mitos, outras tantas mentiras, desinformações impedindo mulheres de terem acesso a um método contraceptivo importante e muito eficiente.</p> <p>Resultado: tenho uma lista de mais de 20 mulheres que, após serem adequadamente informadas, decidiram por este método. Isso, em uma semana!</p>

		<p>Elas serão chamadas em breve para passarem pelo procedimento.</p> <p>Em alguns poucos meses não teremos nenhuma mulher aguardando para colocar DIU. Um método que independe da boa vontade do marido, um método que não interfere no desejo sexual da mulher, um método que dispensa cirurgias, um método muito eficiente que vai permitir minhas pacientes terem apenas os filhos que elas desejarem ter.</p> <p>Isso, em última análise, reduz pobreza, miséria, torna a mulher mais livre e independente. É uma mini revolução e eu estou muito muito muito feliz por isso.</p>
4	10 de setembro	<p>Entre outras coisas, feminismo é o caminho que você percorre entre o 'vou fazer uma plástica para levantar e endurecer meu peito e tirar essa barriga horrorosa, se não ninguém vai me querer' até o 'como eu sou grata e feliz por ter esse corpo que eu amo e que me permite ir, sentir e amar'.</p> <p>Feminismo é também o impulso que me moveu a me capacitar para a inserção de diu nas mulheres da comunidade da qual sou médica de família. É essa vontade que eu tenho que elas possam transar muito, ou o tanto que elas quiserem, tendo muito prazer e gozando muito sem dependerem da boa vontade do parceiro para usar um bendito preservativo, sem precisarem usar hormônios que muitas vezes causam mal estar, náuseas, dor de cabeça e até a redução do desejo sexual e sem precisarem arcar com as consequências de uma gravidez indesejada e não planejadas que perpetua o ciclo da pobreza.</p> <p>Feminismo é também a força que me move na luta política pela descriminalização do aborto para que mulheres, principalmente as pretas e periféricas, parem de morrer em clínicas clandestinas por que decidiram interromper uma gravidez.</p> <p>Feminismo é meu encantamento pela potência de outras mulheres. Pela beleza que sai do coração delas. Sejam ela mais magras, mais novas, menos flácidas ou enrugadas que eu. Não somos inimigas ou competidoras como sempre nos disseram. Somos irmãs.</p> <p>O feminismo quebra a banca. É contra-hegemônico e, por isso, tão combatido. Mas nós resistiremos. Respeitando as peculiaridades das mulheres negras, suas necessidades, suas histórias. Entendendo que essas diferenças precisam nos unir em prol de todas. Resistiremos de mãos dadas por todas. Por nós. Nem mortas, nem presas. Nenhuma a menos.</p>

5	25 de setembro	<p>5 razões para você considerar colocar um DIU</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) acordei às 5:30 2) trabalhei o dia todo 3) já passa da meia noite 4) Gabi está brincando com as cachorrinhas no tapete da sala como se não houvesse amanhã 5) haverá amanhã
6	28 de setembro	<p>8 mulheres por semana 32 mulheres por mês 384 mulheres por ano.</p> <p>5 dias de agenda aberta e horários esgotados para as próximas semanas. Inventem outra desculpa. Elas querem usar o DIU, sim! 😊❤️ Talvez elas estejam mal informadas, receosas, carentes de orientação adequada. Ou talvez elas não estejam tendo acesso ao método, mesmo.</p> <p>Cês tem noção do impacto disso em uma comunidade pobre como a que eu trabalho? São 384 mulheres por ano que poderão planejar melhor sua vida, a volta ao trabalho, o orçamento. Mulheres que não precisarão se submeter a um aborto clandestino, que não dependerão da boa vontade de seus parceiros para não engravidarem, que não precisarão usar hormônios com esta finalidade. Se eu tô feliz? Tô!</p>
7	15 de outubro	<p>Hoje uma paciente disse que levou dez dias entre decidir colocar o diu, marcar horário na minha agenda e passar pelo procedimento de inserção do dispositivo. Tudo a 2 quarteirões da casa dela. Eu fiquei como? Eu fiquei me achando muito da chique, muito da maravilhosa, arrasando no pedaço e mudando vidas! Promovendo saúde, fazendo planejamento familiar, de fato, evitando gravidez não planejada, evitando a perpetuação da pobreza, promovendo a autonomia da mulher.</p>
8	30 de outubro	<p>DOCES PARÁGRAFOS DE RESISTÊNCIA</p> <p>Venho para contar boas novas. Tenho disponibilizado meu telefone pessoal para as pacientes que me procuram para inserção de DIU. Ao final do procedimento elas recebem um encarte com informações e com o meu número. Já são quase 2 meses e, até agora, zero incômodo.</p> <p>Lido com mulheres muito pobres. Muitas com acesso muito restrito à informação de qualidade. Vejo colegas às voltas com suas pacientes de consultório particular que ligam de madrugada até para perguntar se é normal sentir coceira no corpo no final da gestação</p>

		<p>(😬)!! Pense como minhas pacientes são elegantes e educadas. Elas têm muito bom senso! O saldo é o seguinte:</p> <p>Foram cerca de 20 mulheres que passaram pelo procedimento. 4 enviaram mensagem para esclarecer dúvidas relacionadas a duração do sangramento ou cólicas. 1 foi orientada a voltar ao consultório para reavaliação (e estava tudo certo). As outras 3 se sentiram satisfeitas e confiantes com as informações que eu mandei por áudio.</p> <p>Temos feitos uma conversa de 30 minutos com todas as informações pertinentes e esclarecimento das dúvidas antes da colocação do DIU. Minhas alunas me ajudam nisso. Tem sido ótimo. Queria replicar esta experiência Brasil a fora! Beijinhos e abraços </p>
9	14 de novembro	A decisão de usar um método anticoncepcional em SEU PRÓPRIO CORPO é exclusivamente da dona do corpo. Mulher não precisa de opinião/autorização de marido ou namorado para decidir sobre o SEU PRÓPRIO CORPO! Que coisa bizarra!
10	19 de novembro	Se eu me esforçar muito, consigo colocar 30 DIUs por mês fazendo isso sozinha. Se eu encontrar 10 colegas médicos de família que desejam se capacitar para poderem colocar DIU em suas pacientes, serão 330 dispositivos inseridos. Por que não? Quem gostaria?
11	23 de novembro	Eu ouvi falar que colocar um DIU de cobre na rede privada no Rio de Janeiro custa \$2000 golpes. Isso explica muita, mas muita coisa pra mim.
12	2 de dezembro	Aí você marca 10 tardes de treinamento para inserção de DIU e o décimo primeiro email é um convite de um secretário de saúde do interior do Espírito Santo pedindo pra que você vá até lá treinar todos os profissionais da estratégia de saúde da família do município. Temos uma mini-revolução, camaradas!
13	28 de dezembro	<p>“Só descobri que eu gostava de sexo depois que parei de usar a pílula anticoncepcional.”</p> <p>“E essa vontade de transar toda hora, doutora? O que é isso?”</p> <p>“Acabou a dor de cabeça. Acabou o peso nas pernas. Acabou aquele enjôo.”</p> <p>“Em dois meses sem o efeito daquela injeção anticoncepcional já emagreci 6 quilos e meu cabelo parou de cair.”</p> <p>Frases que já ouvi das minhas pacientes que colocaram DIU e abandonaram métodos</p>

		contraceptivos hormonais. A gente aprende a achar normal tudo isso, mas NÃO É!
--	--	--

APÊNDICE D – postagens 2019

2019		
Número	Data	Postagem
1	7 de janeiro	<p>QUEM PODE ESCOLHER?</p> <p>Hoje atendi uma mulher negra de 42 anos. Marilene. Desempregada, cuidando sozinha de 5 filhos. O mais novo com 4 anos. Quando deu na telha, o marido saiu de casa e foi curtir sua vida bem longe. Passando o maior perrengue, ela comentou que quem tem sustentado a família é sua filha de 20 anos.</p> <p>Perguntei a ela: “Quando você era mais nova, quantos filhos você queria ter?”</p> <p>Tenho feito sempre essa pergunta e a resposta é sempre o contrário do que dizem os “cientistas” das redes sociais.</p> <p>Ela me disse: “Se eu tivesse tido escolha, teria tido um.”</p> <p>Perceba: “SE EU TIVESSE TIDO ESCOLHA.”</p> <p>Mulheres não tem escolha. Enquanto algumas pessoas que ignoram a realidade repetem insistentemente que mulheres pobres “ficam em casa fazendo mais filhos para ganhar bolsa-família”, a realidade nas unidades básicas de saúde é que uma cirurgia para “ligar as trompas” demora 5 anos pra sair, quando sai. Colocar um DIU é mais difícil que ganhar na loteria. Sobram os métodos falhos e cheios de efeitos colaterais que as entopem de hormônios.</p> <p>Muitas estão mergulhadas em relacionamentos violentos e sofrendo estupros diariamente por parte de maridos criminosos.</p> <p>Essa impossibilidade de exercer autonomia sobre o próprio corpo, desde a decisão básica que passa por escolher SE quer ter filhos, quando e quantos filhos quer ter, é determinante para a manutenção do poder patriarcal.</p> <p>Uma mulher com um filho, coloca o bebê nos braços, enfia cinco mudas de roupa numa mochila e foge de casa abandonando um marido abusador e violento.</p> <p>Uma mulher com cinco filhos, não.</p> <p>Uma mulher com um filho consegue uma amiga do bairro que cuida de crianças pra ficar com ele durante o dia pra ela trabalhar e não depender do dinheiro do marido. Uma mulher com cinco filhos, não.</p> <p>Uma mulher com um filho consegue continuar estudando, mesmo com muito sacrifício. Uma mulher com cinco filhos, não.</p> <p>Uma mulher com um filho tem tempo e energia pra</p>

		<p>educá-lo de forma mais atenta, tem grana para alimentá-lo melhor, pra comprar material pra escola. Uma mulher com cinco filhos, não.</p> <p>É por essas e outras que tenho investido toda a minha energia como médica e como pessoa para oferecer às mulheres o meu melhor nesta luta pela garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos.</p> <p>Para Marilene, talvez seja tarde, mas para suas 3 filhas de 20, 18 e 16 anos, a hora é agora! Avante!</p>
2	10 de janeiro	<p>Tenho pedido as minhas pacientes que indiquem o DIU para as amigas. Resultado: agenda lotada!</p> <p>Informação de qualidade, gentileza, paciência com as mulheres mais ansiosas, respeito às individualidades de cada uma delas. O que eu escuto é: “vim colocar por que a minha vizinha colocou e falou que é tranquilo.”</p> <p>Hoje, uma moça que fez pré natal comigo e pariu há dois meses veio e disse que a vizinha vem segunda: “ocê passa segurança pra gente.”</p> <p>Meu SUS é assim. Eu tenho tanto amor por isso aqui que tem hora que eu choro. Sério. ❤️</p>
3	17 de janeiro	<p>Um enfermeiro da unidade onde eu trabalho me procurou hoje pra tirar dúvidas sobre o DIU. Disse que queria se informar melhor pois muitas das suas pacientes estavam interessadas em colocar.</p> <p>Eu abri minha agenda para todas as equipes da unidade. São cinco equipes no total. Nossa população é de mais de 15 mil pessoas. Desde que comecei, já foram quase 70 mulheres beneficiadas. Nenhuma intercorrência relevante.</p> <p>Este mesmo enfermeiro trouxe uma informação que me deixou muito feliz. Antes desta facilitação do acesso ao DIU, um grande número de mulheres engravidava sem planejamento, com filhos ainda pequenos. Neste momento, ele não tem nenhuma mulher em sua equipe fazendo pré natal nesta situação.</p> <p>Eu já havia feito esse levantamento na minha equipe e os dados são semelhantes.</p> <p>Acho que temos uma revolução, senhores.</p>
4	6 de fevereiro	<p>Nos querem como matrizes parideiras. Querem dominar os corpos femininos, principalmente os corpos de mulheres negras e pobres. Nos querem cheias de filhos, acuadas, empobrecidas, pouco estudadas. Querem nossos filhos sem escola, com péssima alimentação, sem acesso à saúde, à cultura para que possam ser facilmente explorados até a</p>

		última gota de sangue em subempregos mal pagos, insalubres, inseguros. Essa conversa mole de que estes métodos são abortivos não cola mais. Não há qualquer respaldo para este projeto na literatura médica! Precisamos dar uma resposta à altura e resistir com muita coragem. Fascistas, não passarão!
5	20 de fevereiro	Pra muita gente é só um monte de papel. Pra mim, é a minha micro-revolução. São 82 DIUs colocados através do SUS, em uma das comunidades mais pobres e violentas da Região metropolitana de BH. A maioria esmagadora das mulheres beneficiadas são negras. Estão agora podendo exercer uma maior autonomia sobre seus corpos. Não vão engravidar sem querer, não vão morrer em abortos clandestinos. Vão ter mais tempo e dinheiro para cuidar dos filhos que já tem. Não estarão expostas a hormônios sintéticos e seus muitos efeitos colaterais desnecessariamente. Esta é a minha revolução. Qual é a sua?
6	8 de março	SABE O QUE ACONTECE Quando mulheres confiam e apoiam umas às outras? Uma história rápida pra você entender a potência da nossa união: Eu trabalhava em uma unidade de saúde responsável pelo cuidado de uma população de 15 mil pessoas. Por motivos logísticos, precisei me mudar para outra unidade, esta responsável pelo cuidado de 40 mil pessoas. As gerentes das duas unidades conversaram e me autorizaram a usar o instrumental cirúrgico (chamado Kit Diu) DAS DUAS UNIDADES nos meus dias de folga pra eu ampliar ainda mais o acesso ao DIU para toda essa população. Eu comecei com 4 kits. Consegui mais 4, agora vou trabalhar com quase 20. Vinte DIUs em um único dia! Todos pelos SUS, no meio de uma comunidade pobre, violenta e com altíssimo risco social. Abrangência de território quase 4 vezes maior que a inicial e a possibilidade de ampliar o treinamento de outros profissionais para o procedimento. Agora, sim: FELIZ DIA DA MULHER!!
7	25 de março	DOIS COELHOS “Querida ver duas coisas, dotôra Júlia. Primeiro meu joelho que tá rangendo e doendo muito. Segundo, renovar a minha receita da injeção.” Juliana tinha 30 anos. 2 filhos, o último com 6 meses. Engravidou com 70 quilos. Pariu com 87 e nos


		<p>últimos meses ganhou mais 6 quilos. Amamentando e com dois filhos pequenos não tinha tempo pra se exercitar e andava comendo mal. Muita coisa industrializada, comprada pronta, pela praticidade.</p> <p>“Ok. Você está satisfeita com a injeção?”</p> <p>“Não. To engordando muito.”</p> <p>“É... ela engorda, mesmo. Isso pode estar contribuindo pra piorar sua dor no joelho, né?”</p> <p>“Tenho certeza. Eu não tinha isso antes.”</p> <p>“Já pensou em colocar o DIU?”</p> <p>“Meu sonho, doutora!”</p> <p>“Quer colocar agora?”</p> <p>“Sério?”</p> <p>“Aham.”</p> <p>“Quero.”</p> <p>Pronto. Colocou.</p> <p>Está batido meu novo recorde de espera por DIU. 20 segundos. 😂</p>
8	26 de março	<p>Deus, eu não me conformo com tanta burocracia desnecessária para se inserir um simples DIU. Palestra, lista de espera, “contraindicações” sem qualquer embasamento científico e mulheres pobres tendo 6, 8 filhos enquanto aguardam a boa vontade dos serviços. Outras morrendo em abortos clandestinos por que não tiveram acesso ao método.</p> <p>Ao invés de palestra que acontece 1 vez a cada 2 meses, por que não informar através de intervenções breves em sala de espera, nas consultas das crianças, durante o pré-natal?!!!!!!</p> <p>Por que uma mulher que tem a grana simplesmente pode pagar e colocar o DIU e outra mulher pobre não consegue e é obrigada a se adaptar a métodos hormonais, cheios de efeito colateral e com maior índice de falha? Tem DIU vencendo nos almoxarifados dos municípios. Tem mulheres precisando! Essa conta não fecha e uma parte importante desta responsabilidade é nossa como profissionais.</p>
9	5 de abril	<p>A GORDOFOBIA NOSSA DE CADA DIA</p> <p>Hoje eu abri agenda para que sete mulheres colocassem DIU. Às 7 da manhã estávamos iniciando os atendimentos. Todas reunidas em uma das salas da unidade, explicações dadas, dúvidas tiradas, termos assinados e lá fomos nós para o atendimento em consultório.</p> <p>Uma das minhas pacientes era gorda maior, como são chamadas as mulheres gordas com tamanhos acima do número 56. O que há de errado nisso?</p>

		<p>Nada. Ela tem todo o direito de escolher o método contraceptivo dela. Mas o que há de errado com o atendimento que eu ofereci, isso eu posso te contar: Estávamos eu, a paciente e uma estudante de enfermagem dentro do consultório. A paciente foi ao banheiro, se trocou e veio com a camisola em direção a maca. A camisola estava adequada ao seu tamanho mas a maca estava longe de ser algo confortável para ela.</p> <p>O espéculo (aparelho usado para afastar as bordas no canal vaginal a fim de que o colo do útero fique visível) não era do tamanho adequado para o corpo dela. Eu me desculpei (com a cara no chão!) e pedi pra que ela aguardasse na sala pois eu procuraria um espéculo melhor. Não havia! Nenhum sequer. Minha cara já queimava de vergonha. Como profissional, eu não poderia deixar de me preparar para atender pacientes como ela. É minha obrigação! Sem saber o que fazer, entrei na sala e pedi permissão para que, mais uma vez, eu tentasse realizar o procedimento com o espéculo disponível. Ela, pacientemente, aceitou. É bom lembrar que ela não tinha obrigação de se manter calma e gentil diante de uma situação tão violenta. Pedi ajuda à aluna de enfermagem para que me apoiasse durante a inserção. Avisei que se ficasse desconfortável, poderíamos marcar um outro dia e que era nossa obrigação oferecer tudo que ela precisava para o procedimento.</p> <p>Enfim, correu tudo bem e ela já está com o DIU. Agradei, pedi mil desculpas e aprendi. O que eu provoquei nela foi sofrido. Viver isso é violento. E ela já deve viver tantas coisas violentas por ser gorda que a última coisa que ela precisava era que sua médica de família lhe provocasse mais essa! Tô realmente chateada com isso, mas ficou um enorme aprendizado. Vou redobrar minha atenção para que isso não se repita.</p>
10	10 de abril	<p>Vocês lembram da paciente mãe da bebezinha com baixo peso? Ela foi ontem para nova consulta. Estava linda, de batom 🍷, sorridente, com a filhota tranquila e ganhando peso, insistindo no aleitamento ❤️ Escolheu o DIU como método anticoncepcional. Colocamos na hora. Ela estava receosa mas a inserção foi super tranquila. Saiu sorridente depois de um longo abraço! Que privilégio poder viver esses encontros!</p>
11	11 de abril	SÓ TRÊS COISAS, DOUTORA.

		<p>“Primeiro minha enxaqueca. Eu tinha uma crise ou outra mas depois de ter minha filha há 5 anos, eu tenho crise toda hora.”</p> <p>“Sim. Enxaqueca.” E digitei.</p> <p>“Segundo, minha dor nas pernas. Eu até que não tenho varizes, mas desde que ganhei minha filha tenho sentido dores frequentes, principalmente aqui na batata da perna.”</p> <p>“Ok, dor nas pernas.”</p> <p>“Terceiro, essas manchas no meu rosto. Na gravidez elas pioraram. Depois do parto, até melhorou bem, mas logo em seguida voltou a piorar. Tô me sentindo péssima com elas.”</p> <p>3 sintomas há 5 anos.</p> <p>“Qual método anticoncepcional você usa?”</p> <p>“A pílula.”</p> <p>“Você sabia que tudo que você queixou é efeito colateral desses hormônios?”</p> <p>“Jura?”</p> <p>“Juro.”</p> <p>“E o quê que eu faço, doutora?! Não quero arrumar mais filho, não.”</p> <p>“O melhor seria você usar um método não hormonal. O DIU, por exemplo.”</p> <p>“Meu sonho! Já tentei colocar diversas vezes mas nunca consegui.”</p> <p>“Quer colocar agora?”</p> <p>“Sério?”</p> <p>“Sim.”</p> <p>Isso foi há um mês. Voltou hoje para reavaliação sem crises de enxaqueca no último mês, sem dores nas pernas, fazendo tratamento dermatológico para as manchas, numa felicidade que esquentou meu coraçãozinho!!</p>
12	27 de abril	<p>Um colega médico me contou que no município onde ele atua, no sul do país, foi oferecido treinamento para que os profissionais da Atenção Primária comesçassem a oferecer DIU como outra opção de contraceptivo para suas pacientes. Acreditem: muitos se negaram a fazer pois “não queriam aumentar sua carga de trabalho.”</p> <p>É preciso ter uma visão muito estreita e limitada pra dizer que não quer assumir as inserções de DIU da sua equipe por achar que estará aumentando sua carga de trabalho, né?!</p> <p>Muito mais trabalho temos pra fazer pré-natal de uma gestação não planejada de uma mulher vulnerável. Mais trabalho dá cuidar das consequências de um aborto clandestino, incluindo a morte desta mulher e</p>

		<p>o cuidado de seus filhos. Mais trabalho dá cuidar de uma criança que nasceu sem ser desejada e que sofrerá na pele as consequências disso.</p> <p>Mas, enfim, o dia que a gente puder escolher com que equipe a gente quer se consultar no SUS, aí eu quero ver.</p>
13	4 de maio	<p>Nesta semana realizaremos nossa primeira oficina para capacitação de profissionais da atenção primária à saúde para inserção do Diu de Cobre na região metropolitana de BH. Haverá treinamento teórico e realização de grandes mutirões nas unidades de saúde para treinamento prático. Há pouco mais de 6 meses eu me capacitei e comecei a atender minha equipe. 3000 pessoas. Abrimos para outras equipes da unidade. 18000 pessoas. Ampliamos para a população de duas unidades da região 60000 pessoas.</p> <p>Agora, com o convite para capacitar toda a rede de profissionais do município, a população beneficiada será de 430 mil pessoas. Mulheres podendo decidir quantos filhos querem ter e quando querem engravidar. Mulheres mais protegidas de morrerem em abortos clandestinos. Mulheres podendo cuidar melhor de seus filhos já que poderão controlar a própria fertilidade. Mulheres livres de hormônios sintéticos e suas consequências. Mulheres mais independentes financeiramente já que tendo apenas os filhos que desejam ter poderão trabalhar. Crianças que receberão melhor cuidado e poderão assim ter melhor alimentação, melhor educação. Mulheres e suas famílias beneficiadas. Parece um sonho.</p> <p>E como não poderia deixar de ser, durante todo esse processo eu fui apoiada por várias outras mulheres. Desde a querida Carol, colega ginecologista que me recebeu em seu consultório para realizar treinamento, minha gerente que apoiou esta capacitação me liberando por alguns turnos, a coordenadora da saúde da mulher do município que me apoiou na construção da oficina, às mulheres que confiaram seus corpos aos meus cuidados.</p> <p>O que fica de todo esse processo? Somos nós por nós. Somos mulheres na luta por outras mulheres. Avante! 🍌</p>
14	8 de maio	<p>QUEM NUNCA FAZ NADA AMA CRITICAR QUEM TENTA FAZER ALGUMA COISA</p> <p>As pessoas criticam. Elas amam fazer isso. Então, se você tá tentando fazer alguma coisa, acreditando que tá ajudando, aquela pessoa que não faz porr...</p>

		<p>aquela pessoa que não faz nada vai criticar seu corre por que não tá entrando no padrão de perfeição dela. Você luta até onde não pode, enfrenta um leão por dia e consegue mudar a realidade de uma periferia na sua cidade. Você consegue com esforço intenso melhorar as condições de vida de centenas de mulher através do acesso a um método contraceptivo eficiente como o DIU. Tudo isso, dentro do SUS. Um sistema que está sendo atacado e desmontado a luz do dia. Você trabalha num consultório SEM JANELA. Sim, sem janela e sem ventilador. Você fica depois do horário, você fica sem almoçar. Você capacita colegas para ampliarem ainda mais o impacto desse avanço.</p> <p>Aí, você aluga um consultório e fala: vou oferecer o DIU para mulheres que habitualmente não frequentam o SUS. Você compra todo o material, paga imposto, divulga e cobra um preço que é menos da metade do que habitualmente é cobrado, por que sua intenção é facilitar. É fazer o melhor para o maior número possível de mulheres.</p> <p>Sem importar em nada com o seu esforço, chegam às pessoinhas criptonitas. Elas se esquecem que você estudou, se capacitou, se esforçou muito pra poder fazer aquilo. Elas desconhecem sua luta. Elas nem te conhecem... mas se sentem no direito de criticar. De dizer que tem de graça, que é absurdo cobrar. Criticam as suas amigas que estão te apoiando na divulgação. Constrangem publicamente. Sabe como isso se chama? Também não sei, por que não ligo.</p>
15	14 de maio	<p>Vamos iniciar nos próximos dias multirões de inserção de DIU na rede SUS de um dos maiores municípios da região metropolitana de BH. Só na primeira tarde serão 15 mulheres beneficiadas além de uma profissional (mulher negra, porreta, de luta, feminista) treinada para inserir em outras centenas de mulheres no seu dia a dia no centro de saúde.</p> <p>Contra nós, temos o obscurantismo, a negação da ciência, o conservadorismo e os demais interessados que mulheres pobres encham a casa de filhos para que eles possam explorar.</p> <p>A nosso favor temos as evidências científicas, a legislação e o amor por esta luta. Pelas mulheres, pelas nossas irmãs mais vulneráveis, pelas crianças. Avante!! 🍌</p>
16	6 de junho	<p>Neste mês de junho, está pra vencer um lote enorme de DIUs de Cobre nos municípios Brasil a fora. Se</p>

		<p>eles não forem usados, irão para o lixo. O município onde estou capacitando profissionais para a inserção de DIU se mexeu graças à competência e à sensibilidade de uma querida enfermeira obstetra que, sabendo da necessidade das mulheres, organizou mutirões e capacitações para ampliar o acesso ao método. Fora esta iniciativa, soube de pouquíssimas ações para evitar que recursos públicos sejam desperdiçados desta forma, com tantas mulheres precisando e desejando implantar o dispositivo. Fica aí a dica de luta para os “pró-vida”, por que, o que eu já falei e lutei e mandei email e me ofereci de graça pra trabalhar, não tá no gibi.</p>
17	17 de junho	<p>Isso aqui, ó, ninguém quer mudar. Por que a ideia é controlar os corpos femininos, seja negando acesso a bons métodos contraceptivos, seja criminalizando a mulher que tenta abortar, seja submetendo mulheres a cesarianas desnecessárias e acarretando adoecimento, dor e morte a muitas delas.</p>
18	26 de junho	<p>Que lindo perceber que nós mulheres somos a revolução. Hoje recebi mensagens de uma querida amiga, enfermeira competente, mulher negra, que participou da capacitação para inserção de DIU que fizemos. Ela está comemorando o 36º dispositivo inserido sem nenhuma intercorrência sequer! Leiam as mensagens e sintam o coração quentinho, também </p>
19	13 de agosto	<p>Anticoncepcional oral aumenta o risco de eventos tromboembólicos como AVC, trombose nas pernas e embolia pulmonar? Sim.</p> <p>O risco na população geral é um risco muito baixo, principalmente se considerarmos que quem normalmente toma anticoncepcional são mulheres jovens e via de regra saudáveis.</p> <p>O Anticoncepcional chamado de "combinado" por ter estrógeno e progesterona aumenta esse risco. É como dizer que de um risco muito muito baixo, passássemos para um risco muito baixo, mas que aumenta, claro que aumenta.</p> <p>Ah, então, todo mundo tem que trocar seu anticoncepcional? Não. Todo mundo tem que ser informado das contraindicações e acompanhar a saúde com seu médico de família.</p> <p>A preferência por métodos sem hormônios ou com 1 hormônio só (a progesterona) é óbvia para quem tem algum outro fator de risco para estes tipos de problema, por exemplo, varizes, distúrbios de</p>

		<p>coagulação, histórico de trombose, hipertensão. Quanto mais velha a mulher, maior o risco.</p> <p>O que a gente vê frequentemente? Mulheres de quarenta, e até cinquenta anos usando anticoncepcionais combinados. Mulheres hipertensas, diabéticas e até tabagistas usando anticoncepcionais combinados.</p> <p>É raro acontecer complicações? Sim. Não é rotineiro, mas se trata de uma complicação grave com potencial de deixar sequelas relevantes.</p> <p>O que fazer? Buscar informações, conversar com profissionais de saúde capazes de te ajudar nesse planejamento. Há métodos seguros e eficientes que não te trazem estes riscos.</p> <p>O Diu de cobre, a minipílula (pílula que contém apenas progesterona), o preservativo são exemplos.</p> <p>E por que eu estou falando isso? Porque hoje, uma paciente saudável, cujo único fator de risco era o uso de anticoncepcional combinado foi diagnosticada com uma embolia pulmonar. Pra ela, não adiantou o risco ser baixo.</p>
20	18 de agosto	<p>1 ano depois: centenas de DIU's inseridos, dezenas de profissionais treinados, mulheres protegidas. Às vezes eu acho que geral me vê com uma potência que eu não tenho. Vivo me sabotando achando que eu não sei nada e que tem uns malucos dizendo que eu faço a diferença. Pensando bem, não são tão malucos assim.</p>
21	27 de agosto	<p>Quando realizo a inserção de DIU em uma paciente, sempre oriento: "Nenhum método é infalível. O DIU é um dos métodos mais seguros e eficientes. Falha pouquíssimo, mas falha." Tenho sugerido que baixem aplicativos que registram os ciclos menstruais e que usem preservativo nos dias que o aplicativo alertar que ela está fértil. Já ouvi pessoas dizerem: "Mas se a senhora não confia no DIU..." Amada, é só uma dica. Usa quem quiser.</p>
22	1 de outubro	<p>Hoje é dia de estreia. Meu blog no UOL está no ar. Nesta coluna, escrevo sobre a importância de se falar direta e abertamente sobre planejamento familiar em todas as consultas, de não responsabilizar apenas mulheres e sobre o acesso precário aos métodos mais efetivos, seguros e com menos efeitos colaterais.</p>
23	4 de novembro	<p>Uma mulher que já tentou se adaptar a pílulas ou injeções anticoncepcionais e não conseguiu. Uma mulher que recebeu orientações completamente</p>

		<p>equivocadas sobre o uso correto de anticoncepcionais. Uma mulher que não conseguiu consulta no seu posto de saúde para poder escolher o método mais adequado para si. Uma mulher que se submete a um relacionamento abusivo por não ter condições financeiras de se sustentar e é, portanto, estuprada pelo próprio marido. Uma mulher que usou corretamente um método anticoncepcional e ele falhou. Jovens sem acesso à educação sexual nas escolas. Uma mulher que só faltou pedir para prefeito pra conseguir colocar um simples DIU ou pra fazer uma laqueadura. Uma mulher ligada que engravidou...</p> <p>Tantas situações que já vi acontecer. E fico pensando em quanto uma gestação não desejada e não planejada pode interromper sonhos, provocar miséria, aprisionar mulheres.</p> <p>E quando tudo termina razoavelmente bem, com mãe e filho saudáveis, pelo menos fisicamente, ainda há o abandono do pai, a falta de recursos financeiros, o desamparo emocional, o julgamento social, o desemprego...</p> <p>Por que nós, mulheres, não nos amparamos nesta vulnerabilidade? Eu queria planejamento familiar forte e eficiente em todas as unidades de saúde. Queria DIU, vasectomia e laqueadura pra quem desejasse. Queria educação em saúde, consultas médicas e de enfermagem pra todo mundo!</p> <p>Aí, eu fico pensando. Me respondam se vocês puderem: quem ganha com uma legião de mulheres pobres, cheias de filhos que elas não planejaram ter, com cada vez menos acesso à educação, a lazer, a alimentação de qualidade, à cultura? Quem ganha com a existência de milhões e milhões de jovens pobres, sem perspectivas de trabalho e estudo, sem qualquer amparo estatal que precisam se submeter a qualquer subemprego para sobreviver?</p> <p>Por outro lado, quem ganharia se nossas manas mais pobres, mais vulneráveis pudessem ter acesso à tudo isso e assim pudessem escolher quantos filhos elas querem ter e quando querem tê-los.</p> <p>No final, é a opressão de classe, o machismo e o racismo que estruturam o acesso à saúde. Não se trata de responsabilidade individual. O sistema foi programado pra não funcionar, ou pra funcionar assim.</p> <p>Tem gente ganhando com a nossa miséria. Pensem nisso.</p>
24	23 de	No capitalismo, quanto mais escasso um produto ou

	dezembro	serviço, maior o seu preço. Se eu provoço esta sensação de escassez, então, eu crio oportunidade de vender mais caro ainda. Não por que eu me preocupe com quem compra ou por que eu ache que outras pessoas vão prestar um serviço de qualidade inferior ao que eu presto. É por que eu quero fazer RESERVA DE MERCADO. E se eu apoio a eleição de um governo que tá pouco se lixando para a saúde da população, principalmente a população mais pobre, um jeito que este governo tem de me pagar por este apoio é me beneficiando assim. Mesmo que isso signifique milhares de gestações não planejadas, aumento da miséria, mortes de mulheres pobres em abortos clandestinos e por aí vai.
25	23 de dezembro	O capeta não existe. O mau é o corporativismo dificultando que mulheres pobres tenham acesso ao DIU. Feliz Natal.

ANEXO A – Constituição Federal de 1988

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CAPÍTULO VII

**~~DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO~~
Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)**

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

~~§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.~~

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado

propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

ANEXO B – Lei 9.263/96

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.

[Mensagem de veto](#)

[§ 7º do art. 226 da Constituição Federal](#)

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Art. 1º O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o **caput** para qualquer tipo de controle demográfico.

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Parágrafo único - As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no **caput**, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras:

- I - a assistência à concepção e contracepção;
- II - o atendimento pré-natal;
- III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;
- IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis;

~~V - o controle e prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis.~~

V - o controle e a prevenção dos cânceres cérvico-uterino, de mama, de próstata e de pênis. [\(Redação dada pela Lei nº 13.045, de 2014\)](#)

Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

Parágrafo único - O Sistema Único de Saúde promoverá o treinamento de recursos humanos, com ênfase na capacitação do pessoal técnico, visando a promoção de ações de atendimento à saúde reprodutiva.

Art. 5º - É dever do Estado, através do Sistema Único de Saúde, em associação, no que couber, às instâncias componentes do sistema educacional, promover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar.

Art. 6º As ações de planejamento familiar serão exercidas pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos desta Lei e das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único - Compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde definir as normas gerais de planejamento familiar.

Art. 7º - É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nas ações e pesquisas de planejamento familiar, desde que autorizada, fiscalizada e controlada pelo órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde.

Art. 8º A realização de experiências com seres humanos no campo da regulação da fecundidade somente será permitida se previamente autorizada, fiscalizada e controlada pela direção nacional do Sistema Único de Saúde e atendidos os critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 9º Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.

Parágrafo único. A prescrição a que se refere o **caput** só poderá ocorrer mediante avaliação e acompanhamento clínico e com informação sobre os seus riscos, vantagens, desvantagens e eficácia.

Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional - [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#))

I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

II - risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro concepto, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos.

§ 1º É condição para que se realize a esterilização o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes.

§ 2º É vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores.

§ 3º Não será considerada a manifestação de vontade, na forma do § 1º, expressa durante ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.

§ 4º A esterilização cirúrgica como método contraceptivo somente será executada através da laqueadura tubária, vasectomia ou de outro método cientificamente aceito, sendo vedada através da histerectomia e ooforectomia.

§ 5º Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.

§ 6º A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei.

Art. 11. Toda esterilização cirúrgica será objeto de notificação compulsória à direção do Sistema Único de Saúde. (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional) [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#)

Art. 12. É vedada a indução ou instigamento individual ou coletivo à prática da esterilização cirúrgica.

Art. 13. É vedada a exigência de atestado de esterilização ou de teste de gravidez para quaisquer fins.

Art. 14. Cabe à instância gestora do Sistema Único de Saúde, guardado o seu nível de competência e atribuições, cadastrar, fiscalizar e controlar as instituições e serviços que realizam ações e pesquisas na área do planejamento familiar.

Parágrafo único. Só podem ser autorizadas a realizar esterilização cirúrgica as instituições que ofereçam todas as opções de meios e métodos de contracepção reversíveis. (Parágrafo vetado e mantido pelo Congresso Nacional) [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#)

CAPÍTULO II

DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

Art. 15. Realizar esterilização cirúrgica em desacordo com o estabelecido no art. 10 desta Lei. (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional) [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, se a prática não constitui crime mais grave.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço se a esterilização for praticada:

I - durante os períodos de parto ou aborto, salvo o disposto no inciso II do art. 10 desta Lei.

II - com manifestação da vontade do esterilizado expressa durante a ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente;

III - através de histerectomia e ooforectomia;

IV - em pessoa absolutamente incapaz, sem autorização judicial;

V - através de cesária indicada para fim exclusivo de esterilização.

Art. 16. Deixar o médico de notificar à autoridade sanitária as esterilizações cirúrgicas que realizar.

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 17. Induzir ou instigar dolosamente a prática de esterilização cirúrgica.

Pena - reclusão, de um a dois anos.

Parágrafo único - Se o crime for cometido contra a coletividade, caracteriza-se como genocídio, aplicando-se o disposto na [Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956](#).

Art. 18. Exigir atestado de esterilização para qualquer fim.

Pena - reclusão, de um a dois anos, e multa.

Art. 19. Aplica-se aos gestores e responsáveis por instituições que permitam a prática de qualquer dos atos ilícitos previstos nesta Lei o disposto no [caput e nos §§ 1º e 2º do art. 29 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal](#).

Art. 20. As instituições a que se refere o artigo anterior sofrerão as seguintes sanções, sem prejuízo das aplicáveis aos agentes do ilícito, aos co-autores ou aos partícipes:

I - se particular a instituição:

a) de duzentos a trezentos e sessenta dias-multa e, se reincidente, suspensão das atividades ou descredenciamento, sem direito a qualquer indenização ou cobertura de gastos ou investimentos efetuados;

b) proibição de estabelecer contratos ou convênios com entidades públicas e de se beneficiar de créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista;

II - se pública a instituição, afastamento temporário ou definitivo dos agentes do ilícito, dos gestores e responsáveis dos cargos ou funções ocupados, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 21. Os agentes do ilícito e, se for o caso, as instituições a que pertençam ficam obrigados a reparar os danos morais e materiais decorrentes de esterilização não autorizada na forma desta Lei, observados, nesse caso, o disposto nos [arts. 159, 1.518 e 1.521 e seu parágrafo único do Código Civil](#), combinados com o [art. 63 do Código de Processo Penal](#).

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei o disposto no [Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) - Código Penal, e, em especial, nos seus [arts. 29, caput, e §§ 1º e 2º; 43, caput e incisos I, II e III; 44, caput e incisos I e II e III e parágrafo único; 45, caput e incisos I e II; 46, caput e parágrafo único; 47, caput e incisos I, II e III; 48, caput e parágrafo único; 49, caput e §§ 1º e 2º; 50, caput, § 1º e alíneas e § 2º; 51, caput e §§ 1º e 2º; 52; 56; 129, caput e § 1º, incisos I, II e III, § 2º, incisos I, III e IV e § 3º](#).

Art. 23. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO
Adib Jatene

HENRIQUE

CARDOSO

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 15.1.1996